



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E
LINGUÍSTICA**

Rua Barão de Geremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3283-6235 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

ROSELI SANTANA DO NASCIMENTO MELO

**ROTEIROS DAS CARREIRAS DE *ANGOLA* E DO *RIO DA PRATA*:
EDIÇÃO E ESTUDO DO VOCABULÁRIO**

Salvador
2015

ROSELI SANTANA DO NASCIMENTO MELO

**ROTEIROS DAS CARREIRAS DE *ANGOLA* E DO *RIO DA PRATA*: EDIÇÃO
E ESTUDO DO VOCABULÁRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Célia Marques Telles

Salvador
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. CÉLIA MARQUES TELLES
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Orientadora

Prof^º. Dr^º. ARIVALDO SACRAMENTO DE SOUZA
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^ª. Dr^ª. RISONETE BATISTA DE SOUZA
Universidade Federal da Bahia – UFBA

A Deus, autor da vida, autor da minha fé, dono de todo o Universo e de toda a Ciência; pois “Não vos enganeis [...] Toda boa dádiva e todo dom perfeito são lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança” [Tg. 1:16-17].

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor eterno e incondicional dedicado a mim e por ser a fonte da vida e da verdadeira sabedoria.

A meus pais, Elias Evangelista do Nascimento e Maria Raimunda de Santana Nascimento, por cuidarem de mim com tanto carinho, por terem revelado Deus a mim, por me transmitirem o valor da Educação e pelas orações constantes.

Ao meu amado esposo, Dirceu de Freitas Piedade Melo, um verdadeiro herói cristão, que, com esforço e com amor hercúleos, suportou esse período do Mestrado; e que, de uma forma tão paciente e confiante, me ajudou de todas as maneiras.

À minha filha, Ana Morena do Nascimento Melo, pelo amor incondicional; e porque, com apenas dois anos de idade, mesmo sem saber o que estava fazendo, se adaptou ao Mestrado da mamãe.

A meus irmãos: Elias Filho, Eli Samuel, Eliseu, Emanuela, Olga e Nita; companheiros de vida e amigos, por me suportarem, por me fazerem sentir tão amada e pelas orações.

À minha sogra, Esmeralda Piedade. Às minhas intercessoras: Renata, Eliana, Ana Paula. A todos os meus parentes e irmãos em Cristo que, com tanto amor, me ofertaram mensagens de fé e de perseverança, e orações constantes.

À minha amiga e irmã, Liliane, pela amizade, pela força, pela ajuda na revisão da dissertação e pelas orações.

À minha orientadora, Profa. Dra. Célia Marques Telles, por trabalhar lado a lado comigo nas transcrições, na reelaboração do projeto; pela paciência, pela compreensão e por todo acompanhamento ofertado.

À Profa. Dra. Rosa Borges, professora regente do Tirocínio Docente, em *Introdução à Crítica Textual*, pela orientação e pelo exemplo.

Ao Prof. Dr. Américo Venâncio Filho, por me passar tanta confiança e por me mostrar o caminho do site da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ao Prof. Dr. Arivaldo Sousa, por me mostrar o caminho do site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, dica rápida e indispensável para a produção desse trabalho.

À Profa. Dra. Norma Suely, pelas aulas, paciência e por toda ajuda e atenção.

Às minhas queridas amigas, Marta Brasil e Flávia Calcabrine, por terem me ofertado orientações e materiais fundamentais para minha aprovação na seleção do Mestrado; pela amizade, apoio e explicações de grande importância durante todo o curso.

Ao secretário Ricardo Luís, para mim e para muitos, Ricardinho, pelo serviço de qualidade, pelos conselhos, pela paciência e pela generosidade.

Aos Professores Doutores, Gilberto Sobral e Rita Queiroz, pela atenção, pela simpatia, pela inspiração e pelos livros ofertados.

Aos meus colegas e amigos do mestrado: Ícaro, Isamar, Lisana, Ton, Aldacelis, Tatiane Portela. Muito obrigada pelos momentos desopilantes, pelas dicas, conselhos e por toda ajuda.

RESUMO

O labor filológico, ao esquadrihar um manuscrito e editá-lo, desempenha o papel de tirar esse manuscrito do silêncio e de possibilitar o acesso à sua *scripta*. O Manuscrito 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa registra as cinco distintas carreiras do Atlântico, realiza-se, nesse trabalho, a edição semidiplomática e o estudo do vocabulário de marinharia de duas dessas carreiras: a carreira de Angola e a carreira do Rio da Prata, roteiros 7 e 13 desse documento. Essa edição mobilizou estudos em quatro áreas do conhecimento, a Filologia, a História, a Literatura de viagens e a Lexicografia. A Filologia constitui-se o alicerce teórico do trabalho de edição dos roteiros, por meio dela, se obtém as razões metodológicas de se fixar uma lição conservadora. Essa lição justifica-se pelo fato de preservar a variante linguística dos roteiros editados, os aspectos históricos específicos da produção e transmissão desses textos, os dados históricos e culturais. Pode favorecer a identificação de indícios de realização de fonemas da variante estudada e o estudo das mudanças linguísticas. A Filologia e a História estão irmanadas pela forma como as duas disciplinas foram tecidas no tempo histórico, por possuírem o mesmo objeto e o mesmo método: o texto e o método crítico. As circunstâncias históricas protagonizadas pelos portugueses no advento da expansão marítima, e a forma como registravam essa experiência em diários, cartas, crônicas, roteiros, são fatores para a formação e para o estudo do corpus dessa dissertação. Ocorre nos roteiros de Angola e do Rio da Prata, uma pormenorizada descrição das regiões costeiras, sendo uma das características marcantes as orientações para uma navegação estratégica, evitando encalhamentos e naufrágios. Isso revela a cognição da realidade através do processo de nomação. E demonstra que o léxico de um texto produzido em um momento específico da história de um povo representa dados da história e da cultura desse povo. O método de análise das lexias referentes à marinharia foi a pesquisa em dicionários dos séculos XVIII e XIX. Dessa maneira, traça-se esta interseção, entre os pressupostos da Filologia; a análise das circunstâncias históricas; e a análise do léxico de marinharia, quanto aos sentidos, motivações e aplicações situadas no tempo e na técnica de navegação. A edição e o estudo do vocabulário desses testemunhos apresentam constatações linguísticas e uma sistematização de fatos lexicais e de dados históricos, fazendo comungar os âmbitos filológico, histórico e linguístico.

Palavras-chave: Filologia; lição conservadora; dados históricos; roteiro de viagem; léxico.

ABSTRACT

The philological work, when it scans a manuscript and edits it, plays the role of taking this manuscript out of silence and allows access to your *scripta*. The Manuscript 1507 of the National Library of Lisbon registers five different itineraries of the Atlantic, it is performed in this work the semidiplomatic edition and the seamanship vocabulary study about two of these itineraries: the Angola's itinerary and the River Plate itinerary, whose numbers are 7 and 13 of this document. This edition mobilized studies in four areas of knowledge, philology, history, travel literature and lexicography. Philology constituted itself the theoretical foundation of itineraries edition work, through it the methodological reasons to set a conservative lesson are obtained. This lesson is justified by the fact that preserving the linguistic variant of the edited itineraries; the specific historical aspects of production and transmission of these texts; the historical and cultural data. It may favor the identification of phonemes realization clues of investigated variant, also it may help the language change study. Philology and History are interlaced by the way how the two disciplines were woven in historical time, because they have the same object and the same method: the text and the critical method. The historical circumstances carried out by the Portuguese people in the maritime expansion advent, and the way how that experience was written in diaries, letters, chronicles, itineraries, are factors to formation and study of dissertation corpus. It occurs in the itineraries of Angola and of the River Plate, a detailed description of the coastal regions. One of the outstanding features are the guidelines for a strategic navigation to prevent strandings and shipwrecks. This reveals the cognition of reality through the nomination process. And it demonstrates that the lexicon of a text produced at a specific time in the people history represents data of the people history and people culture. The lexias analysis method concerning the seamanship was the research in dictionaries of the eighteenth and nineteenth centuries. Thus, it is traced this intersection between the assumptions of Philology; the analysis of historical circumstances; and analysis of seamanship lexicon, as the senses, motivations and applications located in time and navigation technique. The edition and the vocabulary study of these testimonies present linguistic findings and a systematization of lexical facts and historical data, making to commune the scopes: philological, historical and linguistic.

Keywords: Philology; conservative lesson; historical data; travel itinerary; lexicon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a) abreviaturas do vocabulário

adj. – adjetivo

adv. – advérbio

exp. – expressão

Part. – participípio

prep. – preposição

pron. – pronome

s.f. – substantivo feminino

s.m. – substantivo masculino

V. int. – verbo intransitivo

V. t. c. – verbo transitivo circunstancial

V. t. d. – verbo transitivo direto

V. t. d. e i. – verbo transitivo direto e indireto

V. t. i. – verbo transitivo indireto

V. Transobj. – verbo transobjetivo

b) siglas referentes aos textos do *corpus*

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

RA – *Roteiro de Angola*

RRP – *Roteiro do Rio da Prata*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A FILOLOGIA E A HISTÓRIA	16
2.1	O TRABALHO FILOLÓGICO E OS TESTEMUNHOS HISTÓRICOS	24
3	OS ROTEIROS DE VIAGEM – CONTEXTOS	27
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO – A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E OS ROTEIROS DE VIAGEM	27
3.2	CONTEXTO LITERÁRIO – A LITERATURA DE VIAGENS	42
3.3	OS ROTEIROS DE VIAGEM E SUA REALIDADE ESPECÍFICA	47
4	<i>O ROTEIRO DE ANGOLA E O ROTEIRO DO RIO DA PRATA – METODOLOGIA E EDIÇÃO</i>	52
4.1	PASSOS PARA EDIÇÃO	52
4.1.1	<i>O corpus</i>	52
4.1.1.1	O Manuscrito 1507	52
4.1.1.2	Os roteiros de <i>Angola</i> e do <i>Rio da Prata</i>	54
4.1.2	Pressupostos metodológicos: O que uma lição conservadora instrui?	57
4.1.2.1	Aplicações metodológicas	64
4.2	A PROPOSTA DE EDIÇÃO	65
4.2.1	<i>O Roteiro de Angola</i>	66
4.2.2	<i>O Roteiro do Rio da Prata</i>	70
5	O VOCABULÁRIO DA MARINHARIA E DOS DESCOBRIMENTOS ATRAVÉS DOS ROTEIROS DE ANGOLA E DO RIO DA PRATA	80
5.1	LÉXICO: COGNIÇÃO, REALIDADE E HISTÓRIA	80
5.2	ALGUNS PRESSUPOSTOS E O ESTUDO LEXICAL DOS ROTEIROS	83

5.2.1	Dicionário ou vocabulário	83
5.2.2	O lema	83
5.2.3	Critério qualitativo	83
5.2.4	Método de investigação dos sentidos	84
5.2.5	Critério de seleção das lexias	85
5.2.6	A estrutura do verbete	85
5.3	OS VERBETES	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A – O PROCESSO DE REGISTRO DOS DADOS	113

1 INTRODUÇÃO

O trabalho da Filologia, ao realizar a edição de manuscritos, é reconstituir o texto dos mesmos, facultando o acesso não só a sua *scripta*, mas também a sua mensagem. Dessa maneira, ela tira o documento do silêncio, do esquecimento do arquivo ou do abandono no qual se encontra e o traz de volta à circulação, na busca de deixar disponível um conteúdo fidedigno aos interessados das mais diversas ciências. Ao lado disso, expõe também os fatos linguísticos dos diversos níveis, possibilitando estudos sincrônicos ou diacrônicos, contribuindo para as pesquisas sobre a história da língua.

Nessa direção, apresentamos, como proposta de trabalho, a edição semidiplomática e o estudo do vocabulário de marinharia nos roteiros de viagem – *Demonstração das terras do loanguo caminho de angola por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591 e Roteiro que conta desde a ylha de santa caterina ate o Rio da pratta* – que integram o Manuscrito 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa, intitulado *Libro Universal de derrotas, alturas, longitudes e conhecenças, de todas as navegações, destes, reinos, de Portugal, e Castela. Índias, Orientais e Ocidentais, o mais copioso e claro que pode ser, em serviço dos navegantes. Ordenado. por pilotos consumados, nesta ciência e virtudes, de aproveitar, em serviço de Deus, em Lisboa o primeiro de março 1594.*

O Manuscrito 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa tem sido estudado por Genésio Seixas Souza (1999), que editou o *Roteiro da Carreira do Brasil* e por Célia Marques Telles (1993), que descreveu o Códice, listando as características extrínsecas e intrínsecas do manuscrito.

Telles realiza algumas edições e estudos de roteiros do Códice 1507. Nesses trabalhos tem sistematizado informações sobre os seguintes temas:

1. A relação grafemático-fonética da *scripta*, nos textos: *Um roteiro da Carreira das Índias de Castela: proposta de edição crítica* (TELLES, 1992); *Critérios para uma edição crítica de textos quinhentistas não literários* (TELLES, 1993); *Os textos em língua espanhola do ms. 1507 da BNL: sua realidade grafemática* (TELLES, 2000); *Grafia e fonética em textos românicos quinhentistas* (TELLES, 2003);
2. A estrutura do discurso dos roteiros de navegação em textos tais como: *A evolução da estrutura do discurso dos roteiros de navegação* (TELLES, 1996),

em que explica a evolução do discurso dos portulanos aos roteiros oceânicos, analisando o discurso nos roteiros da costa e nos roteiros oceânicos, a evolução do discurso quanto ao conteúdo e à estrutura da frase, a relação autor-destinatário e, por fim, a parataxe e a hipotaxe; e, em *Três fatos discursivos em textos da literatura de viagens* (TELLES, 2004, p. 73-106), explica a construção do discurso dos roteiros de navegação, os marcadores do discurso, a dêixis pessoal e a dêixis temporal.

Genésio Souza (1999), em sua dissertação, *Um roteiro quinhentista da Carreira do Brasil: o décimo segundo roteiro do ms. 1507 da BNL*, faz a edição do roteiro e o estudo das peculiaridades da letra, das abreviaturas, e da relação grafemático-fonética. Faz, também, um estudo sobre a intertextualidade presente entre o *Roteiro do Brasil* do códice de Manoel Gaspar e mais três outros roteiros do Brasil: *O Roteiro de Luís Teixeira* (GUEDES, 1968), *O Roteiro de Gabriel Soares de Sousa* (1587), e *Os Roteiros traduzidos por J. H. van Linschoten* (1619). Nesse estudo comparativo, ele demonstra a importância do décimo segundo roteiro do ms. 1507 da BNL e conclui ser o Roteiro de Luís Teixeira “a fonte comum a todos os demais roteiros estudados” (SOUSA, 1999).

Todo esse *corpus* já analisado e as sistemáticas informações registradas nesses estudos foram determinantes no comportamento metodológico das edições do texto manuscrito. Pois esses estudos nos revelam quais são as características da variante linguística dos textos quinhentistas e quem é o *scriptor* que registra essa variante; e, através disso, pudemos compreender que essa grafia demonstra a atuação de um *scriptor* de mãos inábeis, o que acarretou uma *scripta* de caráter preponderantemente fonetizante (TELLES, 2008).

Estabelecendo como ponto de partida as conclusões dos estudos acima, delimitamos como problema desse trabalho a seguinte indagação: quais contribuições aos estudos linguísticos, um estudo do vocabulário de marinharia poderá trazer? Os roteiros de navegação quinhentistas, de uma forma geral, estão imersos no contexto das experiências com o mar, da arte de bem navegar e da descoberta de novas terras e de seus povos, elementos encontrados de forma predominante, também, nos Roteiros de Angola e do Rio da Prata. Entendemos, assim, que compreender – através das lexias que expressam a lida e as técnicas de navegação – como era a ciência da marinharia portuguesa no século XVI, fenômeno de resultados tão bem sucedidos, representa uma investigação que poderá contribuir para a história da língua, no nível léxico-semântico, e para o conhecimento histórico de outras áreas afins.

Diante da questão acima, inferimos duas possibilidades de resultados. Acreditamos que seria possível o levantamento e o estudo de um vocabulário de marinharia; e acreditamos, também, que o vocabulário que seria organizado e estudado, se constituiria em um conjunto de dados importante para os estudos acerca dessa variante quinhentista no que diz respeito ao seu nível léxico-semântico.

Para a construção da análise que daria a resposta da investigação proposta, instituímos como objetivo geral realizar o estudo do vocabulário de marinharia dos roteiros de Angola e do Rio da Prata, a partir da edição semidiplomática dos mesmos. Os objetivos específicos do estudo do vocabulário compreendem a significação dessas lexias, respeitando a sua autenticidade dentro do contexto em que ocorreu; e, favorecendo a devida interpretação das mensagens dos textos.

Esses propósitos alicerçam-se na essência da *scripta* dos roteiros, a qual conserva as características dessa variante linguística tão específica que se traduz em um português quinhentista praticado por pilotos e mareantes em um contexto de navegação em rotas e lugares desconhecidos ou recém-descobertos. A partir dessas constatações decidimos utilizar como método de edição, a manutenção da lição do manuscrito com pequenas intervenções conforme critérios estabelecidos a serem tratados na Seção 4.

Quanto ao método de análise das lexias referentes ao contexto de marinharia, nos detemos a consulta em dicionários e em glossários técnicos; confrontando as definições encontradas com o estudo do contexto histórico e do contexto expresso nos roteiros.

Os roteiros de *Angola* e do *Rio da Prata* são textos da literatura de viagens portuguesa e se constituem em documentos da história da expansão marítima no século XVI. Eles, em outros termos, documentam importantes fatos linguísticos da variante de língua praticada pelos pilotos e mareantes, e trazem informações sobre os procedimentos de navegação, as descrições das regiões descobertas, as técnicas de ancoragem e o avanço da ciência da marinharia. E devido, ainda, ao fato de a impressão, na história, desses fatos e dessas informações dar-se primeiramente através do léxico (TELLES, 2012), constituindo-se, o mesmo, também, na primeira condição de entendimento e de diálogo com o conteúdo desses textos, como o é de qualquer outro (ABBADE, 2006).

Por causa dessa importância, de uma forma geral, no que diz respeito aos textos, tanto antigos como medievais ou modernos, que passam pelo tratamento filológico, um dos níveis linguístico que tem sido muito estudado é o dos itens lexicais.

Nesses estudos, tem-se constatado que estão armazenadas, nesses itens lexicais, importantes informações sobre o homem e suas realizações através dos tempos. Isso

ocorre porque a organização social, a história e a cultura da humanidade se constroem através da linguagem e se fixam na memória das civilizações principalmente por meio da linguagem escrita (ABBADE, 2006). Dessa maneira, os textos reconstituídos foram tecidos por palavras que se combinaram através de regras gramaticais específicas para descrever, contar, comentar fatos e experiências humanas, registrando, assim o percurso dos povos.

Logo, compreender o léxico de um texto produzido em um momento específico da história de um povo é compreender, através desse fato da língua, dados da história e da cultura desse povo (ABBADE, 2006).

A partir, portanto, dessas constatações, tínhamos como justificativa, que estudar o vocabulário de marinharia dos roteiros de viagem em análise seria relevante por significar: 1. buscar a compreensão da estrutura lexical (TELLES, 2012) que acreditamos ser predominante nesses escritos; 2. contribuir para a formação de um conjunto de dados do nível léxico-semântico dessa variante linguística; 3. corroborar o conhecimento sobre as técnicas, instrumentos e estratégias de navegação (TELLES, 1988) que se constituíram em condição fundamental para a formação do império português e para a configuração do mundo ocidental que hoje se conhece.

Com o propósito de alcançarmos as metas estabelecidas, definimos a seguinte divisão para apresentação do nosso trabalho:

- Seção 1: Introdução
- Seção 2: A Filologia e a História
- Seção 3: Os roteiros de viagem – contextos
- Seção 4: O *Roteiro de Angola* e o *Roteiro do Rio da Prata* – metodologia e edição
- Seção 5: Vocabulário da marinharia e dos descobrimentos através dos roteiros de *Angola* e do *Rio da Prata*
- Seção 6: Considerações finais

2 A FILOLOGIA E A HISTÓRIA

A História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são os mesmos: o texto e o método crítico. Estremar as duas disciplinas não seria de todo ocioso, visto que não só os historiadores, mas os próprios filólogos laboram em confusão quando falam nos serviços prestados à História pela Filologia e vice-versa (SPINA, 1994, p. 81).

A relação entre o labor da Filologia e o registro, a conservação e a divulgação de dados históricos faz-se estreita e notável desde suas origens em Alexandria. Lá, nas origens, estava o texto e sua trajetória na história do homem e com a história do homem (HIGOUNET, 2003, p.10); abrigando, em suas linhas, os seus anos, os seus feitos, os seus pensamentos, e as contradições a esses feitos e a esses pensamentos; guardando em si as descobertas, as criações, as técnicas, os instrumentos; a propriedade, os conflitos, as guerras; a política, as conspirações, as estratégias de manipulação e domínio; as revoluções, a libertação e os retornos à escravidão; o ir e vir do homem na sua genialidade e animalidade; marcando em si mesmo as formas de registro e as formas de nomeação etc. (LE GOFF, 2012, p. 413-445) Assim, a história da humanidade é um ente participante e condicionante dos textos; e ainda, um dos seus principais referentes. Queiroz (2006) corrobora essas afirmações, ao discorrer sobre a importância da escrita:

A escrita é um dos adventos mais importantes da história da humanidade. Através desta o homem pode armazenar, ao longo do seu percurso histórico, toda a sua memória: suas emoções, suas intrigas, seus pensamentos, seus feitos heróicos, seus descobrimentos, suas conquistas. A escrita é parte integrante do processo civilizatório que pode ser definida por si mesma. Neste sentido, a história da humanidade se divide em dois grandes momentos: antes e depois da escrita. A maioria das atuais sociedades tem por base aquilo que está escrito: as leis, as convenções, as religiões estão fundamentadas sobre textos escritos (QUEIROZ, 2006, p. 141).

Nesse mesmo sentido, Le Goff nos conta:

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Zimrilim (cerca de 1782-1759 a.C.) faz do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal, em Nínive. Na época helenística, brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu.

Memória real, pois os reis fazem compor e, por vezes, gravar na pedra anais [...] em que estão sobretudo narrados os seus feitos – que nos levam à fronteira onde a memória se torna “história”.

No Oriente antigo, antes de meados do II milênio, não há senão listas dinásticas e narrações lendárias de heróis reais como Sargon ou Narâm-Sin. Mais tarde, os soberanos fazem redigir pelos seus escribas relatos mais detalhados dos seus reinados dos quais emergem vitórias militares, benefícios da sua justiça e progressos do direito, os três domínios dignos de fornecer exemplos memoráveis aos homens do futuro. [...] (LE GOFF, 2012, p. 415-416).

O texto, assim, quer escrito, quer oral, é o fenômeno que proporcionou a organização do saber do ser humano sobre si e de comunidades humanas em torno de crenças e de formas de perceber, de interagir e de modificar a realidade que as circunscrevia; e, também, em função de seus interesses e necessidades. Consequentemente, esses textos promovem a construção dessas civilizações de forma cumulativa, histórica, progressiva e constante.

A partir dessa compreensão, registramos a igual importância para os estudos filológicos e históricos, tanto dos textos orais que embasaram a história e as crenças das civilizações ágrafas, quanto dos textos escritos das civilizações que transitaram para a fase dos sinais linguísticos. Todavia, a análise que realizamos se concentra, sobretudo, nos textos escritos, por causa do corpus da pesquisa realizada.

E, no que diz respeito aos textos escritos, eles são de tal maneira um fundamento na conservação, na transmissão do ser e do dizer de uma civilização que, ao retornarmos às origens do labor e dos afetos filológicos, encontramos os eruditos de Alexandria devotados a esses textos, em função da história que eles continham, como nos conta Spina (1994):

Quando os povos entram em exaustão de suas energias criadoras, isto é, num período de cansaço, via de regra se tornam saudosistas, debruçando-se sobre o seu passado numa tentativa de recriação. Foi o que sucedeu com a Grécia após o período de esplendor dos séculos V e IV, em que a filosofia (com Sócrates, Platão, Aristóteles), o teatro (com Sófocles, Eurípides, Aristófanes), a eloquência (com Isócrates e Demóstenes) e a historiografia (com Heródoto, Tucídides, Xenofonte) culminaram a inteligência criadora do povo helênico: passado esse período de apogeu e a febre dominadora do reinado de Alexandre, inicia-se a fase helenística, em que a Grécia não só se volta para repensar o passado, mas exporta as formas de sua criação para o Mediterrâneo ocidental e para Ásia Menor. [...] A ordenação e catalogação dessas obras levantaram problemas pertinentes à sua autenticidade, à vida dos autores e posteriormente à preparação de textos para o público e para as escolas. A sucessão dos seus bibliotecários [...] incumbiu-se de restaurar os textos literários antigos, tornados ininteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero – recuados cinco séculos e conhecidos através de versões discrepantes, lacunosas, desfiguradas por erros e interpolações (SPINA, 1994, p. 66-67).

Dessa forma, nesse período, os bibliotecários de Alexandria se voltaram para os textos literários antigos, principalmente para os textos de Homero. Segundo Cano Aguilar (2000, p. 14-15) e Duarte (2012, p. 56), eles dedicaram-se à conservação desses textos, porque atribuíam à sua língua (primeiramente, o Grego e, logo depois, o Latim) e ao seu conteúdo, um alto valor, no que diz respeito: à sacralidade dos textos religiosos, à amplitude do conhecimento sistematizado, ao alcance da criação artística e à importância dos fatos históricos que narravam e espelhavam (SPINA, 1994, p. 66-67). Percebiam, pois, que naqueles 533 textos, se encontrava um bem imaterial imprescindível, o qual era um conjunto de ideias e de feitos que representavam a constituição ontológica da Civilização Grega. Nessa direção, segue o pensamento de Auerbach (1972), acerca da necessidade de se preservar a cultura de uma civilização, abrigada em seus textos; porém, não em qualquer texto – e sim, em textos confiáveis constituídos pelo trabalho filológico:

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente. Tal necessidade se fez já sentir na época dita helenística da Antiguidade grega, no terceiro século a.C., quando os eruditos que tinham seu centro de atividades em Alexandria registraram por escrito os textos da antiga poesia grega, sobretudo Homero, dando-lhes forma definitiva. Desde então, a tradição da edição de textos antigos se manteve durante toda a Antiguidade; teve igualmente grande importância quando se tratou de constituir os textos sagrados do Cristianismo (AUERBACH, 1972, p. 11).

Em consequência desse estreito convívio com os manuscritos, alguns problemas quanto à forma verdadeira dos textos começaram a ser detectados e métodos de trabalho passaram a ser desenvolvidos com o fim de solucioná-los. Eis, então, alguns dos problemas que tomaram forma num processo paralelo de formatação da prática filológica:

1. O problema da genuinidade dos textos – os estudiosos detectaram que as cópias de uma mesma obra apresentavam profundas discrepâncias, por isso passaram a fazer um detalhado cotejo entre essas obras para identificar as diferenças, por meio dos seguintes processos: anotação das variantes; conhecimento do estilo do autor e das principais características da sua obra e de seu pensamento; análise dos direcionamentos da escola artística do autor (SPINA, 1994, p. 67-68; CAMBRAIA, 2005, p. 39-40); investigação das características sócio-históricas e culturais da época do autor. Todo esse minucioso trabalho era realizado para melhor interpretar e explicar o texto, para justificar a escolha da variante a ser editada; e, para organizar, ainda, as chamadas glosas, que eram o

levantamento e a definição das variantes dialetais e das palavras desconhecidas (SPINA, 1994, p. 152-153).

2. O problema da autenticidade – quais textos, atribuídos a um determinado autor, foram, de fato, criados por ele? A tentativa de solução a essa questão dava-se também através dos procedimentos descritos acima.

3. O problema da dificuldade de leitura e de compreensão (SPINA, 1994, p. 66-67; CANO AGUILAR, 2000, p. 14-15) – os textos, sobre os quais se começou a prática filológica, já completavam cinco séculos de distanciamento do público a quem eles eram dirigidos; perdia-se, diante disso, o sentido da busca de uma verdade (literária, filosófica, histórica ou religiosa) que se não podia entender; daí o trabalho de constituição de glosas e de transliteração dos textos (CAMBRAIA, 2005, p. 40).

4. O problema da fixação – que lição deve ser fixada para publicação e circulação, servindo, também, de fonte fidedigna para as próximas cópias? (SPINA, 1994, p. 66-67). Passavam, pois, a fixar, a interpretar e a comentar uma forma definida, tomando como base as informações extraídas de toda investigação e sistematização filológica realizada.

Assim, no percurso histórico da Filologia, que se inicia com a prática abnegada dos alexandrinos, foram geradas técnicas de análise e de edição e um firme propósito pela busca do original; essas características tão marcantes na Antiguidade vêm esmorecer-se com a prática dos copistas menos criteriosos da Idade Média (SPINA, 1994, p. 69; CANO AGUILAR, 2000, p. 15); após esse período, são reestabelecidas no contexto do Humanismo, do Renascimento e da Reforma. Estes movimentos trazem para o labor filológico um novo rigor técnico que culmina no século XIX, quando o pensamento cientificista define uma delimitação mais precisa para as disciplinas históricas e gera a sistematização necessária para a especificação do objeto, do objetivo e do método filológico a ser seguido para a crítica dos textos (CANO AGUILAR, 2000, p. 16-21; AUERBACH, 1972, p. 15).

Nessa trajetória, da prática e da teorização do trabalho filológico, surge, aprimora-se e reveste-se com as características da cientificidade oitocentista, o método crítico de investigação, de comparação, de fixação e de apreciação dos textos (SPINA, 1994, p. 71-77).

Dessa forma, conforme Cano Aguilar (2000, p. 13-14), primeiramente, nasce e toma forma a Filologia de atuação e de objetivos mais totalizantes; e, desta, delimita-se a Crítica Textual, que, às vezes, se restringe bastante, objetivando a crítica e a apresentação da forma autorizada dos textos; e, por outras, amplia o seu raio de ação, tal qual à Filologia

alexandrina, indo mais a fundo em dados de outras disciplinas para melhor fixar o seu texto, e transcendendo ao texto – a partir dele apresentando à sociedade interpretações e considerações de vária ordem. Sobre esse segundo comportamento da Crítica Textual, Spina (1994) afirma:

Finalmente, o filólogo agora não se *concentra* no texto, nem *deduz* aquilo que não está no texto, mas procura transpô-lo, fazendo dele aquilo que considera Antônio Tovar: “o mais fino instrumento histórico para penetrar na alma, no estilo dos séculos antigos”. É a *função transcendente* da Filologia. Neste sentido, poderíamos dizer, para exemplificar, que a obra de Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média*, é, talvez, o maior monumento da filologia moderna. Através das crônicas, das memórias e da poesia que encantaram o mundo galante da corte borgonhesa no século XV (Georges Chastellain, Froissart, Commines, Monstrelet, Jean Molinet [...] e outros) Huizinga fez o retrato mais penetrante e mais apaixonado das formas da vida espiritual francesa e flamenga dos fins da Idade Média. Na mesma linha situa-se a obra de Américo Castro, também fascinante (embora muito controvertida pela crítica filológica espanhola), intitulada na segunda edição *La Realidad Histórica de España* (México, Editorial Porrúa, 1954). Disse dela Mariano Picón Salas (*El Nacional*, Caracas, 8 de outubro de 1953): “En uno de los estudios históricos más importantes aparecidos em el presente siglo, el gran filólogo español Américo Castro ha ahondado en las raíces orientales de España para fijar la peculiaridade hispánica frente a los otros pueblos latinos de Europa” (SPINA, 1994, p. 83).

Todavia, quer restrinja, quer amplie o seu âmbito de atuação, os seus objetivos e resultados, a Crítica Textual é a disciplina que se define pelo estudo e pela crítica exaustiva dos textos para a fixação da sua forma original ou da forma mais próxima possível do original (CAMBRAIA, 2005, p. 13); ou, ainda, para fixação da forma mais autorizada do texto (SANTOS, 2012, p. 21); e, a partir de uma perspectiva mais contemporânea, para apresentação de quantas forem as lições, todas autorizadas pela sua transmissão, recepção e pela sua história dentro de uma determinada comunidade leitora (SANTOS, 2012, p. 22, 51-62), (BORGES; SOUZA, 2012, p. 15-59). Nesse sentido, constatamos que os resultados e as concepções variam conforme o texto, os objetivos do crítico e o momento histórico no qual a disciplina é praticada e repensada (DUARTE, 2012, p. 60, 65), pois essas são as condições de existência de uma disciplina histórica, conforme nos diz Duarte (2012):

A Crítica textual é uma disciplina filológica e por isso, e tendo ainda em conta o sentido geral que actualmente lhe reconhecemos, deve ser encarada como um dos ramos da História, na medida em que se ocupa do processo histórico dos textos em duas vertentes fundamentais: o texto *em processo de produção* e o texto *em processo de transmissão* [...] (DUARTE, 2012, p. 59).

E, ainda:

A focalização do crítico sobre uma destas vertentes, ou sobre aspectos específicos de cada uma delas, e o modo como o faz, inscrevem-se igualmente num processo histórico [...] de tal modo que, em vez de uma disciplina dotada

de um objecto específico e vocacionada para um objetivo definido, temos na Crítica Textual uma disciplina aberta de cuja natureza se não poderá dissociar a busca permanente de um objecto e de um método, com todas as consequências daí decorrentes. Enquanto disciplina histórica, a Crítica Textual tem que gerir, na sua doutrina e nos seus métodos, as contradições inerentes a tal condição; poderemos por isso aplicar-lhe aquilo que diz Gianfranco Contini a propósito da Filologia: que ela se depara com a contradição existencial típica de qualquer disciplina histórica [...] (DUARTE, 2012, p. 60)

A partir dessas constatações, podemos precisar quatro motivos que entrelaçam e favorecem as relações de colaboração mútua entre a Filologia e a História.

A primeira motivação está na origem e na constituição histórica da disciplina Filologia, conforme afirma Cano Aguilar (2000), em subseção intitulada *Constitución histórica de los que haces filológicos*, em que explica o “vínculo indissolúvel” entre a Filologia e a História:

Los orígenes de la Filología están vinculados a la consideración de “sagrados” alcanzada por determinados textos en varias sociedades antiguas. La creencia en un texto manifestador de verdad inmutable y de sabiduría siempre actuante (texto, pues, que será siempre “maestro”) provocó el intento de salvaguardar la lengua en que estaban escritos, lengua ella misma también sacralizada, de todo cambio, pues en este mundo los cambios no podían entenderse sino como corrupción, como destrucción de algo que debía permanecer, por su misma naturaleza, idéntico a sí mismo. Pero esa fijeza del texto hacía que con el paso del tiempo fuera dejando de ser comprensible, pues las formas lingüísticas eran ya otras: su función no podía ya ser cumplida, por lo que para que continuara su vigencia urgía una labor de exégesis e interpretación que eliminara la paradójica “extrañeza” que producían unos textos destinados a la perennidad. Nació así una práctica sobre textos [...] que no puede denominarse sino como Filología, pues esa práctica es el contenido constante y definitorio de tal disciplina; y la “extrañeza” ante textos que iban quedando cada vez más lejanos es lo que puede explicarnos la indisoluble vinculación de nuestra ciencia a la Historia¹ (CANO AGUILAR, 2000, p. 14-15).

Nessa direção, pensamos, também, ter demonstrado – na sucinta exposição realizada sobre a origem dos labores filológicos praticados pelos alexandrinos – como a história e a cultura da Civilização Grega, reunidas em milhares de textos, condicionaram o surgimento dessas ciências – a Filologia e a História. É notável a ação gravitacional da

¹ Tradução: “As origens da Filologia estão vinculadas ao status de sagrado alcançado por determinados textos em várias sociedades da Antiguidade. A crença em um texto manifestador de uma verdade imutável e de uma sabedoria sempre atuante (texto, pois, que será sempre “mestre”) provocou a tentativa de salvaguardar a língua em que esses textos estavam escritos, língua, ela mesma, sacralizada, de toda mudança, pois neste período as mudanças não podiam ser entendidas de outra maneira, a não ser como corrupção, como destruição de algo que devia permanecer, pela sua própria natureza, idéntico a si mesmo. Contudo essa fixação fixidez do texto fazia que com o passar do tempo esse texto fosse deixando de ser compreensível, pois as forma lingüísticas eram já outras: sua função já não podia ser cumprida, pelo que para que continuassem sua vigência seria necessário um trabalho de exegese e interpretação que eliminasse a contraditória estranheza que produziam sobre os textos destinados à perennidade. Nasceu assim uma prática sobre textos [...] que não pode ser denominada senão como Filologia, pois essa prática é o conteúdo constante e definidor de tal disciplina; e a estranheza diante de textos que iam ficando cada vez mais distantes é o que pode nos explicar o indissolúvel vínculo entre nossa ciência e a História” (tradução nossa).

história provocando a união de, no mínimo, quatro fenômenos: a trajetória de uma grande civilização; os textos produzidos por essa civilização sobre as suas ideias e realizações; os abnegados estudiosos, amantes da palavra, da arte e da verdade; e a deliberação por uma organização e um estudo crítico desses textos para a definição de um cânone a ser preservado, reproduzido e seguido. É, do mesmo modo, eloquente, na narração de Spina (1994), essa propriedade de atração que a história de um povo pode exercer, gerando novos fenômenos numa reação em cadeia:

[...] Nesse período, também denominado alexandrino, que se estende aproximadamente do ano 322 a 146 a.C., eruditos de toda procedência se sucederam como bibliotecários da famosa Biblioteca de Alexandria, que, com os seus 490 mil volumes e os 43 mil colocados, por falta de espaço, no Museu Serapeum contíguo à biblioteca, se tornou o maior centro de cultura helênica da Antiguidade. [...] (SPINA, 1994, p. 66).

Ela é visível, também, no registro de Cambraia (2005, p. 38): “Por ordem de Ptolomeu I, rei do Egito (de 306 a 283 a.C.), se teria constituído na cidade de Alexandria, situada no delta do Nilo, um centro de estudos, oficialmente chamado de Museum [...] onde se reuniam estudiosos de diversas áreas. [...]”.

O segundo motivo que une as duas disciplinas é o fato de possuírem o mesmo objeto – o texto; e o mesmo método – o método crítico. Esse enlace metodológico na obstinação de explicar esse objeto único é perfeitamente explicado por Spina (1994):

A investigação histórica baseia-se fundamentalmente na crítica externa e na crítica interna dos seus documentos. As operações da *crítica externa* são próprias da investigação filológica: a *restauração* do documento, restituindo-o a sua forma original e genuína; o estabelecimento da autoria e a crítica de procedência (foi o autor do documento testemunha pessoal dos fatos comunicados, ou serviu-se de fontes? E qual o seu comportamento perante as fontes utilizadas?). A *crítica interna* divide com a Filologia as suas operações: a *Hermenêutica*, preocupada com o sentido literal, alegórico, moral, anagógico do texto, constitui também tarefa da Filologia; mas a *crítica de objetividade*, de caráter eminentemente histórico, interessa-se pela competência da testemunha dos fatos: se a testemunha se serviu de fontes, qual a natureza delas? Tradição oral, documentos escritos? Tinha a testemunha domínio da língua do texto original? A que distância cronológica ela ficava das fontes utilizadas? A sua capacidade sobre o assunto? Possuía o dom da observação? Era exata, minuciosa nos dados fornecidos? (*crítica de competência*); interessa-se ainda pela sinceridade da testemunha na exposição dos fatos (*crítica de sinceridade*); e, na hipótese de haver mais de uma testemunha sobre o mesmo fato, preocupa-se com as razões das divergências entre elas (*crítica de controle*) (SPINA, 1994, p. 81).

O terceiro fator motivador que congrega a Filologia e a História na mesma rede científica de dados, estudos, metodologia e resultados é a função transcendente da Filologia, pois a única possibilidade de transcender ao texto, praticando uma exegese criteriosa e construindo interpretações e comentários confiáveis, está em o filólogo

alicerçar a sua investigação na História: ou na história do texto; ou na história do seu autor; ou no contexto sócio-histórico em que foi produzido; ou na pesquisa da procedência dos dados históricos que nele estão espelhados etc. Sobre isso, além do exemplo já exposto anteriormente, vale, ainda, destacar:

A hermenêutica, arte ou ciência – como se queira – da interpretação, mantém-se equidistante da crítica literária e da Filologia: sem a interpretação a crítica não penetra nas regiões da supra-realidade criada, tampouco apreende a arquitetura e o sentido da obra literária como um conjunto, uma construção; sem a interpretação a Filologia também não pode exercer a sua função transcendente, a de penetrar na vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. Compreendido assim o papel da crítica literária e o da Filologia, é evidente que esta, mais do que aquela, necessita da perspectiva histórica para o seu exercício. Por isso mesmo a Filologia é uma ciência histórica (SPINA, 1994, p. 152).

Nesse mesmo sentido, ressalta-se ainda que:

A Filologia [...] nasceu assim: como hermenêutica e exegese do texto. [...] Aristarco, o maior dos comentadores, evitava penetrar no complicado da explicação alegórica, propondo a possibilidade de uma compreensão integral do texto homérico através do próprio texto, apoiado no jogo comparativo do léxico completo do poeta. O modo de escrever as palavras (*prosódia*), a explicação dos mitos, do mundo histórico e geográfico, a explicação de coisas (que permitia, com relação a Homero por exemplo, penetrar no *modus vivendi* da época – alimentação, o vestuário da idade heroica, a ausência de equitação e de carros puxados por quatro cavalos, seus deuses, seus heróis etc.), constituíram a ciência filológica nos seus primeiros tempos, eminentemente exegético como se vê. O comentário, no intuito de esclarecer o mundo em que o poeta viveu e o mundo a que ele se refere, jamais foi descartado da investigação filológica, que dele se servirá sempre como elemento indispensável nas suas edições críticas (SPINA, 1994, p. 152-153).

É possível que se levante a questão: isso não se aplica a textos não-literários. Consideramos tal questão improcedente, pois: 1. O fato de o texto ser informativo não significa que o seu conteúdo não precise ser investigado e explicado, como, por exemplo, as razões históricas de sua existência; os sentidos, que também possuem motivos históricos, compondo sua construção; as acepções de suas lexias que também estão atreladas ao momento histórico do seu uso; e a necessidade de investigação na História sobre os fatos e dados históricos que possam fazer parte do seu conteúdo etc. 2. O texto informativo também pode abrigar no seu conteúdo uma linguagem figurada correspondente ao cotidiano, ou a elementos culturais, ou à sócio-história da comunidade na qual foi produzido; 3. O texto não-literário irá possuir atores e lugares que podem ser investigados historicamente; 4. E, finalmente, há ainda, a complexa questão da intenção, todo texto é portador de uma intenção: o que justifica a produção da mensagem? qual ou quais os objetivos dela? Essas questões irão, igualmente, demandar uma investigação histórica. No trecho abaixo, Spina (1994, p. 152) está a falar sobre a “simbologia literária

medieval”; porém, baseados nos argumentos que apresentamos acima, defendemos a ideia de que a proposição postulada aplica-se a textos literários e não-literários: “O objetivo, portanto, da Filologia não consiste apenas na “fixação do sentido literal de um enunciado”, mas na interpretação também dos diferentes graus semânticos do texto.”

A quarta razão dessa conjunção entre a Filologia e a História é o uso profícuo e necessário da tradição indireta, composta de textos sempre situados historicamente: cartas pessoais, documentos oficiais, jornais, glossários, citações, comentários, paródias etc. Tudo isso pode conter dados da história social ou cultural referente ao texto que se quer entender e explicar. De acordo com Spina (1994):

A tradição indireta compreende as fontes, as traduções, as citações, os comentários, as glosas e as paráfrases, as alusões e as imitações. Não é raro que esse tipo de tradição possa subministrar utilíssimos subsídios para a solução de certas dúvidas do texto em estudo. Ainda que a consulta de um testemunho referencial deva ser feita com certa precaução, muitas vezes – no caso por exemplo de manuscritos únicos – ela exerce um papel extremamente proveitoso (SPINA, 1994, p. 96).

Com as palavras de Cano Aguilar, apresentamos uma última argumentação, a qual, juntamente com as anteriores, sistematizadas nesta seção, possui o propósito de demonstrar teórica e historicamente a relação de retroalimentação entre a Filologia e a História – a primeira a fixar textos que registram ou espelham dados ou fatos da História Geral ou Cultural, servindo para confirmar ou contestar o que oficialmente se registrou ou se registra; a segunda, por sua vez, a fornecer informações que alicerçam o trabalho do crítico textual no momento de fixar a forma mais confiável, ou no momento de interpretar ou comentar o texto. Seguem, assim, as constatações de Cano Aguilar (2000):

A partir de una tan amplia interpretación, desde el siglo XIX los potenciales sentidos ahí encerrados van a desarrollarse en direcciones en parte separadas y en parte relacionadas: de ahí la polisemia siempre presente en la familia de Filología, que sigue dando nombre a realizaciones intelectuales a veces bastante divergentes. Así, por un lado, Filología sigue conservando una acepción amplia, de modo que por ella se entiende el estudio y análisis de la cultura y civilización de un Pueblo a través de los documentos escritos que este há dejado: la Filología es así una ciencia auxiliar de la Historia (“sierva de las ciencias históricas” la llamó E. R. Curtius en el prólogo de 1953 a su Literatura europea y Edad Media latina), e incluso puede concebirse como una “Historia cultural”. Pero más frecuentemente la Filología se há identificado con la labor misma del estudio de los textos: en este sentido, es la Historia [...] la que se convierte en auxiliar de la Filología [...]; ahora bien, para tal interpretación es preciso que el texto sea fiable: la Filología acaba así especializándose en la labor de fijar, reconstruir, criticar, etc., los textos transmitidos [...] Y presente siempre en cualquiera de estas “especializaciones” de la Filología, la

dimensión histórica, la perspectiva diacrónica del investigador (CANO AGUILAR, 2000, p. 14)².

2.1 O TRABALHO FILOLÓGICO E OS TISMUNHOS HISTÓRICOS

Assim, da intimidade dessa relação tão profícua entre a Filologia e a História, foram feitos a edição e o estudo dos roteiros de Angola e do Rio da Prata que se concretizam a partir da pesquisa das circunstâncias históricas nas quais os textos foram lavrados e nas quais circularam; a partir, ainda, da pesquisa em dicionários de épocas aproximadas. Ou seja, procuramos saber quem eram os seus autores e usuários; as possíveis situações motivadoras da construção desse gênero textual; o contexto da marinharia lusitana quinhentista; e o conteúdo que veiculavam há cinco séculos atrás, através do seu léxico, situado historicamente.

E é, precisamente, na distância desses roteiros do tempo no qual hoje nos encontramos, que corroboramos a importância de restituirmos, com a metodologia da Crítica Textual, esses roteiros de navegação – por serem, estes, testemunhos históricos. Ora, quanto mais testemunhos históricos sobre épocas remotas pudermos editar, maior contribuição poderemos dar aos estudos da História, que não podem prescindir de um maior número possível de textos sobre um fato dado, para cotejarem esses textos e chegarem a conclusões mais críticas e precisas.

Assim, quanto maior for a distância da trajetória entre os eventos históricos e os estudos que tentam restituí-los, em grande parte dos casos, maior será a ausência de testemunhos ou menor o número de textos escritos sobre os fatos; e, por isso, maior a probabilidade de a História oficial apresentada está precipitada ou lacunosa em suas conclusões. Fato é que todos que pensam a história do homem e das suas relações precisam de dados e versões para de forma mais consciente compreender os possíveis

² Tradução: “A partir de uma tão ampla interpretação, desde o século XIX os potenciais sentidos aí encerrados vão desenvolver-se em direções em parte separadas e em parte relacionadas: daí a polissemia sempre presente na família da Filologia, que segue dando nome a realizações intelectuais as vezes bastante divergentes. Assim, por um lado, a Filologia segue conservando uma aceção ampla, de modo que por ela se entende o estudo e a análise da cultura e da civilização de um Povo através dos documentos escritos que este tenha deixado: a Filologia é assim uma ciência auxiliar da História (“serva das ciências históricas” a chamou E. R. Curtius no prólogo de 1953 à sua *Literatura europea y Edad Media latina*), e inclusive pode conceber-se como uma “História Cultural”. Contudo mais frequentemente a Filologia tem se identificado com o trabalho de estudo de textos propriamente dito: neste sentido, é a História [...] a que se converte em auxiliar da Filologia [...]; agora é certo que para tal interpretação é preciso que o texto seja confiável: a Filologia acaba assim especializando-se no trabalho de fixar, reconstruir, criticar etc., os textos transmitidos [...] E presente sempre em qualquer destas “especialidades” da Filologia, a dimensão histórica, a perspectiva diacrônica do investigador” (tradução nossa).

caminhos de suas inferências. A importância da quantidade de testemunhos históricos e a relatividade das construções de fatos históricos, podemos deduzir, por analogia, a partir do raciocínio apresentado por Ricoeur (2007):

É na prática cotidiana do testemunho que é mais fácil discernir o núcleo comum ao uso jurídico e ao uso histórico do testemunho. Esse emprego coloca-nos de imediato diante da questão crucial: até que ponto o testemunho é confiável? Essa questão põe diretamente na balança a confiança e a suspeita. É então trazendo à luz as condições em que é fomentada a suspeição que temos a oportunidade de abordar o núcleo de sentido do testemunho. De fato, a suspeita se desdobra ao longo de uma cadeia de operações que têm início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento. A desconfiança dos observadores revestiu-se de uma forma científica no âmbito da psicologia judiciária enquanto disciplina experimental. Uma das provas básicas consiste na tarefa imposta a uma coorte de indivíduos de reproduzir uma mesma reconstituição verbal da mesma cena filmada. O teste supostamente permite medir a confiabilidade do espírito humano no que diz respeito às operações propostas, seja no momento da percepção, seja na fase de retenção, seja, enfim, no momento da reconstituição verbal. O artifício desse teste sobre o qual importa chamar a atenção está em que o experimentador é quem define as condições da prova e valida o estatuto de realidade do fato a ser atestado: esse estatuto é considerado como adquirido na própria montagem do experimento. São então os desvios em relação a essa realidade comprovada pelo experimentador que são levados em consideração e medidos. O modelo implícito nessa pressuposição é a confiabilidade indiscutível do olho da câmera. [...] Para nós, a questão não é submeter à crítica as conclusões da investigação a respeito da desqualificação do testemunho em geral, mas de questionar, por um lado, aquilo que Dulong denomina o “paradigma do registro”, a saber, a câmera, e por outro lado a idéia do “observador isento”, preconceito ao qual estão submetidos os sujeitos do experimento (RICOEUR, 2007, p. 171).

O exemplo da experiência narrada, certamente, nos leva a entender o paradigma que propõe novas possibilidades de construção de uma história mais consciente, defendido por Le Goff (2012). Essa construção, a que se dedica maior acuidade e um mais amplo redirecionamento dos olhares, encontra-se favorecida pela nova compreensão sobre a parcialidade dos documentos, a qual pode ter os seus efeitos diminuídos à medida que os historiadores possuem uma quantidade maior de testemunhos históricos editados com fidedignidade. Sobre a “não inocência do documento”, argumenta Le Goff (2012):

[...] A tomada da consciência da construção do fato histórico, da não inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da construção do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; ao contrário os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito (LE GOFF, 2012, p. 13).

Nessa direção, consideramos que o trabalho filológico na reconstituição de testemunhos históricos é de grande relevância, no sentido em que contribui para o repensar das construções dos fatos que a História nos vêm apresentando, seja para confirma-los, negá-los ou, sobretudo, para transformar o nosso olhar sobre eles.

Dessa forma, prosseguimos essa análise. Alicerçados nas proposições apresentadas nessa seção, adquirimos consciência das áreas teóricas em que transcorre essa investigação e da contribuição linguística e histórica da edição e do estudo desses testemunhos, que comungam a um só tempo os âmbitos filológico, linguístico e histórico.

3 OS ROTEIROS DE VIAGEM – CONTEXTOS

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO – A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E OS ROTEIROS DE VIAGEM

Um dos povos a ter grande êxito no empreendimento e nos resultados da expansão marítima foi o povo português. Esse feito, necessariamente, fez dele também uma das principais civilizações a produzir e a lidar com os roteiros de viagem (COSTA, 1960, p. 291). Juntamente com os tais roteiros, os portugueses produziram as instruções náuticas, as cartas, os diários, dentre outros; formando, todos esses textos, um vasto conjunto que constitui a chamada Literatura de Viagens. Constituindo-se, assim, essa volumosa produção, em uma consequência e em um importante fator determinante do grande movimento de expansão marítima portuguesa (PINTO, 1994, p. 606, col. b).

No que diz respeito aos fatores que conduziram Portugal à expansão marítima, Albuquerque (1983, p. 11-37) irá narrar alguns dos principais motivos que provocaram o desenvolvimento do comércio, da indústria náutica e da empresa dos Descobrimentos, no seio do povo lusitano desde o século XIII. É o que conta o historiador:

Da soma de documentos que, sobre a vida portuguesa no século XIII, chegou até nós salientam-se testemunhos bastantes para podermos garantir que já então existia uma corrente de comércio marítimo ligando Portugal aos entrepostos comerciais do Norte da Europa e do Mediterrâneo e que a primeira dessas ligações estava, pelo menos em parte, nas mãos de mercadores portugueses (ALBUQUERQUE, 1983, p. 11).

A história do povo lusitano, desde o século XI, é marcada por um intenso convívio e por trocas comerciais com povos que se definiam essencialmente pelo modo de produção mercantil, tais como os Mouros e os Levantinos. Notamos esse fato nas afirmações de Albuquerque (1983):

Os Mouros, que, por esse tempo, ainda desciam a orla do Ocidente marítimo da Península acossados pela cavalaria e pela peonagem dos primeiros senhores feudais do novo reino, tinham sabido criar com as praças marroquinas um comércio por mar que atingiria certo vulto [...] Naturalmente continuariam a exercer uma atividade mercantil alguns mercadores mouriscos que se deixaram ficar em terras integradas no reino cristão, depois de convertidos ou de terem comprado aos conquistadores o foro de homens livres. E dessas atividades mercantis tirariam alguns portugueses dos primeiros tempos da monarquia, como sugere Jaime Cortesão, um estímulo para se dedicarem a uma vida de negócios.

[...] Está fora de dúvida que uma parte das embarcações levantinas fazia ocasionalmente escala nos portos do reino português; e, decerto, os mercadores, acompanhando a bordo as suas fazendas, não deixavam de aproveitar a oportunidade para negociar com os habitantes nativos. Já no século XII, a pimenta, por exemplo, era vendida em Coimbra e noutras terras

do País. Assim, não só se iniciou um comércio de estrangeiros em Portugal, exercido a princípio de modo fortuito, como também, com o exemplo de tal comércio, os Portugueses teriam sido estimulados a criar ou a desenvolver, se elas já existiam antes, relações por conta própria com os portos da Europa (ALBUQUERQUE, 1983, p. 11-12).

Nas principais praças comerciais da Europa, como podemos observar na citação acima, a procura pelas mercadorias vindas do oriente era já, no século XII, um fato relevante. Paralelo a isso, os mercadores do Mediterrâneo foram obrigados a deixar de transportar os produtos do Oriente por via terrestre por causa da guerra que ocorria em território francês; dessa forma, passam a preferir o transporte por mar, margeando a Península Ibérica. A partir dessa experiência, esses mercadores percebem as grandes vantagens oferecidas pelo transporte marítimo de mercadorias; fixando mais, no aprendizado dos comerciantes portugueses, esse modo de realizar negócios. Nesse sentido, Albuquerque (1983) afirma:

Não é, porém, difícil encontrar outra razão que contribuiria para desenvolver essas atividades, de início limitadas a permutas feitas em pequena escala. Até ao século XI, os mercadores do Mediterrâneo tinham utilizado muito a via terrestre para fazer transportar os produtos do Oriente às praças do Norte europeu; essa carreira comercial, que atravessava o coração da França por Cahors e atingia os portos de Bordéus e de La Rochelle, foi, a partir de então e em consequência da guerra que assolava a França, preterida pela linha marítima, que, contornando a Península Ibérica, colocava as especiarias nos locais de negócio de maneira mais económica, mais segura e, com certeza, mais rápida (ALBUQUERQUE, 1983, p. 11).

Toda essa atividade mercantil dentro e ao redor de Portugal instiga os lusitanos a ver no comércio um meio de sustento e de enriquecimento, por isso um crescente contingente passa a aprender e a praticar o ofício do mercado. Dessa forma, o movimento de comerciantes portugueses tinha uma ação, ainda que inicial, em crescente desenvolvimento, em importantes entrepostos e, além mesmo, em grandes feiras, tais como, portos ingleses, comércio francês, dentre outros. Conforme podemos ratificar em Albuquerque (1983):

A primeira notícia que temos de barcos comerciais portugueses em águas da Mancha remonta a 1194: era neste ano esperado na Flandres um navio lusitano carregado de melão (decerto reexportado de Portugal, pois não consta que nessa data se cultivasse no reino a cana-de-açúcar), que não chegou ao seu destino por ter naufragado. Pelo século XII apareciam portugueses na feira anual de Tessalónica [...] É sabido que, para se defenderem da pirataria, os mercadores negociavam, com os monarcas dos países onde os corsários armavam os seus navios, salvos-condutos que garantissem a integridade das suas pessoas e fazendas; e diz-nos Gama Barros que, numa época de grande atividade do corso inglês, só num ano (1226) o rei da Inglaterra concedera mais de uma centena de tais privilégios a homens de negócios de Portugal. Ora, este facto, que, como notou aquele historiador, decerto se relaciona com o apresamento do ano precedente, se significa estarem já muito desenvolvidas as permutas comerciais entre Portugal e a Inglaterra, não quer de modo algum

dizer que uma centena de embarcações portuguesas tivesse visitado os portos ingleses em tão curto período. É bem mais provável que a maioria dos mercadores que compraram tais salvos-condutos fizesse conduzir em barcos estranhos os produtos que pretendia negociar; como também é natural que as embarcações nacionais, porventura chegadas então a portos britânicos, viajassem por conta de vários mercadores associados, prática que foi corrente nos séculos imediatos, como veremos (ALBUQUERQUE, 1983, p. 12-13).

Além de toda essa experiência e iniciativas na área mercantil, Albuquerque (1983, p. 11) nos conta sobre uma promissora indústria de construção naval situada no porto fluvial de Alcácer do Sal. Fato que é fundamental na fomentação de um processo de avanço sobre os mares, motivado por três fatores principais: o mercantilismo que vai ganhando cada vez mais força nesse período; a determinação do Cristianismo Romano em exercer o domínio religioso em todos os povos; o desejo das Coroas por ampliar o seu poder político, transformando os seus reinos em grandes impérios. Esses fatores, por sua vez tinham como principal alicerce, o desenvolvimento da construção naval e das técnicas de navegação (MOURÃO, 2001, p. 149, col. b – p. 150, col. b).

A trajetória descrita acima desemboca na formação e na consolidação de uma nova classe formada por marinheiros e mercadores, que virá a ser um dos principais braços a mobilizar a expansão marítima em busca de novos mercados consumidores e de mercados fornecedores de mercadorias e mãos-de-obra; ampliando sua força econômica e seu poder político na influência do comando do recém-formado estado nacional português – na tomada de decisões, na aprovação das leis, dentre outras coisas. Nesse sentido, narra Albuquerque (1983):

Por este rápido esboço pode o leitor verificar como no decorrer da era trecentista os marinheiros e os mercadores portugueses se aglutinam num grupo social com interesses comuns e bem diferenciados – empreendedor, activo e dando cada vez maiores provas de vitalidade.

Com o decorrer dos anos, esse grupo ganha ascendente e conquista uma posição de primeiro plano na vida económica do reino. Durante a primeira metade do século XIV, embora tal grupo se mostre já muito consciente do que lhe importa atingir, ainda na maioria dos casos tem de abrir caminho isoladamente, sem contar com o apoio da força do Estado; são disso exemplos frisantes o contrato de 1293 e o tratado de 1353 com os ingleses. Nas últimas três ou quatro décadas do século colhem-se, porém, nítidos sinais de que oferecia já a estrutura de uma verdadeira classe que afirmava a sua ascensão, intervindo na direção do governo do País e obtendo dele leis favoráveis (ALBUQUERQUE, 1983, p. 34-35).

Essa nova classe, a burguesia mercantil – que ao longo dos séculos XII e XIII vinha se formando e se fortalecendo através da experiência e da prática, motivada pela possibilidade de um novo sustento; e pela perspectiva da construção de relações sociais mais autônomas que a livraria de uma condição servil e dependente – termina o século XIV com grande poder político e econômico. Isso se deve ao fato de ter enriquecido e de

ter se infiltrado nas instancias políticas, influenciando na formação de leis e nas deliberações administrativas (ALBUQUERQUE, 1983, p. 34-37). Acrescente-se, ainda, a estratégia de se aliar ao povo durante a Revolução de 1383, galgando importantes conquistas por meio desse movimento, tais como, medidas de proteção ao comércio português e a elaboração de um direito nos moldes do foro romano, em detrimento do direito feudal. Conforme o que informa Albuquerque (1983):

Ao iniciar-se o século XV, a burguesia comercial está no vértice do seu poder, enriquecida e próspera. Logo nos primeiros anos desse século dispunha de tão largos cabedais que a vemos interessada em investimentos financeiros no estrangeiro; de facto, os mercadores portugueses enfileiram ao lado de genoveses e venezianos como credores das cidades de Bruges e Gand. Cite-se ainda, como indicação do seu poder, uma carta de D. Duarte: ao referir-se à frota numerosíssima que foi possível mobilizar para o assalto a Ceuta, o rei afirma não saber de “um só lugar da Espanha de que tão poderosa armada pudera sair”; e esses barcos eram, na sua quase totalidade, transportes de comércio equipados para guerra.

Assim, a burguesia urbana de mercadores e armadores entrava em Quatrocentos com peso relevante na vida económica e social do País. Importa retermos este facto para compreendermos o movimento expansionista do século XV, porque é à luz dos interesses desta classe que a expansão ao longo das costas africanas à procura de um comércio de escravos e de ouro em parte se esclarece e se explica (ALBUQUERQUE, 1983, p. 36-37).

Em paralelo à formação e ao fortalecimento da classe burguesa, deu-se em Portugal a atuação, também fundamental, dos reis, da alta nobreza e de suas alianças, tanto na centralização do poder, como na adoção de medidas que passam a organizar as atividades económicas, a elaborar leis de proteção ao comércio, a coordenar a política interna e externa e a impulsionar e administrar as navegações dos descobrimentos. Na medida em que essas ações aconteciam, formataram e fortaleceram o estado nacional português o que favorecia, e muito, a expansão marítima. Nesse sentido, Costa (1994) afirma:

[...] País situado na periferia da Europa, longe das grandes lutas que abalavam então as regiões mais centrais da cristandade latina, Portugal saiu mais rapidamente da longa crise política do ocidente medieval, iniciada em meados do século XIV. A centralização política precoce não impedia, contudo, que Portugal continuasse a suportar uma crise económica e social. O país tinha, pois, condições para ser o pioneiro da expansão marítima europeia no início do século XV (COSTA, 1994, p. 485, col. b).

E se tudo isso já são fatos de grande relevância, ainda há que se destacar a promoção e organização de uma importante armada corsária (COSTA, 1994, p. 485-490); e a realização de um comércio marítimo por iniciativa de reis e nobres; comércio efetuado, como era de se esperar, em benefício próprio. Todas essas ações enumeradas fazem dos

reis e da nobreza a outra força propulsora da expansão, do comércio e dos descobrimentos. Conforme as informações de Albuquerque (1983):

Nos últimos anos do reinado de D. Fernando, apesar das guerras e da crise de mão-de-obra rural que se seguiu à peste de meados do século, a supremacia da classe dos mercadores é de tal modo acentuada, e a sua marcha ascensional tão nítida, que atrai a nobreza a competir com ela no campo comercial; vimos como o próprio monarca, aproveitando os seus barcos nos momentos de tréguas, procurava estabelecer por sua conta e em seu benefício carreiras marítimas com as praças estrangeiras [...] (ALBUQUERQUE, 1983, p. 35).

Sobre a ação de algumas personalidades da nobreza nas atividades mercantis, temos: “[...] e nas cortes de Lisboa de 1371 vamos encontrar os representantes dos homens de negócios queixando-se dos fidalgos que apareciam a concorrer com os mercadores nas feiras do reino (ALBUQUERQUE, 1983, p. 35)”.

E, das personalidades da alta nobreza, a História destaca o infante D. Henrique. Denominado de “O Navegador”, D. Henrique adquire relevância pela qualidade de sua formação, pela sua inteligência administrativa, pela sua competência logística, pela sua determinação e ousadia na expansão dos domínios portugueses, através de guerras, das navegações de descobertas e da atividade corsária e, ainda, pela sua dedicação e inovação na área dos instrumentos náuticos e no campo da construção naval. Essas características e iniciativas do infante veio a alargar sobremodo as terras e os domínios marítimos e comerciais de Portugal, gerando todas as condições necessárias para formação e fortalecimento da empresa dos descobrimentos. Sobre essas ações do príncipe D. Henrique, nos conta Mourão (2001):

[...] Infante de Portugal nascido no Porto, a 13 de Março de 1394, e falecido em Sagres, a 13 de Novembro de 1460. Terceiro filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, recebeu uma boa educação científica, tendo-se interessado desde a juventude pelos estudos matemáticos e astronómicos. Nomeado grande mestre da Ordem de Cristo e duque de Viseu, estabeleceu-se no Algarve, sobre um pequeno promontório, o cabo de Sagres, vizinho do cabo de São Vicente. Aí dedicou-se aos estudos matemáticos e geográficos, assim como à organização de viagens de descobertas com o objetivo de flanquear os domínios mouros e neutralizar ou apoderar-se do tráfico árabe do ouro. Em Sagres, fundou uma espécie de escola náutica, para onde trouxe os mais hábeis e competentes desenhadores de cartas marítimas da ilha de Maiorca e que logo se transformou num dos mais célebres centros de estudos da Europa. Atraiu matemáticos, geógrafos, cartógrafos, construtores navais e tradutores. Em Sagres empregaram-se os conhecimentos clássicos e árabes, aos quais se associaram as experiências práticas com a finalidade de construir um tipo de barco, a caravela, especialmente adaptado às viagens de longo curso. Desenvolveram-se ainda instrumentos de astronomia e navegação, usados como o primeiro conjunto de tábuas de latitude. O espírito de realização e de competência do Infante estimulou a autoconfiança, que foi o primeiro passo para a expansão portuguesa (MOURÃO, 2001, p. 149, col. b – 150, col. b)

A princípio, tanto a D. Henrique, quanto aos reis e demais nobres, interessavam, de uma forma geral, algumas metas: escrever a sua história nos anais da cúpula da Igreja Cristã, montando um invencível exército na luta contra o Islã; tomar as praças comerciais marroquinas, comandadas pelos mouros; expandir os seus lucros e fortalecer o reino português através das exportações. Nesse sentido, estabeleceram como principal alvo, as áreas comerciais localizadas às margens do canal de Gibraltar, o norte da África e os entrepostos do mediterrâneo; com vistas a enfraquecer o Islamismo e ampliar o seu poder político e econômico. Com esses propósitos, conquistaram Ceuta – principal troféu do início desta expansão. Esses fatos são confirmados na narrativa de Costa (1994):

[...] Em 1415, tinha o infante já 21 anos, deu-se o primeiro momento do expansionismo português: a conquista de Ceuta. [...] Em 1418 voltou a Ceuta na companhia de D. João, seu irmão mais novo. Os infantes comandavam uma expedição de socorro à cidade, que sofreu nesse ano o primeiro grande cerco, imposto conjuntamente pelas forças dos reis de Fez e de Granada. O cerco gorou-se e D. Henrique tentou de imediato atacar Gibraltar, mas o mau tempo impediu-o de desembarcar: manifestava-se, assim, mais uma vez a temeridade e o fervor antimuçulmano do Infante. [...] voltou para o reino nos primeiros meses de 1419. Montou por esta época uma armada de corso, que actuava na zona do estreito a partir de Ceuta. Dispunha, pois, de mais uma fonte de rendimentos e muitos dos seus homens habituaram-se, assim, ao mar. Alguns deles seriam desviados, mais tarde, para outras viagens em direção a novos destinos [...] No capítulo VII da *Crónica de Guiné*, Zurara apresentou as cinco razões que teriam levado o Navegador a insistir tanto na viagem para lá do Bojador: a vontade de conhecer as terras existentes a sul do cabo; o desejo de saber se existiriam aí populações cristãs com quem pudesse comerciar pacificamente; o interesse em ter um melhor conhecimento do poderio dos muçulmanos; a esperança de encontrar um príncipe cristão que se lhe quisesse aliar na luta contra os Islamitas; o desejo de alargar a cristandade e de difundir o cristianismo [...] (COSTA, 1994, p. 486, col. b).

Assim, constatamos o determinante papel da corte na realização da expansão marítima e mercantil, acrescentamos mais algumas informações de Costa (1994), confirmando essa importância:

[...] A baixa nobreza que rodeava o Infante procurava novos espaços e as ilhas dos Açores, de que já havia referências, começaram a ser exploradas entre 1427 e 1432. [...] Embora desse maior importância a uma política de expansionismo militar em Marrocos, D. Henrique parece ter sido uma personagem pragmática, que nunca enjeitou uma hipótese de aumentar os seus domínios. Esse seu desejo constante de engrandecimento pessoal contribuiu, pois, para a definição do Portugal atlântico e ajudou a criar as bases para a expansão marítima que se iniciava (COSTA, 1994, p. 486, col. a).

Dessa maneira, se inicia e se fortalece a expansão marítima, conforme ainda nos relata Costa (1994):

[...] Virando as costas à sua fronteira terrestre, o reino português privilegiava o desenvolvimento das suas relações com o resto do mundo pela via marítima. Consolidava-se então uma opção atlântica, já manifestada na aliança com a Inglaterra, estabelecida em 1373 e reforçada pelo casamento do rei com Filipa de Lencastre [...] (COSTA, 1994, p. 485, col. a-b).

Ao chegarem a esse ponto, os portugueses desenvolvem e acumulam mais renda, mais experiência na arte de navegar – importantes postos de armação e de estudos sobre náutica e astronomia. Além disso, desenvolvem uma disposição e uma determinação, orientadas pelos planos e deliberações do Infante D. Henrique. Este estabeleceu como primeira meta ultrapassar o cabo do Bojador e conhecer as terras e os povos que estavam além deste cabo. Para tanto, enviou para lá diversas embarcações que não obtiveram sucesso, assumiu muitos prejuízos, e investiu longos doze anos sem o resultado esperado, todavia persistindo de forma aguerrida no propósito de expansão. Todo esse esforço foi mantido, apesar dos fortes mitos sobre as águas abaixo do equador, sobre as terras escaldantes e suas gentes.

Até que em 1434, Gil Eanes conseguiu ultrapassar o cabo do Bojador, fazendo ruir os mitos, conforme nos afirma Costa (1994):

O cabo constituía um obstáculo à navegação por estar rodeado de recifes e envolto quase sempre em nevoeiro e por os marinheiros temerem, nessa época, navegar no alto mar. Era ao mesmo tempo uma barreira psicológica, pois contava-se que para lá daquele cabo a água fervia e era habitada por monstros terríveis, e não havia nenhum precedente que provasse o contrário. Durante doze anos os marinheiros do Infante não conseguiram vencer o Bojador, mas ele continuou, teimosamente, a enviar novas tripulações, até que, em 1434, a sua vontade e a coragem e destreza dos homens sob o comando de Gil Eanes venceram o mito do mar tenebroso. A partir de então, as concepções geográficas medievais puderam ser postas em dúvida mais facilmente. Os marinheiros já tinham um ponto de referência para ousarem avançar em direção a zonas desconhecidas, menos temerosos das lendas sobre os perigos do oceano (COSTA, 1994, p. 486, col. a-b).

E quanto mais Portugal conquistava, mais desafios reclamavam por uma solução; quanto mais ganhava capacidade e experiência na técnica da marinharia, mais condições obtinha para resolver as novas diligências que surgiam. Assim, após o cabo do Bojador, veio a ambição de dominar a área comercial dos reinos do sul da África, e, paralelo a isso, a determinação de descobrir uma nova rota de acesso às mercadorias indianas.

Quanto ao desafio de explorar o sul da África, podemos observar que o notável feito de ultrapassar o cabo do Bojador construiu na corte portuguesa uma nova perspectiva e novas ambições: conhecer a costa africana após o Bojador; tomar posse das novas terras, dominando os seus povos, ou estabelecer relações de controle político e comercial com os seus líderes; procurar e explorar as riquezas do local, notadamente, ouro e prata; expandir os domínios do cristianismo aos seus líderes e povos; controlar o tráfico e o lucro do comércio de escravos.

Com esses objetivos, dentre outros, avançaram pela região do Congo, onde estabeleceu importantes relações políticas com o rei. E assim também, chegaram à região

de Angola (ou Ndongo), a qual saiu da posição de vassala do rei do Congo, para ser a principal região aos interesses de Portugal na época. Angola tornou-se um reino tão importante, que além de ambicionarem as metas descritas acima, os portugueses estabeleceram o primeiro governador em solo africano, as primeiras tentativas de fortalezas também. Em Angola, planejou-se como meta o domínio do rio Cuanza – grande rio que atravessava a região, principal espaço para transporte de pessoas e cargas, donde emanavam muitas das riquezas naturais do local – e a construção dos ditos fortes ao longo do seu leito nas posições estratégicas, ficando esses fortes, todavia, terminado em levantamentos preliminares. Lá, também, foram travadas as primeiras guerras contra um povo de relação política direta com Portugal e a primeira tentativa de tomada de poder local e colonização na costa ocidental da África meridional. Além disso, a costa do Ndongo tornou-se, à época, o principal entreposto do comércio de escravos.

Contudo, em Angola, quase no mesmo nível de importância da prata e do ouro, estava a procura por uma rota que ligasse a costa ocidental da África com a costa oriental africana em Moçambique. Esta rota possibilitaria a Portugal ter uma passagem direta e exclusiva para o Oriente, sem necessitar enfrentar os perigos da passagem pelo cabo da Boa Esperança. Todos esses fatos nos são apresentados por Santos (1994):

A conquista de Angola, com vista à formação de uma colônia, poderia solucionar a desorganização no comércio de escravos resultante das lutas no Congo. A vantagem das armas de fogo, demonstrada na guerra contra os Jagas, podia aplicar-se a outras zonas. Num pequeno lapso de tempo [...] as relações comerciais pacíficas em África deram lugar à conquista militar. Paulo Dias de Novais foi enviado a Angola em 1574, como capitão e governador do reino de Angola, investido de largos poderes e pesadas obrigações. Previa-se desde logo o descobrimento da costa e do sertão através das seguintes medidas: dispor de embarcações devidamente abastecidas para explorar os rios e os portos até ao cabo da Boa Esperança; colocar 400 homens de armas na capitania no período de 20 meses; levar seis cavalos, para “irem diante descobrindo terra” e aumentar o seu número para 23 anos [sic]; construir três castelos de pedras e cal entre os rios Zenza e Cuanza e outros dois castelos “pelos rios acima nos lugares em que parecerem mais necessários”; enquanto os não puder construir, “logo que desembarcado fará na dita terra as forças que lhe forem necessárias de taipa e madeira para se segurar dos negros e com elas irá domando a terra enquanto não fizer os ditos castelos”; povoar e agricultar a terra com cem famílias de europeus, dentro de três anos. [...] Os caminhos até aos fornecedores de escravos ou em busca de minas eram abertos por exércitos. [...] As explorações terrestres que visavam concretizar o plano de ligação das duas costas de África deslocaram-se a partir de finais do século XVI de zonas mais setentrionais para a região de Angola. Tratava-se de fazer ligação da costa ocidental ao Monomotapa e daí à costa oriental. A empresa permitiria ligar Angola às minas de ouro do Monomotapa, assim como alcançar uma ligação com o Oriente, evitando a perigosa viagem pelo cabo da Boa Esperança. Desde meados do século XVI que os portugueses faziam sondagens no sentido de encontrar, no limite das suas explorações para o interior, vestígios de viagens feitas pelos próprios africanos entre as duas costas (SANTOS, 1994, p. 69, col. - p.72, col. b).

Nessa direção, diante de uma região onde se encontrou, concentrada, tão grande gama de interesses e conflitos, guerras e conspirações, natural seria a produção de muitos relatos e descrições que retratassem a costa, as terras (interior) e suas riquezas, a corte e o povo angolano e a tão importante rota que Portugal tentava construir ou descobrir. Então, conforme a necessidade política e pragmática desses relatos, assim ocorreu; gerando, dessa forma importantes textos sobre essa região no período quinhentista e após ele, segue, dessa forma, alguns exemplos desses textos citados por Santos (1994):

O texto de Duarte Pacheco Pereira:

[...] Em 1505, Duarte Pacheco Pereira [...] descreve-nos tudo quanto conhece para sul do reino do Congo entre os 9^o e os 10^o 30' de latitude sul, o que, *grossomodo*, corresponde à extensão norte-sul do reino do Ndongo [...] (SANTOS, 1994, p. 68, col. a).

O texto de D. João III:

[...] Os contactos oficiais e particulares entre Portugal e Angola desagradavam de sobremaneira ao rei D. Afonso do Congo, que o terá manifestado a D. João III. Por isso, este se sente na obrigação de lhe apresentar os seus projectos políticos para a área numa perfeita manobra diplomática: “Dizem-se que recebeis muito desprezar em se tratar o reino de Angola; (...) Angola me dizem que foi cristão e que vós o mandastes baptizar. Agora é necessário saber se se quer reconciliar com a Igreja e não querendo manda o direito que seja constringido a isso; e não querendo ele tornar a Deus, é necessário fazermos-lhe guerra. E querendo perseverar em bem, somos obrigados, todos os reis cristãos, a lhe dar maneira como vivam em nossa santa fé; e por isso vos rogo que vos não pese se eu lá mandar navio.” (SANTOS, 1994, p. 68, col. b - p. 69, col. a).

A carta do padre Francisco de Gouveia:

[...] A Companhia de Jesus, interessada no domínio espiritual daqueles territórios, arranjava uma justificação moral para apaziguar as consciências: em África, o soldado teria de abrir caminho ao missionário e proteger-lhe a vida. Efectivamente [...] o padre Francisco de Gouveia, prisioneiro do Ngola, após a libertação de Paulo Dias de Novais, escrevia para Portugal incitando à conquista deste reino pela sua recusa em se converter à fé cristã. “E porque se tem cá mui bem entendido por isto e por outras experiências, que a cristandade em gente bárbara não se pode bem fundar nem se pode conservar sem sujeição (...) determinaram S. S. A. A. agora ultimamente mandar sujeitar esta terra e fundar nela nova cristandade.” (SANTOS, 1994, p. 69, col. b).

O livro de Duarte Lopes:

[...] Através do livro *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, a cultura europeia tomou conhecimento dos resultados da exploração e inquérito dos Portugueses em África durante o século XVI, designadamente da região Congo-Angola. As informações do seu autor, Duarte Lopes, excedem muito os limites destes reinos, alargando-se a toda África Central e Austral. [...] Na *Relação* [...] Descreve com especial cuidado as suas armas e técnicas de combate. “As armas destes povos são arcos do comprimento de seis palmos, com cordas de córtex de árvores; e flechas (...) e têm ferros, fabricados por eles, do feitio de anzol.” Sabem minimizar as vantagens das armas de fogo dos portugueses: “(...) em diversas batalhas travadas entre eles e os portugueses, se

viu que reconhecem as suas vantagens sobre o inimigo, como no assaltarem de noite e em tempo chuvoso, porque os arcabuzes e as bombardas não peguem fogo” (SANTOS, 1994, p.71, col. b).

Desses textos, damos destaque ao roteiro de navegação *Demonstração das terras do loanguo caminho de angola por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591*. Este roteiro descreve minuciosamente a costa de Angola, indicando as várias conhecenças que, por certo, contribuiriam para a devida localização dos pilotos que o utilizassem, desse modo podemos encontrar no roteiro a localização das seguintes conhecenças: o cabo de Lopo Gonçalves, serras, moitas, palmeiras, palmar, enseada, a boca do Rio de Congo, Ilhéu dos Cavalos, barreiras. O texto, ainda, traz informações sobre o grande ímpeto com o qual sai o Rio de Congo, sobre as áreas de fundo, sobre a necessidade do uso da sonda; ao mesmo tempo em que, também, alerta para o perigo das grandes correntes. Podemos conferir um pouco disso no trecho do Roteiro de Angola, registrado abaixo:

[...] Passado o Rio de congo. logo d'abandadosul Começaõ
as Barreiras Verme lhas ate as settesettas ———
Y (tem) Desdo cabo de lo pogoñalues. q(ue) está em .1. g(rao)s½ ate angola
quenfor a longo da costa . não hade perder nunq(a) o fondo
e sempre adetomar sonda e hira Vista deterra pore~
Doutraman(ei)ra garrara cõ as grandes corre~tes E tempo
q(ue) Corre sempre da parte dosul ————— (RA, f. 81r, L. 16-24)

Como se pode observar, a descrição detalhada da costa de Angola contida nesse roteiro, através de linguagem escrita e de croquis, teve, como causa e propósito, a grande funcionalidade apresentada por esse tipo de texto para os navegadores portugueses da época. Nessas embarcações e armadas, esses roteiros – segundo a História dessa expansão, registrada em Santos (1994, p. 68, col. a - p.73, col. b) – tinham grande possibilidade de estar orientando o percurso de governadores, jesuítas, contingentes de soldados, comerciantes de escravos etc. Podemos, sim, conferir isso em Santos (1994):

[...] A difícil situação do reino do Congo permitiu, por um lado, ao Ngola aumentar a sua independência e, por outro, retirou ao velho aliado a posição de interlocutor preferencial de Portugal na África Ocidental ao sul do equador. Nestas circunstâncias, *Paulo Dias de Novais foi enviado a Angola, em 1560, como embaixador, acompanhado de uma missão de Jesuítas* [...] Até cerca de 1569, a acção dos portugueses em África tinha sido *comercial*, apoiada no estabelecimento de relações diplomáticas e na conversão religiosa postas em prática por *delegados régios e missionários*, com melhor ou pior sucesso. [...] *A Companhia de Jesus, interessada no domínio espiritual daqueles territórios*, arranjava uma justificação [...] Em 1569 organiza-se em Lisboa *o exército de Francisco Barreto*, para vingar a morte do missionário e conquistar as minas de ouro do Monomotapa. [...] A conquista de Angola, com vista à formação de uma colónia, poderia solucionar a desorganização no *comércio de escravos*

resultante das lutas no Congo [...] Num pequeno lapso de tempo [...] as relações comerciais pacíficas em África deram lugar à conquista militar. *Paulo Dias de Novais foi enviado a Angola em 1574, como capitão e governador do reino de Angola [...]* (SANTOS, 1994, p. 68, col. a - p.73, col. b, grifo nosso)

A História, desse modo, demonstra a importância das relações políticas, religiosas, militares e comerciais que foram travadas entre Portugal e Angola durante todo o período de influência, posse e colonização. Essa importância relaciona-se intimamente com o valor da navegação à Angola: o valor do que e de quem se transportava e o valor da diligência a se efetuar. Por tudo isso era necessário se registrar a costa que se descobriu com riquezas de detalhe; eram necessários as cartas, os relatórios, os livros e tudo mais que se escreveu sobre como chegar, como navegar sem naufragar em Angola, sobre com quem e como se relacionar, sobre o que e onde procurar etc. Assim, o Roteiro de Angola com todos os textos do período constituíram-se um dos instrumentos que viabilizavam ou facilitavam as operações deliberadas pela Coroa Portuguesa na região.

Ora, somados aos objetivos iniciais do estado português, representado por seus reis, infantes e toda a corte que os cercavam, estavam as metas mercantis de enriquecimento e de domínio de áreas comerciais. Dessa forma, o comércio marítimo significava para a burguesia e para a nobreza, acúmulo de dinheiro e poder econômico, que, não raramente desemboca em poder político. São esses, pois, objetivos relevantes. As condições para o cumprimento desses objetivos são a conquista de mais: terras, mercadorias, mercado consumidor, mão-de-obra, rotas de escoamento das mercadorias. A nau tem de chegar às fontes de mercadorias e matérias-primas; o estado português, movido pela ambição dos seus príncipes, fidalgos e de uma burguesia em acelerado desenvolvimento, tem de multiplicar suas áreas de domínio político e comercial; e a mercadoria tem de chegar à mão de quem a irá comprar.

No que diz respeito à produção, o grande local de manufaturas das mercadorias mais desejadas na Europa, nesse período, era a Índia. E a ambição e o propósito para controlar e explorar esse comércio eram tão determinantes, que impulsionaram o povo português a desafiar os temerosos mitos sobre o mar, com o fim de descobrir uma nova rota marítima para a Índia; o que acabou por trazer ao conhecimento das civilizações europeias, a África situada abaixo do equador, o Atlântico e o Novo Mundo.

Em consequência disso, Portugal encontrava-se pressionado por duas forças, uma era bloqueadora, a qual se constituía pelos intransponíveis obstáculos (àquele momento) das rotas tradicionais para a Índia, impedindo-o de realizar o seu comércio. E a outra, oposta à primeira, o constringia para um grande salto na História: o fato de se encontrar

na extremidade de uma península banhada pelo Oceano Atlântico que lhe acenava como a grande porta de comunicação com os interesses comerciais e expansionistas que o impulsionavam (COSTA, 1994, p. 485, col. a - 490, col. a). Dessa forma, a sua posição geográfica, a sua história e as suas ocupações – comércio e navegação – o vocacionaram para suportar as grandes perdas impostas na guerra contra o mar.

Alimentado por essa vocação, pelas demandas descritas acima; e, ainda, pelas experiências positivas, pela descoberta do mar, das terras e das gentes após o Bojador, pelas conquistas territoriais e comerciais e pelo desenvolvimento técnico da era henriquina, foi tomando forma o projeto de se descobrir uma nova rota marítima para Índia. Informa-nos Costa (1994) que foi após os empreendimentos de D. Henrique que tal fato se deu:

[...] Nesta altura a ação a sul do Bojador já escapara às motivações iniciais de D. Henrique: à Guiné não se dirigiam apenas escudeiros e cavaleiros sedentos de honra mas também os mercadores que haviam verificado a segurança e a riqueza das novas rotas. O último decénio da vida de D. Henrique foi marcado pelo apogeu das suas iniciativas [...] Morreu em Sagres, a 13 de Novembro de 1460. Os seus marinheiros já exploravam então o litoral da Serra Leoa e acabavam de encontrar um novo arquipélago: Cabo Verde. O prosseguimento das descobertas para lá da zona rica dos rios da Guiné é um testemunho da vontade constante do Infante em alargar, sistematicamente, os seus domínios. [...] *Todavia, o plano de descobrir o caminho marítimo para a Índia só ganharia forma durante o reinado de D. João II [...]* (COSTA, 1994, p. 485, col. a - 490, col. a, grifo nosso).

Além desses elementos favoráveis fornecidos pelas ações do Infante, merece um especial destaque o pensamento científico de D. Henrique e a dedicação deste ao desenvolvimento de instrumentos de navegação e de técnicas náuticas para o fortalecimento da marinharia portuguesa e para garantir o êxito da expansão que dirigia (COSTA, 1994, p. 485-490). Dessa forma, criou em Sagres uma escola náutica que acabou por se tornar um dos grandes centros de estudos da Europa (MOURÃO, 2001, p. 149). Possuía, ainda, uma personalidade agregadora, pois, segundo o que nos conta Mourão (2001, p. 149), atraiu para esse centro de estudos os mais habilidosos desenhadores de cartas marítimas, matemáticos, geógrafos, construtores navais e tradutores com vistas a gerar com a mínima possibilidade de erro as mais desenvolvidas embarcações e os mais precisos instrumentos. Nessa intenção, conseguiu aliar os conhecimentos clássicos e árabes às experiências práticas, galgando, assim uma das principais obras do seu centro de estudo e de seu espírito, ao mesmo tempo, científico e pragmático – a caravela – embarcação dotada de inovações que possibilitavam a navegação em alto mar e viagens de longo curso (MOURÃO, 2001, p. 149).

Nutrindo-se, assim, de toda essa história de navegação, guerras, conquistas e desenvolvimento e das demandas do comércio, configurou-se e encorpou-se a ideia de domínio do mercado indiano; ao mesmo tempo em que o empreendimento dos Descobrimentos desmembrou-se dessa expansão inicial, tornando-se uma empresa autônoma, que por vezes é denominada de empresa ultramarina, que se corporificou nas ditas Companhia das Índias Orientais – que se detia no comércio com a Índia – e Companhia das Índias Ocidentais – que tinha como missão a exploração do Brasil e de uma possível passagem para o Pacífico via Rio da Prata. Note-se tanto as inovações técnicas quanto a formação da empresa autônoma dos descobrimentos, nos trechos de Costa (1994) que seguem:

O Infante vivia, pois, animado de uma vontade que era ao mesmo tempo política e religiosa, a que se juntava, sem dúvida, o interesse por novos produtos que se descobrissem e que se pudessem introduzir nos circuitos comerciais europeus e a natural curiosidade de conhecer regiões até então ignoradas. Os descobrimentos, que se tornariam num rumo autônomo da expansão portuguesa pouco depois, parecem, assim, ter resultado de um desdobramento acidental de uma estratégia inicialmente circunscrita a uma área limitada, ainda relacionada com o espaço mediterrânico e a tradição medieval [...] o Navegador via, finalmente, serem satisfeitas as suas ideias sobre a continuação da luta contra os Islâmicos em África com a decisão de D. Duarte em enviar uma expedição a conquistar Tânger [...] se manteve como uma das principais figuras do xadrez político da época, tendo sido muito importante o seu apoio para a vitória final de D. Pedro na luta pela regência do reino; grato por esse apoio, o regente nunca regatearia privilégios a seu irmão. D. Pedro era, contudo, um grande opositor à política de expansionismo em Marrocos e foi durante o seu governo que os Descobrimentos se tornaram num rumo autônomo da expansão portuguesa. Quando as navegações começaram, em 1441, os navios utilizados eram diferentes dos que haviam passado o Bojador: os navios de vela de pano redondo [...] foram então substituídos pelas caravelas, equipadas com velas latinas. Com esta alteração, os marinheiros portugueses já podiam ultrapassar o obstáculo formado pelos ventos alísios, que sopram constantemente de nordeste para sudoeste no oceano Atlântico, entre o trópico de Câncer e o equador. As novas velas permitiam que se navegasse à bolina, podendo, assim, os navios tornear os ventos que lhes dificultavam o regresso a Portugal, a partir das regiões recém-descobertas. Note-se que esta manobra obrigava as tripulações a navegarem no mar alto, longe da costa, e só podia ser feita com segurança se os marinheiros dispusessem de instrumentos de orientação. Recorreu-se a partir de então ao quadrante, que se tornou uma peça fundamental dos navios portugueses, pois servia para medir a altura da Estrela Polar, o que permitia saber a latitude do lugar [...] D. Henrique juntou nessa altura, certamente em Sagres, uma série de homens ligados à navegação, que analisavam os problemas sentidos pelos marinheiros no mar, estudando as soluções que permitiriam aumentar o raio de acção das caravelas. Temerário na condução de soldados, o Infante revelou-se cauteloso e inteligente na condução de navegadores. Na década de 1440-1450 intensificaram-se as viagens e, conseqüentemente, as descobertas. Nuno Tristão descobriu, sucessivamente, o cabo Branco (1441), Arguim e o cabo das Garças (1443), na costa da actual Mauritânia, e a foz do rio Senegal, em 1444 [...] (COSTA, 1994, p. 485, col. a - 490, col. a).

Assim, em paralelo ao costeamento da África, os portugueses foram descobrindo ilhas e arquipélagos mais a ocidente das suas terras, assim adicionaram aos seus domínios Madeira, Açores, as Ilhas Canárias, Cabo Verde. Na sucessão dessas descobertas, ocorre a percepção de possibilidade de terras mais ao ocidente. Percepção tão evidente que Portugal se empenha em firmar com Espanha o Tratado das Tordesilhas. Assim, as intenções imperialistas de ambas as coroas estavam contempladas, ficando cada uma com metade das terras do planeta. Todavia o Tratado das Tordesilhas era impreciso pelas limitações de medição da época e por ser uma negociação mais política do que prática; valendo, na realidade, a lei de quem chegasse primeiro, de quem se estabelecesse primeiro e de quem tivesse mais estratégia e poder de fogo para defender a posse ou se apossar da suposta posse do outro. Nessa disputa encontravam-se, então, os portugueses, espanhóis, franceses e holandeses.

Essas terras, então, percebidas pelos portugueses em suas viagens era o Brasil que, a partir da década de 30 do século XVI, passou a ser um alvo mais intensificadamente defendido pelos portugueses. Desta decisão de se apossar e defender de forma mais definitiva os seus domínios ocidentais, cria-se a armada de Martim Afonso de Sousa, responsável por conhecer, descrever e dominar o Rio da Prata e toda a costa brasileira a partir do Maranhão; e, simultaneamente, expulsar os espanhóis, holandeses e franceses que estivessem se estabelecendo nessas localidades.

No que diz respeito especificamente ao Rio da Prata, há, curiosamente, dois aspectos semelhantes às buscas realizadas em Angola. O primeiro deles é a ambição de se encontrar prata, provocada por relatos indígenas; o segundo, o interesse e a expectativa da Espanha e de Portugal girando em torno de se verificar se o Rio da Prata seria um caminho para o Oceano Pacífico. Novamente, a ganância por encontrar metais preciosos e a forte motivação comercial que a Índia gerava fomentando empreendimentos marítimos, disputas e conflitos.

A armada de Martim Afonso de Sousa, também liderada pelo seu irmão Pêro Lopes de Sousa, desempenhou com grande êxito as metas que lhe foram estabelecidas pela Coroa Portuguesa e gerou também abundante documentação sobre os fatos ocorridos durante a sua diligência, notadamente, um abrangente diário escrito por Pêro Lopes de Sousa. Além de toda essa documentação, há também um roteiro de navegação *Roteiro que conta desde a ilha de santa caterina ate o Rio da pratta*, que aqui damos destaque, no qual se encontra uma descrição detalhada da costa que envolve toda a região do Rio da Prata, conhecenças, ilhas, geografia, localidades, grupos indígenas, perigos etc.

Podemos constatar, portanto, mais uma vez, que quanto mais interesses estão em jogo, mais numerosas e fortes são as diligências de navegação e ocupação; e, em consequência disso, a presença das descrições das costas, sertões, gentes, fatos, dentre outros, se faz em maior quantidade e se apresenta como de suma importância. Dessa forma, os planos das cortes eram orientados e definidos a partir desses relatos, e, em contrapartida, a execução dos mesmos gerava mais descrições e todo o tipo de documentação. Note-se o que informa Radulet (1994):

[...] em relação à expedição de 1530 possui-se uma rica documentação, constituída principalmente por um diário, obra do próprio Pêro Lopes, por numerosas cartas de licença e doação, por documentos de carácter diplomático e jurídico. Esta riqueza de testemunhos deve-se, por um lado, ao êxito geral da expedição da exploração do rio da Prata (envio das primeiras bandeiras, início da colonização racional através da criação das capitanias) e, por outro, ao combate directo com os franceses que estavam ocupando a costa do pau-brasil. O *Diário da Navegação* de Pêro Lopes, publicado pela primeira vez em 1839, por Varnhagen, constitui um testemunho exaustivo sobre a actuação do regimento confiado à frota de Martim Afonso de Sousa, visto que segue o andamento da expedição a partir de 11 de Dezembro, dia da saída de Lisboa, e até 23 de Novembro de 1532, quando o diário se interrompe [...] As páginas de Pêro Lopes atestam não só a acção desenvolvida sobre a costa entre o Maranhão e o rio da Prata e os acidentes inerentes à navegação e à guerra do corso, mas constituem também um testemunho directo, um válido documento descritivo, da terra sul-americana e do elemento humano autóctone (RADULET, 1994, p. 1005, col. a-b).

Assim, fica demonstrada a relação estreita do desenvolvimento das técnicas de marinharia, da expansão marítima e dos propósitos imperialistas da Coroa Portuguesa com a produção dos roteiros de navegação, assim como os demais gêneros que compõem a Literatura de Viagens, conforme nos afirma constantemente Costa (1994) e, assim, pode-se conferir:

[...] Quando as navegações recomeçaram, em 1441, os navios utilizados eram diferentes dos que haviam passado o Bojador [...] As novas velas permitiam que se navegasse à bolina, podendo, assim, os navios tornear os ventos que lhes dificultavam o regresso a Portugal, a partir das regiões recém-descobertas. Note-se que esta manobra obrigava as tripulações a navegarem no mar alto, longe da costa, e só podia ser feita com segurança se os marinheiros dispusessem de instrumentos de orientação [...] *Aumentou também nesta época a produção de cartas e de roteiros* [...] (COSTA, 1994, p. 485, col. a - 490, col. a).

A lógica da oposição também comprova a relação de causa e efeito entre a expansão marítima e a produção de roteiros: pois não há ocorrência desse gênero literário em povos que não viveram essa experiência de expansão marítima e de colonização. Então entendemos que a possibilidade desse gênero de texto – Roteiros de Navegação – com o conteúdo específico que apresenta, foi determinada pelo contexto histórico: a ascensão

da burguesia; a formação do capitalismo comercial; os interesses da nobreza que tomam forma na guerra contra o Islamismo e nas metas de dominar as praças comerciais marroquinas, dentre outros; a busca intensa por metais preciosos provocada pelo metalismo; o interesse de desenvolvimento do comércio português com a Índia; a colonização posta em prática pelos lusitanos; é o que ressaltamos em meio a outros aspectos desse mesmo contexto.

Os roteiros de navegação, vale ainda ressaltar, possuem um precioso aspecto – eles eram informação – e é fato lógico a importância e o diferencial determinante que a informação representa nas disputas, conflitos e guerras entre os povos. Ao registrar a forma de chegar mais segura e rápida, as armadilhas do oceano em volta dessas costas, o modo seguro de evita-las, as posições estratégicas para defesa e controle dessas terras, eles passam a significar, um saber privilegiado – conhecimento detalhado dos pontos de entrada do novo mundo. Logo, os Roteiros de Navegação eram muito mais do que descrição de rotas e costas – eram instrumentos de informação fundamentais na construção das estratégias político-militar de posse e manutenção das colônias. Luís de Albuquerque (1994), em seu *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, exemplifica o que foi dito, no que registra sobre a colonização da África pelos portugueses (a contribuição dos mesmos para a descoberta do interior africano), Nesse trecho ele expõe as intenções dos exploradores destas terras, dentre as quais, destaca-se a intenção política e o propósito de defesa das suas colônias. Dessa forma, tem-se:

[...] tal contribuição só teve relevo, e apenas pelo que respeita a toda a larga faixa de território que se estende desde Moçambique até Angola, no final do século XVIII (Lacerda e Almeida) e no século XIX (Capelo, Ivens, Serpa Pinto, Anchieta, etc.). Alguns destes exploradores perseguiam apenas fins científicos (é claramente o caso de José Anchieta), *outros aliavam esses objetivos a propósitos políticos, quando, em face de toda uma Europa Ocidental empenhada em criar colônias, o governo de Portugal entendeu ser sua obrigação (não inteiramente coroada de êxitos) defender as suas. De qualquer modo, uns e outros deram também o seu contributo para que o interior da África fosse, finalmente, desvendado* (ALBUQUERQUE, 1994, p. 28-30, grifo nosso).

Desse modo, então, os fatos mencionados nesta seção fazem surgir os Roteiros de Navegação Portugueses, conforme Costa (1960):

Com o início das navegações henriquinas oceânicas veio a necessidade de denominar e situar geograficamente as sinuosas costas africanas e insulares, pelos nossos descobertas, e a do conhecimento de todos os elementos que ao *Roteiros* devem fornecer aos mareantes (COSTA, 1960, p. 290).

Os roteiros são, portanto, um esforço dos pilotos em garantir a preservação do resultado do seu trabalho, facilitando para si próprios e para outros navegadores, o retorno

às mesmas áreas para futuras explorações ou para o avanço no conhecimento das regiões que se insinuavam aos seus olhos. Em contrapartida, essas primeiras descrições vão, ao mesmo tempo, participar efetivamente do desenrolar de novos fatos, que em sua soma formam a história do chamado Novo Mundo. Pois dessa forma, se refere a elas, Albuquerque (1994):

[...] os marinheiros portugueses começaram a escrever no século XV para deles se socorrerem nas viagens [...] a roteirística portuguesa dos séculos XV e XVII é rica e pode, sem exagero, considerar-se um dos grandes legados do período das grandes viagens marítimas [...] (ALBUQUERQUE, 1994, p. 949, col. a - 950, col. b).

3.2 CONTEXTO LITERÁRIO – A LITERATURA DE VIAGENS

A Literatura de Viagens é um gênero textual que se constituiu em uma resposta a uma necessidade manifesta do homem para subjugar a realidade por meio das palavras – e assim, organizar a própria compreensão, significando-a, representando-a e se apropriando dessa realidade por meio dos processos de nomeação, narração e registro em forma dos signos linguísticos. Nesse sentido, essa Literatura torna-se um fenômeno único, por estar exclusivamente vinculada ao tempo, aos espaços, e aos homens dos descobrimentos. Um tempo de efervescente e complexa transição em que a sociedade da Europa Ocidental perde os alicerces sólidos e fixos do mundo medieval para vivenciar a perturbadora ordem renascentista. O espaço deixa de ser o cercado e protegido feudo para se apresentar como diversos lugares em processo de urbanização – os burgos; ou como um não-lugar configurado pela indefinição do oceano; ou como um lugar desconhecido que eram as terras descobertas. Em consequência, temos o homem em estado de perplexidade diante do novo tempo e do Novo Mundo; um homem que vivencia essas novas experiências e que busca uma forma de identificá-las e organizá-las através daquilo que escreve (PINTO, 1994, p. 606, col. b - p. 607, col. a). Por isso a Literatura de Viagens é própria desse período e desses povos, porque ela não é só uma necessidade psicossocial de expressão artística ou pragmática; ela é um instrumento de apreensão da realidade para o equilíbrio psíquico, para a sobrevivência física de um homem que tinha de se munir de todas as estratégias – técnicas náuticas, bélicas etc. – inclusive a do registro e da comunicação escrita para não morrer, enquanto, literalmente, conhecia e desbravava um mundo que não era o dele. Nessa direção, afirma Pinto (1994):

[...] Um tal gênero narrativo é, antes de mais, um instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade, complexa e em mudança, que se deparou ao homem português enquanto trilhava as vias do processo descobridor e expansionista a que se entregara e com ele toda a Europa. A

escrita, como raciocínio gráfico, foi, pois, um dos elementos de que se valeu para tentar organizar, estruturando-o, o caos resultante do desmoronamento progressivo da ordem gnosiológica medieval durante esse período fascinante, se bem que ainda enigmático em muitos domínios, que se costuma designar por Renascimento, período durante o qual a civilização ocidental se distanciou decisivamente das restantes civilizações e culturas do globo, respondendo adequadamente à crise que assolava o território europeu durante o século XIV. [...] A desestruturação do sistema e da cosmovisão medievais, já na segunda parte de Quatrocentos e em começos do século seguinte, irá, pois, sujeitar o homem a um desequilíbrio, advindo naturalmente da necessidade vital de adaptação a um novo ordenamento no campo das duas categorias fundamentais e nucleares da existência humana: *o espaço e o tempo*. Com o decorrer do complexo processo de equilibração das estruturas cognitivas, em recuperação da vertigem experimentada com a ousada incursão no meio desconhecido e hostil materializado pelos oceanos Atlântico e Índico – aquele ainda mais do que este –, começaram a surgir, com crescente intensidade, textos que relatavam essa nova aventura humana, dando fé de outros mundos, de outras gentes, deixando perpassar pelos seus fólhos, manuscritos ou tipografados, a angústia e o espanto com que o homem se debatia então, dando a conhecer o limiar da crise que sempre prepara o advento de nova era, tomando consciência da necessidade de reelaborar toda uma cosmognosia, toda uma sensibilidade perceptiva totalmente outra, verificada que fora a inadequação de algumas estruturas funcionais e significativas do passado, abaladas durante o desmoronamento do edifício da sapiência medieval, simultaneamente racional e mística, minado pelas “novas novidades” do “admirável mundo novo” renascentista (PINTO, 1994, p. 606, col. b - p. 607, col. a).

Os textos da Literatura de Viagens, apesar de possuírem em comum as demandas históricas comentadas acima, não são um conjunto uniforme de textos; antes, esses escritos são expressos em uma rica tipologia, que demonstra como atores e propósitos diversos, diante da mesma realidade, constroem tipos distintos de textos, cada um observando de uma perspectiva diferente e buscando dar conta de um aspecto do mundo novo a ser investigado.

Dessa forma, dentre inúmeros textos que ainda hoje carecem de estudo e classificação, foram produzidos: crônicas, descrições de naufrágios, relações de viagens, cartas, memórias e testemunhos, diários de viagem e diários de navegação, livros de armadas, descrições geográficas, socioeconômicas, etnográficas. Este conjunto, segundo Telles (2004), é classificado por João Rocha Pinto como *fontes narrativas*. Conforme, ainda, Telles (2004), o mesmo autor também analisa outros textos que, da mesma forma, fazem parte da Literatura de Viagens, classificando-os como *obras técnicas*, tais como: os livros de armação, os roteiros, os livros de marinharia e os guias náuticos.

Através da existência desses gêneros textuais já estudados e identificados, é possível observar três importantes características que tornam tão peculiar a natureza da Literatura de Viagens na História da Literatura, sobretudo para a Europa Ocidental, as tais são: a marca da experiência individual; a marca do saber técnico; e a marca das inter-relações com o sócio-econômico.

Ao homem, a quem a ruptura das ordens negou as certezas medievais e a fixidez da economia e sociedade feudal; não será negada a possibilidade de registrar as experiências que, a esse momento, é obrigado a viver. Pelo contrário, o que observou, o que ouviu, o que sentiu, aprendeu, considerou; toda a sua percepção, toda a sua memória e experiência psíquica e sensorial serão muito bem vindas. No momento em que não há modelos para serem seguidos e o novo é o paradigma, tudo que se puder aprender com a experiência do outro é imprescindível para povos em formação (o ocidente europeu), movidos pela perspectiva de aquisição de poder econômico e político, a qual os lançam a novas geografias, a novos povos, a novas culturas; ao mesmo tempo em que esses povos tinham de admitir como possíveis resultados – naufrágios, desaparecimentos, mortes – perdas e sofrimentos de vária ordem. Nesse contexto, a Literatura de Viagens vem a tornar-se o primeiro gênero europeu, em que o relato cotidiano de um indivíduo comum, longe de padrões clássicos e de regras palacianas é valorizado e aguardado. Nesse sentido, Pinto (1994) afirma:

O take off ocidental veio trazer à sociedade europeia novos hábitos e impor novas necessidades em todos os sectores da actividade humana, donde resultou a *emergência do indivíduo*, que, a partir de então, não mais desdenharia utilizar a experiência pessoal no viver quotidiano e que passou mesmo a fazer da utilização da escrita e de outros grafismos, nomeadamente das cartas geográficas e de mapas diversos, uma forma de preservar, acrescentar e manipular o saber adquirido [...] originando um tipo de literatura que se afasta paulatinamente do discurso oficial e da ideologia de estado ou das ideologias dominantes e que é elaborada por autores mais descomprometidos com as correntes culturais predominantes, como sejam a escolástica depurada e o humanismo (PINTO, 1994, p. 607, col. a - b)

Outro aspecto importante que individualiza a Literatura de Viagens, como já foi afirmado, são as profundas transformações pelas quais passava a sociedade da época: desde as transformações das crenças religiosas à possibilidade de ascensão social; desde as mudanças dos espaços comunitários à conversão radical do modo de produção. Tudo isso desembocando na potencialização das criações técnicas. Por sua vez, o sucesso dos experimentos técnicos fortalece a crença do homem em si mesmo e em sua capacidade de criar e manipular instrumentos, de executar procedimentos e estratégias, e, assim, sobreviver, ascender, superar obstáculos e realizar novos feitos. Imersa nessa perspectiva, a sociedade encontra uma mola propulsora que a faz saltar de um paradigma para outro, num caminho de conhecimento e transformações que não permite retrocesso. E é essa nova forma de crer, ser e fazer que permeará também muitos dos fólios escritos nessa literatura. Não é atoa que um grande número de textos e uma parte importante da tipologia são classificados como *obras técnicas*. Desse modo, Pinto (1994) também irá afirmar:

Pelos estudos efectuados e pela sensibilidade ganha no convívio com a época, a viragem do século XV para o XVI, estamos convictos do profundo significado de algumas transformações operadas que, uma vez desencadeadas, não mais permitiram que a civilização ocidental voltasse a ser a mesma. Entre essas mudanças contam-se aquelas produzidas por um choque técnico e pré-científico quase sem precedentes na história da humanidade. E, de facto, esse choque técnico e científico foi de tal monta – cotando-se a imprensa como uma das inovações mais assinaláveis do variegado cacho de invenções de Joseph Schumpeter – que veio a produzir igualmente uma revolução na produção e transmissão de informações, no seu ordenamento em memórias várias ou arquivos e na sua circulação e formas de uso, fazendo do difundir das notícias uma instância importante do saber e do poder, sem esquecermos que a experiência pessoal se intromete desde então, com maior acuidade e persistência, no circuito do conhecimento da nascente “galáxia de Gutemberg” [...] (PINTO, 1994, p. 607, col. a - b).

O último aspecto que sistematizamos é tão nevrálgico na identificação da Literatura de Viagens, que está para a mesma como o código genético está para um indivíduo, qual seja: as peculiaridades da formação da civilização portuguesa. A crise de transição da era medieva para o paradigma renascentista, naturalmente conflituosa para todos os povos do ocidente europeu; na história de Portugal, perturba os historiadores, pelo fato dos arranjos e soluções consolidados no pós-caos da crise lhes parecerem contraditórios, algo tipo Frankstain sócio-político-econômico. Na formação do Estado Português, em lugar da burguesia mercantil liderar a expansão em busca dos mercados e em lugar do novo grupo de hegemonia econômica prevalecer, de forma isolada, no controle da política e dos empreendimentos marítimos; forças antagônicas se alimentam do poder da tradição medieva para exercer o controle político e social e, ainda, para se fortalecer com os lucros das empresas ultramarinas, são as tais forças: o cristianismo católico e a nobreza, notadamente o Infante D. Henrique de cujos sucessores seguiram o padrão. Faz-se assim o paradoxo. Forma-se um estado moderno com uma empresa mercantil ultramarina de alcance territorial e de lucros exorbitantes, associados a um desenvolvimento técnico, logístico e administrativo impressionantes para a época e para o relativo curto espaço de tempo em que isso se dá; todavia, contraditoriamente, impulsionado por uma estranha simbiose entre, de um lado, nobres e clérigos de cultura senhorial e medieva e, de outro, uma burguesia forte e em ascensão, portadora de um grande poder financeiro, mas tendo de negociar a esfera e os interesses políticos. Expressa esse antagonismo e essa articulação os trechos que seguem de Albuquerque (1983):

[...] Com o decorrer dos anos, esse grupo ganha ascendente e conquista uma posição de primeiro plano na vida econômica do reino. Durante a primeira metade do século XIV, embora tal grupo se mostre já muito consciente do que lhe importa atingir, ainda na maioria dos casos tem de abrir caminho isoladamente, sem contar com o apoio da força do Estado; são disso exemplos frisantes o contrato de 1293 e o tratado de 1353 com os ingleses. Nas últimas

três ou quatro décadas do século colhem-se, porém, nítidos sinais de que oferecia já a estrutura de uma verdadeira classe que afirmava a sua ascensão, intervindo na direção do governo do País e obtendo dele leis favoráveis [...] Salientou Jaime Cortesão que alguns lugares administrativos são, por essa época, ocupados por legistas e letrados saídos, em parte, da burguesia comercial marítima. Seriam esses funcionários que teriam induzido o rei a subscrever todas as leis notáveis referidas atrás, que levaram à consolidação das posições conquistadas, ao mesmo tempo que abriam novas perspectivas de ascensão; seria através deles, também, que se iniciara a luta contra as regalias usufruídas pelo comércio estrangeiro em Portugal. A Lei das Sesmarias, que tem sido por vezes considerada em contradição com os interesses da burguesia procede ainda da mesma origem, pois se reveste, se não erramos, de aspectos que só lhe poderiam ser favoráveis; sendo, como foi, dirigida contra os grandes proprietários dos prédios agrícolas, o clero e a nobreza, a sua aplicação interessava aos mercadores, na medida em que podia abrir brecha na oligarquia feudal; e, se fortalecia a classe média ligada à gleba, não é menos certo que tendia a aumentar a produção agrícola do País, donde saía uma grande parte dos géneros que alimentavam o comércio externo português [...] Nos últimos anos do reinado de D. Fernando, apesar das guerras e da crise de mão-de-obra rural que se seguiu à peste de meados do século, a supremacia da classe dos mercadores é de tal modo acentuada, e a sua marcha ascensional tão nítida, que atrai a nobreza a competir com ela no campo comercial; vimos como o próprio monarca, aproveitando os seus barcos nos momentos de tréguas, procurava estabelecer por sua conta e em seu benefício carreiras marítimas com as praças estrangeiras; e nas cortes de Lisboa de 1371 vamos encontrar os representantes dos homens de negócios queixando-se dos fidalgos que apareciam a concorrer com os mercadores nas feiras do reino [...] A revolução de 1383 é a pedra de toque para marcar o nível de segurança social que esta burguesia atingira. Tendo desfrutado, pelo menos em parte, o domínio do aparelho de Estado no tempo de D. Fernando, e iludida momentaneamente pelas medidas contra os mercadores mouros e judeus que pudera arrancar de Leonor Teles, parece averiguado que a burguesia não identificou logo a regência com a oligarquia de fidalgos e eclesiásticos, que reconquistava, nesse governo transitório, algumas das posições perdidas [...] (ALBUQUERQUE, 1983, p. 34-36)

Cada escrito, assim, da Literatura de Viagens possui como marca d'água a complexidade dessa história e dessas relações, que definem o gênero, a forma, a temática, os sentidos, os *scriptores* e autores, os usos etc. Por isso, como afirma Pinto (1994), estudar textos da Literatura de Viagens não pode prescindir da análise de suas relações com a especificidade da cultura, da civilização e de todos os aspectos sócio-econômicos dos quais essa literatura emerge. Na expressão de Pinto (1994), então:

[...] Estudar a literatura de viagens deverá implicar não apenas uma verdadeira leitura [...] dos conteúdos dos textos e relações, visando analisa-los temática, estilística e semanticamente, isto é, nos seus diferentes níveis e em profundidade [...] mas também, e sobretudo, que leve em consideração a nossa especificidade histórica, cultural e civilizacional, por forma a articular as produções dessa corrente literária com a nossa organização social e com a nossa estrutura económico-financeira, sem o olvido do facto de a pirâmide social triádica ser coroada pela ideologia de uma monarquia senhorial medieva, fortemente centralizada e exercendo as vezes de uma poderosa empresa mercantil, factores que condicionaram e explicam, em grande parte, um imaginário, formas de comportamento e um código de comunicação e apreensão do mundo, quantas vezes paradoxal e até contraditório. Em suma, impõe-se um estudo das obras da literatura de viagens como uma emanação do processo expansionista, encarada como facto global total, o que pressupõe uma

abordagem científica séria que concatene os escritos com a complexidade dos acontecimentos económicos, sociais, políticos e técnico-científicos da época [...] Ora esse imaginário, esse código paradoxal de comunicação e apreensão do mundo [...] expressando-se e deixando-se compreender de maneira tantas vezes diversas, por força da restante nebulosa cristã – aí residindo a nossa diferença de outros renascimentos, como António Sérgio intuiu e Barradas de Carvalho demonstrou –, terá de radicar, e de maneira bem funda e obrigatoriamente, no nosso todo social, económico, político, mental e ideológico de então e na sua evolução [...] num todo cultural-civilizacional potenciado por uma mentalidade mercantilista envergonhada, tacaña e mal assumida, mas de vocação humanista e universalizante (PINTO, 1994, p. 612, col. b - p. 613, col. a).

A partir da compreensão desse contexto literário, advinda e construída desse recorte apresentado, passamos a ajustar a nossa ótica de leitura dos roteiros de viagem investigados neste trabalho, apreendendo os tais como textos permeados por essas três características que, por sua vez, participarão constantemente da forma como pesquisamos e interpretamos os roteiros de Angola e do Rio da Prata; e da forma como selecionamos e definimos o léxico de marinharia.

3.3 OS ROTEIROS DE VIAGEM E SUA REALIDADE ESPECÍFICA

Os roteiros de viagem já estão estabelecidos como uma volumosa produção dentro do não menos copioso conjunto da Literatura de Viagens; ao mesmo tempo em que os seus estudiosos vêm somando demonstrações da importância histórica e linguística (dentre outras) desses escritos. Pois se constituíram em uma consequência e em um importante fator determinante do grande movimento de expansão marítima portuguesa, é o que deixa claro, Albuquerque (1994):

[...] Se os roteiros portugueses foram, em alguns casos, recolhidos em manuscritos que lhes são exclusivamente dedicados [...] outros incluem-se em livros de marinharia, género de textos em que se coligia tudo o que podia interessar aos pilotos, desde as regras de navegação astronómica até à indicação de práticas marinheiras de diversos tipos; há ainda um terceiro grupo de roteiros portugueses que apenas são conhecidos através de traduções que tiveram na Europa. [...] o escrito primitivo de um roteiro era, subsequentemente, aperfeiçoado pelos pilotos que a ele recorriam, de modo que o texto acabava por ser uma obra colectiva de sucessivas gerações de pilotos; [...] a roteirística portuguesa dos séculos XV e XVII é rica e pode, sem exagero, considerar-se um dos grandes legados do período das grandes viagens marítimas [...] (ALBUQUERQUE, 1994, p. 949, col. a - 950, col. b)

Esse género textual, porém, milênios antes de se tornar um dos principais instrumentos das navegações portuguesas, já vinha sendo praticado por outros povos; o que fortalece a constatação de como são imprescindíveis na relação do homem com o espaço e com trajetórias.

Os roteiros, portanto, tiveram origem na Antiguidade, através de registros mnemônicos e da transmissão oral de povos do Mediterrâneo, os quais precisavam navegar pelas suas costas e, para tanto, conhece-las e reconhece-las. Os primeiros a exercerem tal exercício de memória e comunicação foram os egípcios, seguidos por outros, como os fenícios e os gregos; assim, tal prática avançou nesse período, chegando a Era Cristã, através dos romanos (COSTA, 1960). Dentre esses navegadores, alguns raros, realizaram um registro escrito das características dessas costas, denominados de périplos, esses escritos são tidos como os primeiros antecedentes dos atuais roteiros. Tal como afirma Fontoura da Costa (1960):

Os Roteiros nasceram no Mediterrâneo, vindos da mais alta antiguidade. Oraís de comêço, eram transmitidos de geração em geração, sucessiva mais lentamente acrescidos de novas informações, que a observação dos rudes mareantes permitia mneminizar e recordar [...] E assim decorreram os séculos, primeiramente com os egípcios, depois com os cretenses, os fenícios, os gregos e os cartagineses; mais tarde, com os romanos, já no comêço do cristianismo[...] Alguns raríssimos mareantes, dêsses séculos, deixaram escritas as primeiras *instruções náuticas* – os *périplos* – guias da *navegação costeira*, com o registo das *distâncias*, em *estádios*, e a *rumagem* das terras a demandar, com os fundeadouros e primitivas conhecenças. Os *périplos*, continuados pelos marinheiros mediterrânicos da Itália, da Catalunha e de Maiorca, foram os avoengos dos futuros *Roteiros* (COSTA, 1960, p. 289-290).

Fontoura da Costa (1960) registra que o povo português foi o primeiro a rotear para o novo mundo. Data o mais antigo livro de rotear lusitano dos fins do século XV, sendo o ano específico 1485, segundo Vitorino Magalhães Godinho. Ele leva o título da sua primeira frase: *Este livro é de rotear* e integra o Manuscrito de Valentim Fernandes. Sobre o pioneirismo na arte de rotear, assinala:

Fômos os primeiros no *rotear* para novas terras, fômos naturalmente os primeiros a escrever e depois aperfeiçoar os respectivos *Livros*; e durante muitos séculos por eles se regularam tôdas as marinhas que foram a essas terras. Copiados, traduzidos, e mais tarde apropriados, ainda os vêmos em obras estrangeiras do século XVIII. Foram êles o basilar pedestal dos actuais *Roteiros*, de que há mais de 70 volumes ingleses, que abrangem todos os mares e tôdas as costas conhecidas [...] (COSTA, 1960, p. 291).

Os roteiros que integram o manuscrito 1507, dos quais, destacamos as carreiras de Angola e do Rio da Prata, são, portanto, um dos resultados dessa trajetória do homem, que desde a Antiguidade busca cada vez mais conhecer até aonde vai o mundo a sua volta e de que maneira esses espaços que vão sendo descobertos podem ser úteis aos seus interesses e necessidades. Assim, como não se pode estar em todos os lugares que a sua ambição almeja ao mesmo tempo, esse homem teve de desenvolver estratégias de fixação

desse lugar desconhecido e recém-descoberto; estratégias para se apropriar cognitivamente da nova realidade que convida os seus atributos sensoriais a experimentá-la. Eis, então, a escrita como a principal ferramenta para que ele adquirisse o atributo da onipresença – a consciência que mesmo ali, no espaço delimitado pelo seu corpo, ele conhecia novas possibilidades de lugares e as trajetórias para chegar, sair, estabelecer a posse física, explorar etc.

Por ter, em essência, na sua forma de elaboração escrita, o propósito de registrar tais informações, os roteiros de viagem se caracterizam por serem textos de fins pragmáticos, com um caráter informativo e técnico. Assim, esses escritos registram rotas marítimas ou terrestres, descrevendo o seu trajeto, e assinalando os principais pontos no que diz respeito à: parte marinha próxima a costa, pontos marítimos ou períodos do dia a serem evitados, melhores lugares de acesso à terra, localizações (latitude, altura etc.), principais acidentes geográficos da costa, tais como, montanhas, planaltos, florestas, entradas de rios etc. Nessa direção, afirma Albuquerque (1994):

[...] Os roteiros são os textos náuticos que os marinheiros portugueses começaram a escrever no século XV para deles se socorrerem nas viagens; continuadores dos portulanos mediterrânicos, os roteiros deviam indicar os principais portos e os acidentes de uma linha costeira, incluindo também linhas de rumo que os ligavam, as distâncias que os separavam; a par disso, forneciam eventuais indicações (cor da água, aparecimento de determinados peixes, etc.) que dessem ao piloto uma indicação do lugar aproximado em que se encontravam e eram quase sempre acompanhados de conhecimentos terrestre (ALBUQUERQUE, 1994, p. 949, col. a).

Os roteiros de navegação, pois, documentaram durante todo período de expansão marítima o percurso marítimo e costeiro das novas terras descobertas, medindo as distâncias, registrando as características do oceano à sua volta, os ventos e suas direções, as correntes marítimas, os perigos às armadas, no que diz respeito às possibilidades de encalhamentos e naufrágios, em função disso alertavam sobre as barreiras, os rochedos, os alagadiços, as saídas impetuosas de rios, a necessidade de esperar a preamar em alguns trechos. Notificavam também os bons lugares de ancoradouros, de descanso, de reabastecimento de água, dentre outros. E, ainda, favoreciam a orientação dos pilotos através dos registros das chamadas *conhecenças*, que, segundo Telles, a partir da definição de Humberto Leitão, são “pontos notáveis da terra, por meio dos quais se poderá reconhecer uma região da costa (TELLES, 1988, v. 2, f. 122)”. Estas poderiam ser desde uma ilha, um arvoredos, uma boca ou uma enseada à existência de uma povoação, de um grupo indígena, de um forte ou qualquer outra construção. E era exatamente por abrigar todo esse tipo de informações, que os roteiros são tidos como textos importantes

para a recuperação não só de dados históricos, geográficos, como também dos elementos da língua do período e da variante estudada.

Por tudo isso, reiteramos que os roteiros expõem uma descrição minuciosa, que objetivava servir como um guia. Acerca disso, afirma Telles, “Esses roteiros trazem informações que servem aos pilotos e aos mareantes para a indicação das derrotas a serem seguidas. Seu discurso é caracterizado pelo aconselhamento e pela advertência ao usuário (TELLES, 2004, p. 81)”. Segue, como exemplo, um trecho do *Roteiro do Rio da Prata*:

[...] E a se deguardar
dela Desde aylha desanta caterina aoporto de
dom Rodriguo aVera [↑ 6 leguas] /. Desde oporto dedom R(odrig)o
ate alagoa. ha treze legoas tem por conhesensa hũa
Ilheta. legoa Emea ao mar q(ue) se chama aylha do
Repairo tem maa entrada ha mister esperar prea
mar desde este p(or)to ate o Rio de martin afonso
a Vera Vimte Eduas legoas Este Rio tem muytas
baixas na boca . he mister esperar <a>/e\ somdar dentro
tem muyto fumdo [...] (RRP, f. 108r, L. 3-16).

Durante os séculos em que, notadamente, o povo lusitano dedicado à expansão marítima, à descoberta de novas terras e à construção de um império que se orientava tanto para o ocidente como para o oriente; esse gênero de texto torna-se muito frequente devido à necessidade de reconhecer, notificar e fixar a maneira de como chegar à terra recém descoberta. Para tanto eles descreviam:

1. Os sinais de terra – cor das águas, vegetação em suspensão, aves, aparecimento de determinados peixes etc.;
2. Os elementos que identificavam cada localidade – chamados à época de *conhecenças* – os tais eram as montanhas, os morros, o tipo de vegetação costeira, os cabos, as enseadas, as bocas, os rios, as ilhas, os recifes etc.
3. Os perigos que representavam riscos de encalhamento, de danos à embarcação e de naufrágios, tais como, *baixos*, *alagadiços*, correntes, cadeias de rochas submersas etc.
4. As técnicas náuticas a serem usadas em cada costa e diante de cada perigo específico, como por exemplo, usar remos ou sondas, esperar preamar, navegar junto à costa etc.

Há, ainda, a se destacar, no que concerne a essa trajetória histórica dos roteiros de viagem, o processo de evolução da sua tessitura textual, sistematizado por Telles (1996). A autora realiza uma análise que parte dos portulanos, passando pelos roteiros da costa e finalizando com os roteiros oceânicos. Em suma, define os roteiros de navegação como

os mais evoluídos dentro da história dos roteiros de viagem. Por serem os roteiros da costa constituídos de uma estrutura simples (tema/ rema), até a prática desse tipo de escritura evoluir para o fazimento de roteiros oceânicos; estes, por sua vez, expressam um maior desenvolvimento na estrutura frasal, fornecendo uma quantidade e uma qualidade maior de informações (TELLES, 1996, p. 51). Segundo, ainda, Telles (1996), os roteiros se subdividem em roteiros oceânicos e roteiros de navegação, e, sobre isso, Telles (2004) afirma:

Os roteiros oceânicos, mais extensos do que os anteriores, trazem as informações sobre a distância e os rumos com mais desenvolvimento, aí aparecendo novos elementos descritivos: o registro da variação da agulha (ou seja, dados sobre a declinação magnética), a compreensão dessa declinação magnética sobre o abatimento da rota e o registro das aves e plantas como sinais. Informam ainda as conhecenças (descrições das costas). Os roteiros oceânicos, por sua vez, fazem referências mais numerosas e precisas às indicações dos rumos e distâncias entre pontos da costa (TELLES, 2004, p. 83).

Ao ampliar a compreensão sobre os roteiros de viagem, a partir da sucinta exposição sobre sua história, concepção e características; é, também, importante que nos apropriemos um pouco mais, e especificamente, dos roteiros de Angola e do Rio da Prata, compreendendo, sumariamente, a estrutura e o conteúdo do códice em que se encontram compilados – o *Manuscrito 1507*; com vistas a conhecer as suas características extrínsecas e intrínsecas; bem como a época, o compilador, as características dos *scriptores* e de sua *scripta*; e, por fim, conhecer o conjunto de escritos que se achou por bem reunir, definindo, assim, uma linha temática para o livro. Passaremos, dessa maneira, a compreender melhor o corpus e a metodologia utilizados na edição e no estudo lexical realizado.

Diante das informações contidas nessa seção, damos prosseguimento ao estudo, acreditando ser necessário não perder de vista que ao proceder à edição e à análise do conteúdo e dos lexemas de um roteiro de viagem, estamos estudando um dos frutos de uma saga de sacrifícios, mortes, mas também de grandes conquistas e realizações. É uma pequena parcela de informações no meio de tantas outras, mas que ao se constituir, preenche uma lacuna no conhecimento das produções culturais de um povo; podendo, assim, contribuir para o fortalecimento da identidade do mesmo.

4 O ROTEIRO DE ANGOLA E O ROTEIRO DO RIO DA PRATA – METODOLOGIA E EDIÇÃO

4.1 PASSOS PARA EDIÇÃO

4.1.1 O *corpus*

4.1.1.1 O Manuscrito 1507

O *corpus* constituído para o estudo realizado foram os roteiros de viagem de Angola e do Rio da Prata. Eles encontram-se na compilação do Códice 1507 e foram delimitados da seguinte forma: *Roteiro de Angola*, f. 80v. e 81r; *Roteiro do Rio da Prata*, f.108v-110r.

O manuscrito 1507 faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, ele foi compilado por Manoel Gaspar, ou a seu pedido, em primeiro de março de 1594, conforme o que aparece na folha de rosto (TELLES, 1995, p. 264). Porém dentro do manuscrito irão aparecer seis datas, sendo que quatro são distintas, em ordem seriam: 1573, 1591 (em dois roteiros distintos), 1593 e 1706 (também em dois escritos diferentes). Telles (1995) detalha o contexto em que elas ocorrem:

[...] a) no fólho 56vº., no Laus Deo: “Laus deo acabou de tresladar / Este derrotero en la Hauana / a 11 de enero de 1593. A(nn)no do s(ennor)”; b) no fólho [80vº.], o sétimo roteiro do códice faz referência ao período de 12 a 15 de janeiro de 1591: Demostração das terras / do loanguo caminho de angola / por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591”. Ainda no fólho [102rº.] encontra-se uma data que permite afirmar-se ser o décimo roteiro posterior a 1573: “E por não fazer este mareaje a nao santa clara o año de 1573: q(ue) hia p(er)a a India temendose da costa da bahia por estar cerrada cõ o t(em)po passou de 13 g(ra)os e se foi perder en tituapara,...”. No trecho em letra do século XVII (37rº.) pode observar-se que foi lançada uma data, lendo-se claramente o 1706, datação que parece repertir-se no fólho [83rº.]: 170[6]. Quanto ao Roteiro da Índia de Vicente Rodrigues, conhecido como o segundo roteiro daquele piloto, atribui-se-lhe a data de 1591 (TELLES, 1995, p. 263).

Em relação à escrita, há quatro *scriptores* cuja letra e cujos trabalhos puderam ser identificados, por terem tomado um formato mais organizado e coeso dentro da *scripta*; porém, há, também, interferência de várias mãos, em anotações diversas, que foram lançadas em páginas em branco (TELLES, 1995, p. 263-264).

Quanto às escritas sistematizáveis, conforme a descrição extrínseca de Telles (1995, p. 263), tem-se que o *scriptor* 1 parece ter escrito, em espanhol, os fólhos 1r-27r, 28r-36v, 38r-40r, 41r-57r, 60v, 61r-64r, 66r-75r; e, em português, os fólhos 80v-81r. O *scriptor* 2 teria escrito, em língua portuguesa, os fólhos 83v-84r. Já o *scriptor* 3 pode ter sido o responsável pela escrita dos fólhos 85r-107r. E o *scriptor* 4, aparentemente, escreveu os fólhos 108r-110r. Todos os quatro *scriptores* dão forma gráfica aos seus textos

através da letra humanística cursiva do século XVI (TELLES, 1995, p. 263). Sobre essas informações, Telles (1995) ainda acrescenta:

A letra do copista 1 é bastante regular e corresponde aos textos em língua espanhola [...] e apenas a dois fólhos em língua portuguesa [...].

As letras dos copistas 2 e 3 mostram o traçado menos regular do que a do copista 1 e correspondem a textos em língua portuguesa.

A letra do copista 4, que se ocupou dos últimos fólhos do códice, é a de traçado menos regular, mostrando maior rapidez na escrita e com manchas nas letras.

Quanto à escrita cursiva do século XVII, pode pertencer a várias mãos que preencheram as folhas brancas do códice com anotações diversas (TELLES, 1995, p. 263-264).

Essas “várias mãos” que produzem “anotações diversas” são um exemplo do que Albuquerque (1994, p. 949) nos conta sobre a prática dos pilotos que se sucediam nas mais diversas rotas do período dos descobrimentos e expansão. Estes costumavam acrescentar novas informações nos espaços em branco dos roteiros (entrelinhas, margens, fólhos), por se tratar do fato de cada nova viagem encontrar-se submetida a um novo observador, que percebia novos dados a partir de sua perspectiva particular. Daí a dificuldade de se atribuir autoria (no sentido contemporâneo de autoria) a esse gênero de texto, pois de acordo com o historiador: “[...] o escrito primitivo de um roteiro era, subsequentemente, aperfeiçoado pelos pilotos que a ele recorriam, de modo que o texto acabava por ser uma obra colectiva de sucessivas gerações de pilotos [...]” (ALBUQUERQUE, 1994, v. 2 p. 949, col. b). E, por ser um típico exemplar de uma obra coletiva, Telles (1995, p. 264), quando fala sobre a autoria do Códice 1507, afirma que Manoel Gaspar foi o responsável pela compilação, mas não pode ser considerado o autor dos roteiros.

O conteúdo do Manuscrito 1507 refere-se essencialmente ao contexto da marinharia e da expansão marítima, registrando, na sua parte principal, dez roteiros e três instruções náuticas, que são apresentados por Telles (1995) da forma como segue:

1. “[Derrotero de las Indias de Castilla]”, 1r -56v
2. “Entrada de setuual”, 57r
3. “[Anotações sobre as longitudes]”, [60v]
4. “Memoria de las alturas deste deRoter de las tierras q(ue) en el se contienen”, [61r -64r]
5. “[Instruções para] hazer Un arbol mayor para Una nao...”, [66r]
6. “De Mostraçaon e aParencia de algunas tierras y islãs deste Roteiro”, [67r -75r]
7. “Demonstração das tterras do loanguo caminho de angola por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591”, [80v -84r]
8. “Longetudes q(ue) ha de huns lugares Portos e ylhas a outros na Costa Universal cõ o compasso em dereitura”, [80v -81r]
9. “Roteiro da carreya da India e dos Rum(os) a que se a de gouernar E dos sinais que nesta viagem se achão, con as deferenças da agulha Composto Por Vicente Ro(dr)i(gue)z pilloto mór dela”, [85r -93v]
10. “Viajem de cochín P(ar)a Portugal”, [96r -99v]

11. “Como se a De marcar agulha”, [100]
12. “Roteiro da Viagem e costa de todo o Brasil Nauegando P(or) ele Desdas Ilhas de Cabo Verde ate o Rio da pratta”, [101r -107r]
13. “Roteiro que conta desde a ylha de santa caterina ate o Rio da pratta”, [108r - 110r] (TELLES, 1995, p. 265)

Esses são, pois, os principais textos dessa compilação. Eles demonstram a relevância desse Códice para a história da expansão marítima: pois, da mesma forma em que são dados que atestam os percursos, os lugares, as dificuldades, a amplitude da conquista territorial, as estratégias de navegação e de como se relacionar com os nativos; expõem, também, os projetos do Reino de Portugal e do Reino Espanhol. Apenas em ler o título, localizado na folha de rosto, podemos constatar esses objetivos e apreender a importância dessas descrições para robustecer as análises e a composição dessa História:

LIBRO UNIVERSal De Derrotas, alturas, LongetuDes, eConheçenças, Detodas as nauegaçoís, Destes, Reínos, Deportugal, E castela. Indias, Orientaís E ocçidentais, O mais copioso e claro quepo de Ser, En seruíço dos Navegantes. Ordenado. por pilotos consumados, Nesta sciência eVertudes, Deaproueítar, E n seruíço de Deos, E n lix(boa) O pr(imeir)o Demarço 1594

E, quanto à amplitude da conquista, que nesse manuscrito é atestada, Telles (1995) afirma que a compilação:

[...] descreve as cinco diferentes carreiras do Atlântico:

- a) carreira das Índias de Castela, roteiros 1, 2, 4 e 6;
- b) carreira de Angola, roteiro 7;
- c) carreira da Índia, roteiros 8 (longetudes), 9 (viagem de ida) e 10 (viagem de volta);
- d) carreira do Brasil, roteiro 12;
- e) carreira do Rio da Prata, roteiro 13 (TELLES, 1995, p. 265)

4.1.1.2 Os Roteiros de *Angola* e do *Rio da Prata*

Os Roteiros de *Angola* e do *Rio da Prata*, localizados no Manuscrito 1507, possuem, respectivamente, os seguintes títulos: *Demonstração das terras do loanguo caminho de angola por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591; Roteiro que conta desde a ylha de santa caterina ate o Rio da pratta*. Esses roteiros constituem-se excelentes representantes do seu gênero textual e cumprem bem os objetivos especificados para o mesmo, sem os quais, eles perderiam a razão de existir.

O Roteiro de Angola está lavrado em dois fólios: 80v e 81r (Telles, 1995, p. 265). Conforme análise visual dos fólios que se encontram escaneados na Biblioteca Nacional Digital, acessada através do site da Biblioteca Nacional de Portugal, com *download* realizado pelo END. WWW: <http://purl.pt/16444>, pode-se constatar que os dois fólios se encontram com aspecto amarelado, com borda vertical externa marcada por muitas

irregularidades que sugerem a ação do tempo, fungos ou insetos. Apresentam-se, também, com manchas acinzentadas paralelas às suas linhas escritas e aos croquis; estas se somam à presença de pontos irregulares, ainda bem nítidos, que se espalham por toda folha, porém, mais expressivamente, na mancha escrita do fólio. Esses dados observados sugerem que havia um texto anterior, o qual teria sido apagado. Fato que nos leva a deduzir a prática recorrente do *palimpsesto*, ainda comum nesse período.

Nesse estudo, o *Roteiro de Angola* se diferencia pela presença de croquis que esclarecem as *conhecenças* indicadas, ao somar à descrição escrita, o registro pictórico da costa de Angola e de seus lugares específicos. Os desenhos do fólio 80v se assemelham a sequências de pequenos montes; mas significam, conforme nomeação presente na descrição, “serras e moitas” e palmeiras. Cada croqui segue a orientação horizontal, paralela às linhas escritas; e são numerados, à esquerda, do primeiro ao último, na seguinte sequência: 1, 3, 5, 7, 9, 11. O fólio 81r do *Roteiro de Angola* apresenta o mesmo aspecto físico do fólio 80v, inclusive, as manchas acinzentadas e os pontos pretos irregulares que sugerem a prática do *palimpsesto*. Nele há a continuidade dos croquis do fólio 80v, que, entre outros novos aspectos, apresentam uma serra de cascais, um palmar e uma enseada. As três linhas principais apresentam uma novidade na numeração. Há uma continuação: 13, 15, 17 no lado esquerdo; todavia, nos dois primeiros croquis do fólio, há, também, uma sequência de números pares disposta no lado direito, pareando os números ímpares dispostos no lado esquerdo. Na linha numerada pelo 13, opõe-se o 14; na linha numerada pelo 15, opõe-se o 16; não sendo possível, porém, visualizar o 18 no lado direito do croqui 17, se é que ele foi escrito. E, por fim, temos a destacar que o fólio 81r contém mais linhas de texto escrito do que o 80v.

O *Roteiro de Angola* expõe a rota dessa costa, descrevendo do cabo de Lopo Gonçalves até ao Rio de Congo e Angola. Este caminho é descrito detalhadamente com as informações de outras *conhecenças*, como: a serra dos cascais; a enseada dos *angos*; um palmar, cujo término da na saída do Rio de Congo; as Barreiras Vermelhas e as Sete Setas. Além disso, cuida de informar também: a posição em graus, os rasos, os fundos, a presença de águas de remanso e o perigo de grandes correntes, dentre outras notificações igualmente importantes.

O *Roteiro do Rio da Prata*, segundo Telles (1995, p. 265), está lavrado em três fólhos. Os dois primeiros apresentam texto no reto e no verso; e o último, apenas no reto; sendo esta a sequência: 108r, 108v, 109r, 109v e 110r. Conforme análise visual, realizada através do mesmo endereço eletrônico descrito acima, os fólhos 108 e o 109 apresentam,

além do aspecto amarelado, manchas mais escuras, em sua maior parte, em tom creme; mas também, apresentam algumas partes com manchas marrons, esverdeadas e cinzas, muito semelhante à aparência provocada pela ação de fungos. Acrescentamos a isso, um aspecto muito borrado, em que se vê nitidamente linhas escritas mal apagadas nas entrelinhas do Roteiro; atestando, de forma ainda mais contundente do que no *Roteiro de Angola*, a prática do *palimpsesto*. Contudo, no geral, a letra é bem desenhada, em bom tamanho, e, na maior parte das vezes, de fácil leitura. Os fólhos expõem, ainda, uma ação curiosa: o lançamento à margem das léguas em algarismos indu-arábicos, sempre apresentando no final, o total de léguas descritas na página.

Nesse Roteiro, não há croquis; mas, apenas texto escrito. O fólio 110v possui algumas características distintas: ele apresenta apenas sete linhas de texto, as quais finalizam o Roteiro; estas linhas estão na parte superior da página; abaixo delas, encontra-se o carimbo da BNL; e, na parte inferior da página, próximo ao canto esquerdo, há registrado o somatório final de todas as léguas do percurso. Essa soma apresenta-se na forma de uma listagem vertical de duas colunas e oito linhas. Na coluna da esquerda, foram registrados os principais pontos de localização indicados no Roteiro, esses pontos são ligados por linhas às informações da coluna da direita, as quais dizem a quantidade de léguas que possui cada localização ou trajeto entre esses pontos. No final da coluna das léguas, o total nos dá o número de 348, sugerindo que o *scriptor* constata que o percurso de Santa Catarina até Assunção é de 348 léguas.

O *Roteiro do Rio da Prata* traz uma grande quantidade e variedade de informações. Ele descreve desde a Ilha de Santa Catarina até Assunção, detalhando este percurso através de um número significativo de localidades e *conhecenças*, tais como: o Porto de Dom Rodrigo, Rio de Martim Afonso, o Cabo de Santa Maria, as Ilhas de São Gabriel, a Ilha de Martim Garcia, o Rio das Palmas, as Sete Correntes, dentre outras. O Roteiro também informa os grupos indígenas de cada região descrita, a que chama de gentios. E, através disso, temos nesse documento mais um registro de um período e das regiões em que esses índios viveram; de atividades que eram por eles efetuadas; dos conceitos que os portugueses lhes atribuíam; etc. Os nomes dos grupos encontrados no roteiro foram: carijós, *mecaretas* e *mepenes*. O *scriptor* desse Roteiro detalha cada risco à embarcação: boca, baixo, ilha, remanso, alagadiço, correntes. Instrui cada ação necessária: por onde entrar com a embarcação, que direção tomar, onde esperar por preamar, onde é necessário usar a sonda, onde surgir (aportar), onde passar com o uso da sirga; além de tudo isso, alerta sobre onde e porque levar remos e boas armas.

Cuidadosamente, notifica tudo que àquele momento era perceptível aos seus olhos, paralelamente, registrava as advertências necessárias para se vencer os perigos do local e se praticar uma navegação bem sucedida.

Desse modo, o *Roteiro de Angola* e o *Roteiro do Rio da Prata* correspondem a dois dos textos da vasta Literatura de Viagens portuguesa e são responsáveis por registrar informações sobre duas das carreiras atlânticas muito concorridas no período quinhentista.

Por todo esse valor, pelo registro cuidadoso dessas descrições e por constatar, através da História, que os Roteiros de Angola e do Rio da Prata são um resultado, também, do épico movimento da expansão marítima portuguesa, valoramos a importância dessa edição.

4.1.2 Pressupostos metodológicos: O que uma lição conservadora instrui?

Diante desses dois documentos, em cujo registro da história da língua, da escrita e da civilização portuguesa se faz tão notório, estabelecemos a edição semidiplomática como sendo a mais apropriada aos objetivos de uma investigação filológica que contempla o estudo do léxico dentro de uma perspectiva histórica. Nessa direção, apresentamos a realidade da *scripta* dos Roteiros e os principais pressupostos teóricos que sustentam a fixação de um texto através de uma lição conservadora.

Para entendermos as características dessa *scripta*, analisemos quem eram os seus *scriptores*, qual era a formação dos mesmos e que tipo de variante linguística e de grafia tinham condições de produzir.

Em *Critérios para uma edição crítica de textos quinhentistas não literários*, Telles (1993, p. 105) fala, de uma forma geral, sobre os autores da Literatura de Viagens, explicando que a constituição do discurso dos roteiros é consequência do conhecimento de marinharia e do nível de instrução desses *scriptores*. Excetuando os cronistas, Telles (1993, p. 105) explica que os autores da Literatura de Viagens – dentre os quais estão os *scriptores* dos roteiros de viagens – possuem uma formação muito elementar, capaz apenas de cumprir a comunicação simples feita para homens de formação igualmente rude – os mareantes. A partir desse perfil do *scriptor*, a autora caracteriza a variante linguística desses textos quinhentistas como uma linguagem rude, de vocábulos desconhecidos pelos cultos, todavia perfeitamente compreensíveis pelos homens de pouca instrução, que viviam da prática da navegação. Assim afirma Telles (1993):

[...] os autores das narrativas de viagens possuíam um nível cultural com base no chamado ensino elementar ou ensino popular ministrado por mestres improvisados (“mestres de ler” e mestres de gramática”). Desse modo, saberiam eles as primeiras letras e o latim, isto é: ler, escrever, contar e gramática. Eram, portanto, homens simples, apresentando um nível cultural pouco elevado.

Os discursos dos textos da literatura de viagens, assim, reproduzem uma linguagem cotidiana pouco tensa [...] passível de ser compreendida por homens simples, marinheiros rudes, apresentando vocábulos e termos não conhecidos pelos cortesãos e gente polida, mas endereçada a homens de Leça e Matosinhos, lugares onde vivem os mareantes (TELLES, 1993, p. 105).

Desse modo, tendo em vista o caráter rudimentar da formação instrucional desses *scriptores* e procedendo uma leitura cuidadosa dos exemplos desse gênero – os roteiros de *Angola* e do *Rio da Prata* – constatamos que esses *scriptores*, de fato, grafavam o texto de uma maneira muito informal e acabavam por produzir uma grafia condicionada pelos sons da fala. Esse fato irá explicar a variante linguística dos Roteiros, que pode ser agora, de forma específica, definida como uma variante da língua portuguesa do século XVI, praticada por pilotos e mareantes, um estrato social de formação educacional elementar; pessoas simples que escreviam de uma maneira imprecisa, muito influenciada pela linguagem oral; produzindo uma linguagem escrita pouco tensa; com muitas oscilações e variações no uso e na combinação dos grafemas e morfemas; portadora de um vocabulário simples, voltada para atender aos objetivos da comunicação direcionada para o contexto de navegação (TELLES, 1993, p. 105). Observamos, também, a partir desses fatos, que registraram, no texto escrito, não só os dados fonéticos, como também outros fatos de língua característicos de sua variante linguística.

Com base nesse contexto, vale ressaltar, ainda, uma análise muito esclarecedora: o fato desses homens responsáveis pela produção desses roteiros de viagem poderem ser agrupados, salvo rara exceção, dentro da classificação “*scriptores* de mãos inábeis” (TELLES, 2008, p. 31), ou seja, o fato desses *scriptores* serem componentes de estratos sociais de acesso restrito à educação formal e ao conhecimento disciplinar os conceitua como *scriptores* sem habilidade para reproduzir, com segurança e constância, as normas cultas da escrita; as que eram, à época, as mais valorizadas, por serem usadas pelos integrantes da formação real ou eclesiástica. Todavia, o que poderia ser tomado como um desvalor; constitui-se no contrário. Esses manuscritos ganham ainda maior importância, no que diz respeito ao registro material de variantes linguísticas e de possíveis processos de mudança ocorridos na língua, no decorrer de sua história. Simultaneamente, esses “*scriptores* de mãos inábeis” tornam-se preciosos para os estudos filológicos, linguísticos, históricos, dentre outros; pelo fato de, geralmente reproduzirem na escrita, através dos

grafemas, dos morfemas, da sintaxe e das formas lexicais selecionados, os sons e os usos da sua fala. Além disso, por apresentarem, também, as oscilações de usos, hesitando entre o culto e o popular, revelam indícios da existência de formas em concorrência em determinadas épocas. Logo, quanto mais o *scriptor* for inexperiente na grafia, mais esses textos interessarão aos estudos da Linguística Histórica; e, ainda mais se fará valorosa, a fixação desses textos conforme os critérios zelosos de uma edição conservadora. Nesse sentido, afirma Telles (2008):

A partir da *scripta* do documento, tanto se podem mostrar os erros óbvios (ou *lapsus calami*) – repetições, transposições, erros devidos ao contexto linguístico ou extralinguístico, os erros de concordância, as autocorreções, as adições, as omissões, as confusões de palavras – *como, o que é mais importante, as variantes textuais decorrentes do desempenho do que escreve, do responsável pela scripta.* [...]

[...] É ainda Claire Blanche-Benveniste que chama a atenção para a escritura de textos por pessoas inexperientes, para os quais se deve dar tanta atenção quanto para os textos estudados pelos filólogos [...]. Algumas vezes, esses dois tipos de texto estão muito próximos, quer se trate de uma escritura [...] de um texto antigo, com base na escrita do latim, quer se trate de textos relativos à transcrição de depoimentos ou daqueles saídos de quem apenas sabe “ler e escrever” (TELLES, 2008, p. 29, col. b – p. 31, col. a, grifo nosso).

Acrescentamos a essa argumentação o que Telles (2008, p. 29, col. b) discorre sobre a simbiose entre a oralidade e a escritura, apresentando uma equivalência aproximada entre o oral – que, via de regra, é não elaborado – e o discurso escrito desordenado que se materializa nos rascunhos. Nesse sentido, sendo o discurso oral uma modalidade mais distensa, que percorre diversos graus de informalidade e de distanciamento da norma culta e que possibilita a si mesmo ser, por meio da ausência de vigilância, o lugar precípua de fomento da variação de uma língua; quando posto em paralelo com o rascunho, texto escrito, frequentemente caótico e desordenado, apresenta tão grande semelhança, que demonstra que é possível, sim, coletar de um texto escrito por pessoas não letradas, fatos de língua que são verdadeiros indícios de variações linguísticas geradas no oral e materializadas na escrita (TELLES, 2008, p. 29, col. b – p. 31, col. a). Por isso, ao se ter um *scriptor* pouco hábil, no que diz respeito ao conhecimento formal e à cultura escrita; adquire-se uma *scripta* em que a modalidade oral interfere mais livremente na modalidade escrita. É o que ainda ressalta Telles (2008, p. 31, col. b): “[...] de acordo com a *scripta* do documento, podem ser apontados tanto os erros óbvios como as variações do registro de língua do *scriptor*. Isto, por exemplo, é o que se pode ver na transcrição de texto escrito por “mão inábil” [...]”.

Portanto, por se estabelecer como alicerce e como norte, o papel filológico de recuperação (DUARTE, 2012, p. 59) das mais distintas informações materializadas em

todos os elementos de uma *scripta*; e ainda, por se ter, de fato, nos Roteiros de Angola e do Rio da Prata, dois textos escritos por “mão inábeis”, que observamos a necessidade de um método de edição que preservasse a *scripta* do texto. Através disso, fazemos com que os fatos de língua, ali achados, não se percam e possam ser descritos e estudados enquanto corte sincrônico da língua em análise. E, paralelamente, fomentamos uma compreensão mais aproximada dos reais significados do texto.

Nessa orientação, Telles (1995, p. 267-269) estabelece critérios de edição para o mss. 1507 da BNL. Esses critérios estão divididos em três grupos: critérios para os textos em Língua Portuguesa; critérios para os textos em Língua Espanhola; e os critérios gerais; todos eles possuem, como principal orientação, a produção de uma lição conservadora (TELLES, 1995, p. 264-269). Sobre a importância da preservação da lição, argumenta Telles (2009):

Assim, quer se trate de edição crítica de texto medieval ou de texto moderno, o comportamento do editor crítico deve buscar preservar as características do corte sincrônico representado pela língua em que o texto foi vasado. Não é diferente o tratamento que é dado nas edições semidiplomáticas. Desse modo, o texto possibilita a verificação dos traços de fala transpostas para a escrita. Como os níveis de análise da língua alcançados em edições conservadoras não se restringem ao fonético, nos textos escritos podem ser detectados fatos morfológicos, sintáticos ou mesmo discursivos, provenientes da variante de fala do responsável pela *scripta* [...] (TELLES, 2009, p. 254).

No que diz respeito ao conceito de lição conservadora, podemos observar que, em seu Glossário on-line, Duarte define lição – enquanto termo da Crítica Textual – de: “**Lição**: conteúdo de um lugar do texto em qualquer dos seus testemunhos”. A lição conservadora, na prática filológica, denota um conteúdo tal qual encontrado originalmente em seu testemunho, no que diz respeito à grafia, às lexias, à sintaxe, aos grafemas utilizados, às pontuações e marcas etc. Esta é a lição apresentada nas edições diplomáticas e semidiplomáticas, apesar de estas últimas admitirem algumas intervenções.

A partir da compreensão do que vem a ser o termo “lição conservadora”, e tendo já apresentado a necessidade de aplicarmos esse pressuposto metodológico na edição dos roteiros *Demonstração das terras do loanguo caminho de angola por onde eu pasey de.12. ate .15. de jan(ei)ro de 1591*” e *Roteiro que conta desde a ylha de santa caterina ate o Rio da pratta*, apresentamos, a partir de alguns autores, aspectos do labor filológico que prosseguem embasando o uso da lição conservadora.

Ora, ser filólogo é ser, também, um arqueólogo das palavras, conforme Duarte (2012) nos instrui em nota:

Pelo seu objecto e pelo seu método, poderemos ainda encarar a Crítica Textual como pertencendo à família das disciplinas arqueológicas: não pretende criar o que deveria ter sido criado, nem melhorar a obra do autor, mas simplesmente reconhecer ou reconstituir aquilo que existe ou que terá existido de facto, e de que maneira terá existido, tendo em conta os materiais autênticos ou os seus vestígios, e os conhecimentos de que dispõe no momento histórico em que trabalha (DUARTE, 2012, p. 59).

E, assim sendo, temos como precioso o artefato linguístico em seu estado original, porque estamos conscientes de que no grafema, nos sinais, no morfema, no lexema, nas abreviaturas, no sintagma, na sintaxe, na pontuação, no discurso intocados, estão encerrados a História, a Cultura, a língua e a variante do tempo em que foi escrito o texto; todas elas, propriedades do autor, do(s) copista(s), do *scriptorium*, da sociedade ou do estrato social em que circulava o manuscrito. São, portanto, informações preciosas para o conhecimento e constituição das identidades dos povos a que esse texto pertenceu. Desse modo, Telles (2008), a partir de informações de Lass, *Historical linguistics and language change*, de 1997 e de Tavani, *Los textos del siglo XX*, de 1988, afirma:

Nessa direção, Lass [...] relembra as mais importantes informações fornecidas pela *scripta* de um texto. São elas:

1. a natureza do sistema de escrita e as suas possibilidades de representação;
2. o aspecto fonético e outras espécies de evidência do sentido dos grafos nos textos antigos;
3. a implicação histórica do conservantismo dos sistemas de escrita face às mudanças;
4. o uso das evidências métrica e rímica;
5. o testemunho dos foneticistas e gramáticos pré-modernos;
6. os problemas suscitados pela divisão de palavras e outras convenções;
7. o uso de algumas fontes como glossários e transcrições interlineares.

Esses elementos da *scripta* são os indícios que não podem ser esquecidos pelo filólogo, porque são eles que permitem o uso do texto para compreensão do momento cultural representado pelo texto (e pelo seu autor) (TELLES, 2008, p. 30, col. a-b).

Ora, dessa forma, entendemos que o texto está acompanhado da História e da sociedade na qual foi lavrado. E a constatação de que as línguas mudaram e mudam, motivadas pelos atos de fala, pelos usos que dela fazem os seus falantes nos leva também a observar – sobretudo, através dos estudos filológicos e linguísticos, exclusivamente apoiados nos textos escritos até o início do século XX – que as mudanças na língua, geradas e cristalizadas na fala, se refletiram e se refletem nos textos. Conforme Telles (2010), comentando o texto de Wright, *Cambios lingüísticos y câmbios textuales*, publicado em 1998:

Roger Wright [...] assinala que ao estudar a língua contemporânea se pode aproveitar os meios modernos e os ouvidos, ficando estabelecido que não é possível limitar-se aos dados escritos. Entretanto, ao estudar-se a língua de época passada todos os dados disponíveis estão escritos. Desse modo é possível acompanhar as mudanças verificadas na apresentação dos dados textuais e as vezes tirar conclusões a propósito do fato de a língua falada também ter mudado. Essas conclusões, entretanto, não costumam ser simples, porque a relação entre escrita e fala são diferentes em épocas e comunidades diversas (TELLES, 2010, p. 109).

Telles (2008) também explica:

Em linguística histórica, desde os trabalhos de D. Ramón Menéndez Pidal, tem-se como certo que um fato de língua documentado “por escrito” deve estar existindo no uso há pelo menos três gerações. Nessa perspectiva, em filologia textual – quer debruçando-se sobre textos antigos, quer sobre textos modernos ou contemporâneos, literários ou não literários – busca-se preservar as características da *scripta*, na expectativa da comprovação desses fatos lingüísticos. Assim, os estudos das mudanças linguísticas encontram apoio incontestado nos textos de edição cuidada, em especial seguindo os critérios de uma lição conservadora (TELLES, 2008, p. 29, col. a).

Dessa forma, o cuidado na preservação de cada elemento da *scripta* é de todo fundamental. Pois uma simples mudança de um único grafema (o que pode ocorrer até por desatenção, condicionados que estamos com a ortografia contemporânea), pode estar: a) apagando um indício sobre a pronúncia, ou prosódia ou até sobre a formação de um novo vocábulo; b) alterando um morfema e, assim alterando a lexia e o sema originais; c) modificando o sintagma e, conseqüentemente, a sintaxe; d) e, diante de todo esse transtorno do que de fato estava escrito, pode se estar mudando ou distorcendo o discurso naquela situação de comunicação tão particular e única, como o são todas.

Nesse sentido, se a modernização de qualquer elemento da *scripta* pode mudar estrutura, significados e discursos, isso denota que uma modernização, deliberada ou acidental, também poderá alterar os dados históricos que, direta ou indiretamente, estão registrados no texto.

Portanto, por se tratar de uma edição de um texto rico em elementos de historicidade, realizamos nos Roteiros supracitados uma edição que apresenta uma lição conservadora, preservando a originalidade de todos os elementos que constituem o texto e, por conseguinte, o discurso. Com vistas a proceder, de forma apropriada, a um estudo lexical alicerçado na história do texto e na História do povo que o produziu; e, a uma análise que extraia, desse léxico, indícios sobre essas histórias – do texto, da língua e das sociedades a eles correspondentes; e, ainda, a apresentação de mais um corpus fidedigno que possibilite os mais diversos tipos de análise tanto para a Linguística e para a História, quanto para as outras ciências que possam encontrar, nesses textos, dados para seus estudos.

E assim, levamos em consideração as especificidades dos nossos documentos, porque também Telles (2008), retomando o que dizem Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, em *A construção da narrativa queirosiana*, ratifica o fato de que os critérios de transcrição e de reprodução devem levar em conta as características dos manuscritos editados. Lembra – ainda com C. Reis e M. R. Milheiro – que a transcrição deve ser bastante rigorosa, reproduzindo as peculiaridades específicas da forma de grafar analisada (TELLES, 2008, p. 31, col. a).

Nessa perspectiva, considerando a acepção de *lição* apresentada, e pretendendo demonstrar o que, de fato, uma lição conservadora instrui, sistematizamos, a partir de Telles (2008) e de Queiroz (2006), seis argumentos que respondem à indagação: Por que editar um texto manuscrito através da fixação de uma lição conservadora?

1. Porque o manuscrito documenta a variante linguística usada para registra-lo, tornando-se uma fonte fundamental de dados para os estudos linguísticos, conforme o que diz Telles (2008):

[...] o texto, resultado do uso do código de sinais que transpõe para o suporte material o ato comunicativo, é, sobretudo, um documento de fatos lingüísticos. É nessa perspectiva que a filologia textual tem tratado os textos. [...]

A filologia textual é, cada vez mais, comprovadamente, um instrumento de grande importância para o estudo lingüístico. Assim, é o texto que nos leva aos dados da língua. Desde os primórdios dos estudos da linguagem até finais do século XI, tem sido o texto o documento para o estudo dos fatos de língua. Para grande parte desses dados, é necessário fazer o estabelecimento do texto: manuscritos – antigos ou modernos [...] Desse modo, o método filológico apóia a análise lingüística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno [...] (TELLES, 2008, p. 29, col. a).

2. Porque a *scripta* documenta os dados específicos da história do testemunho, como o exemplo abaixo:

[...] Assim, Ramón Menéndez Pidal pode afirmar sobre a língua da gesta Roncesvalles, datada do século XIII: “El lenguaje del fragmento en parte corresponde geográficamente al carácter de la letra del escriba; es decir, ofrece algunos rasgos propios de la región navarro-aragonesa” (Menéndez Pidal, 1976, p. 21) (TELLES, 2008, p. 31, col. b)

3. Porque favorece a compreensão de como, nas escritas desses *scriptores* de mãos inábeis, os grafemas se relacionam com as unidades de sons da variante estudada, com vistas a identificar os indícios de realização de seus fonemas. Nessa direção, afirma Telles (2010): “Assim, o estudo das relações grafemático-fonéticas que permite, a partir dos dados textuais, inferir a realização de alguns fonemas só é

possível se a edição mantém fielmente a grafia do manuscrito” (TELLES, 2010, p. 111).

4. Porque permite o estudo das mudanças linguísticas ocorridas nas épocas das quais só obtivemos testemunhos escritos. Pode-se verificar essa constatação no trecho:

Nessa direção, os erros ortográficos ajudam. Muitas vezes uma forma incorreta é tão corrente que se pode suspeitar ser correta [...]. Conclui Roger Wright afirmando que a mudança linguística e a mudança textual são relacionadas, [...] (TELLES, 2010, p. 110).

5. Porque os manuscritos possibilitam a compreensão do momento cultural (TELLES, 2008, p. 30, col. b)

6. Porque só os cuidados de uma lição conservadora praticada através do que se convencionou chamar de edição semidiplomática – aquela que mantém ao máximo as características originais da *scripta*, geralmente, trazendo como alteração, apenas o desdobrar das abreviaturas entre parênteses, podendo trazer outras a depender dos critérios e objetivos da edição (BORGES; SOUZA, 2012, p. 32) – gerar um texto fidedigno; capaz de fornecer dados para tantas áreas de estudo, quantas forem as espécies de informações do seu conteúdo. Quanto a isso, importa observar o que nos diz Queiroz (2006):

Os documentos históricos representam o patrimônio cultural, portanto são objeto de interesse de diversos pesquisadores nas mais variadas áreas do conhecimento humano: História, Filologia, Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Linguística, Literatura, Direito, Teologia, dentre outras ciências. Neste sentido, faz-se de grande relevância a sua preservação e conservação (QUEIROZ, 2006, p.144).

E ela conclui afirmando:

É incontestável a importância da documentação para o resgate da história, seja esta linguística, cultural, literária, religiosa, científica etc. Sendo assim, a filologia busca apresentar textos confiáveis, que podem ser investigados de forma segura. A partir do texto editado pelo filólogo, este pode ser estudado na sua mais profunda essência, pois lhe foram preservados todos os seus elementos. Desta forma, a filologia [sic] contribui para a preservação do patrimônio cultural (QUEIROZ, 2006, p.155).

Em consonância com essas proposições, acreditamos ser a lição conservadora a mais apropriada para a edição dos roteiros quinhentistas que editamos – roteiro de Angola e o roteiro do Rio da Prata – por ser característico desse tipo de texto possuir, como *scriptor*, homens simples, de formação elementar; os tais, dessa forma, apresentavam mãos inábeis que registravam uma *scripta* condicionada pelos sons da fala (TELLES, 1993, p. 105).

4.1.2.1 Aplicações metodológicas

Conforme as proposições expostas acima, definimos os passos metodológicos para a edição dos Roteiros:

- a. Não interferir nem na grafia nem na pontuação do texto. Com exceção das abreviaturas, que serão desenvolvidas com o auxílio de parênteses ().
- b. Indicar as exclusões conjecturais com o auxílio de chaves { }.
- c. Indicar as exclusões de palavras repetidas com o auxílio de colchetes duplos [[]].
- d. Indicar a mudança de fólio com o auxílio de um *, esclarecendo na margem a numeração do fólio entre colchetes [].
- e. Indicar a deficiência do suporte, por perda causada por inseto ou pela ação da tinta com o auxílio de *crux desperationis* [†].

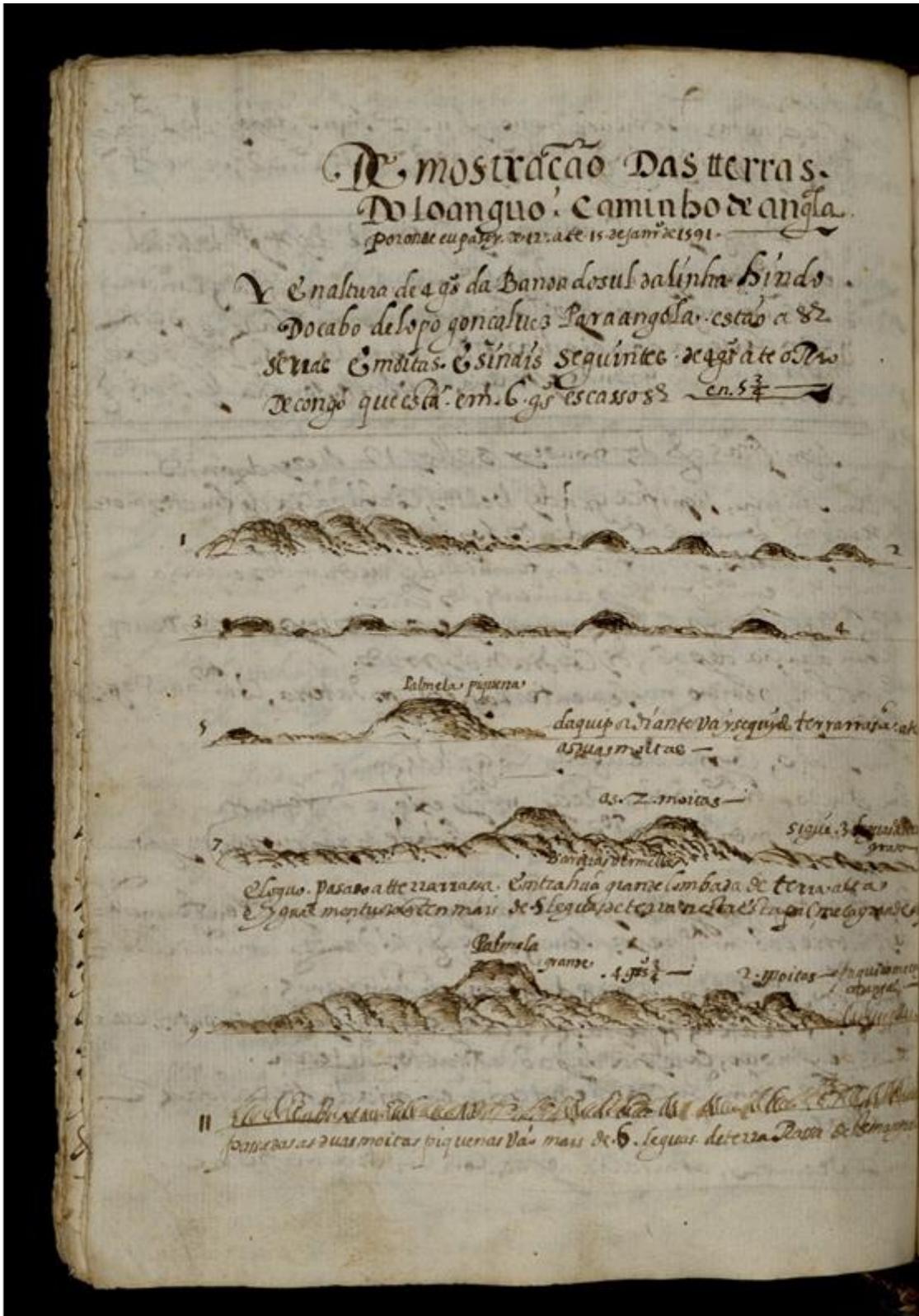
4.2 A PROPOSTA DE EDIÇÃO

A edição face-a-face, neste trabalho, segue a seguinte orientação: para cada fólio dos Roteiros, coloca, lado a lado, uma edição fac-similar – reprodução de imagem dos fólios obtidas por meio de digitalização tornada pública por ação da Biblioteca Nacional Digital, acessada através do site da Biblioteca Nacional de Portugal, com *download* realizado pelo END. WWW: <http://purl.pt/16444> – e uma edição semidiplomática realizada para esta dissertação, conforme metodologia especificada. Ressaltamos, também, que a edição semidiplomática do Roteiro de Angola foi permeada pelos croquis existentes nos seus fólios, adquiridos através de recorte de imagem salva no formato JPEG; os croquis foram assim adicionados a título de ilustração, e com vistas a tentar aproximar a edição semidiplomática da disposição gráfica original.

Optamos pela edição face-a-face por possibilitar ao leitor a faculdade da comparação, permitindo: uma aproximação visual do fólio e uma apreciação mais exata das suas características originais; e, ainda, uma conferência da leitura realizada para ratificação, discordância ou acréscimo. Por tornar, assim, a edição mais transparente e por proporcionar ao leitor uma análise mais ativa e crítica, consideramos essa escolha muito salutar.

4.2.1 O Roteiro de Angola

- Fólio 80v



Demonstração Das terras .
Do loanguo. Caminho de ang(o)la .
poronde eu pasej. de 12: ate .15.dejan(ei)r(o) de 1591. ———

5 Y(tem) Enaltura de 4 g(rao)s da Banda dosul dalinha hindo
Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass
serras E moitas . E sinais seguintes de4g(rao)s àte oRio
De congo queestá. em .6. g(rao)s escassoss en. 5¼ ———

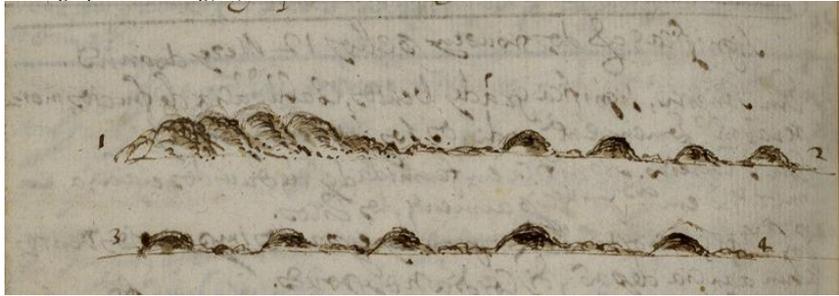


Fig. 1.

n. 1, à esquerda das serras; n. 2, à direita das moitas. E, assim, indicando a continuidade do caminho desenhado, seguem o 3, à esquerda das moitas e o 4 à direita

10

Palmela Piquena



6

daquipordiantevaýseguydo terrarrasa. Ate
asduas moitas —

Fig.2
n. 5, à esquerda do desenho; n. 6, lançado em cima do **último a** de rasa, indicando o lado direito do desenho

as. 2. moitas — • sigué . 3. {Le}guasde{terra}

Rrasa



Bareiras vermelhas

Fig. 3

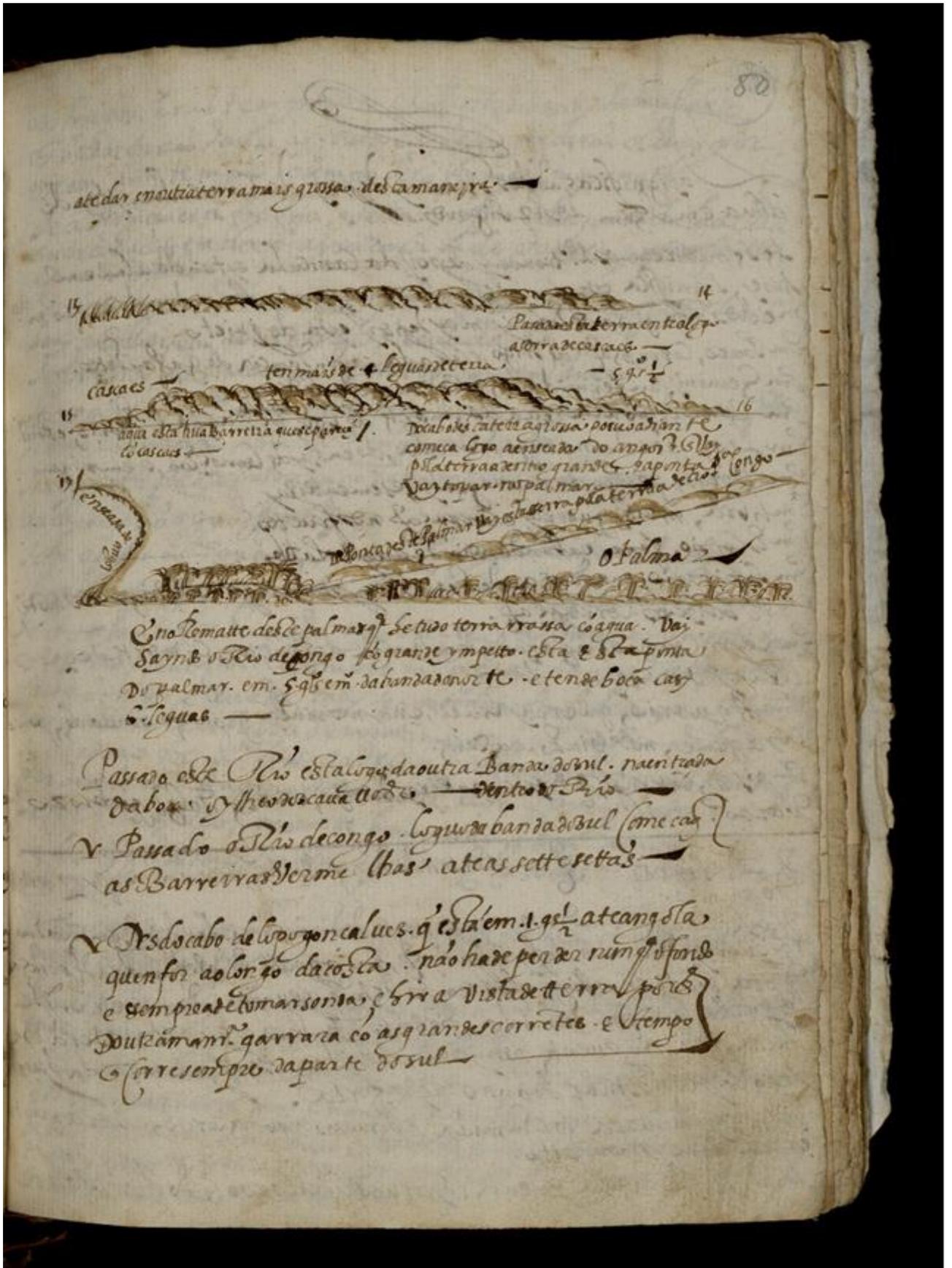
Por conjectura: le-guas e deterra

Loguo . passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta
eygual maisduasL(e)g(uas)ten mais de .5 leguasdeterra •nestaestapalmela grande
15 Palmela grande . 4 gr(au)s ¼ —• 2.moitas—/ aqui começa
omangal .—



Fig.4

Passaras as duas moitas piquenas Vaõ mais de .6. leguas deterraRrasa deRemanso



ate dar enoutraterramais grossa destamanejra —

81r



Fig.5

Pasada a terra central logo aserradecascaes —

5 cascaes — tem mais de 4 leguas de terra — 5 g(rao)s ¼



Fig.6

aqui esta hua Barreira quase para /. Docabode a terra grossa pouco diante
Cõ cascaes — começa logo a enseada do angos [†] q(ue) Vay
pela terra dentro grande e aponta
Vay topar . no palmar. —

10 Na Ponta deste Palmar Vay esta terra pela terra de ao {R(io)} Congo —



Laçada inclinada ascendente da esquerda para a direita

Fig.7

Enseada do angos

O

Palmar

Eno Rematte deste palmar q(ue) he tudo terra rassa cõ agua. Vay Sayndo o Rio de gongo cõ grande ympetto. esta esta ponta

Do palmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o da **banda do norte**. e tende **boca** casy 5 leguas —

15

Passado este Rio esta logo da outra **Banda do sul**. na entrada da **boca** o ylheodoscaualloss — dentro do Rio —

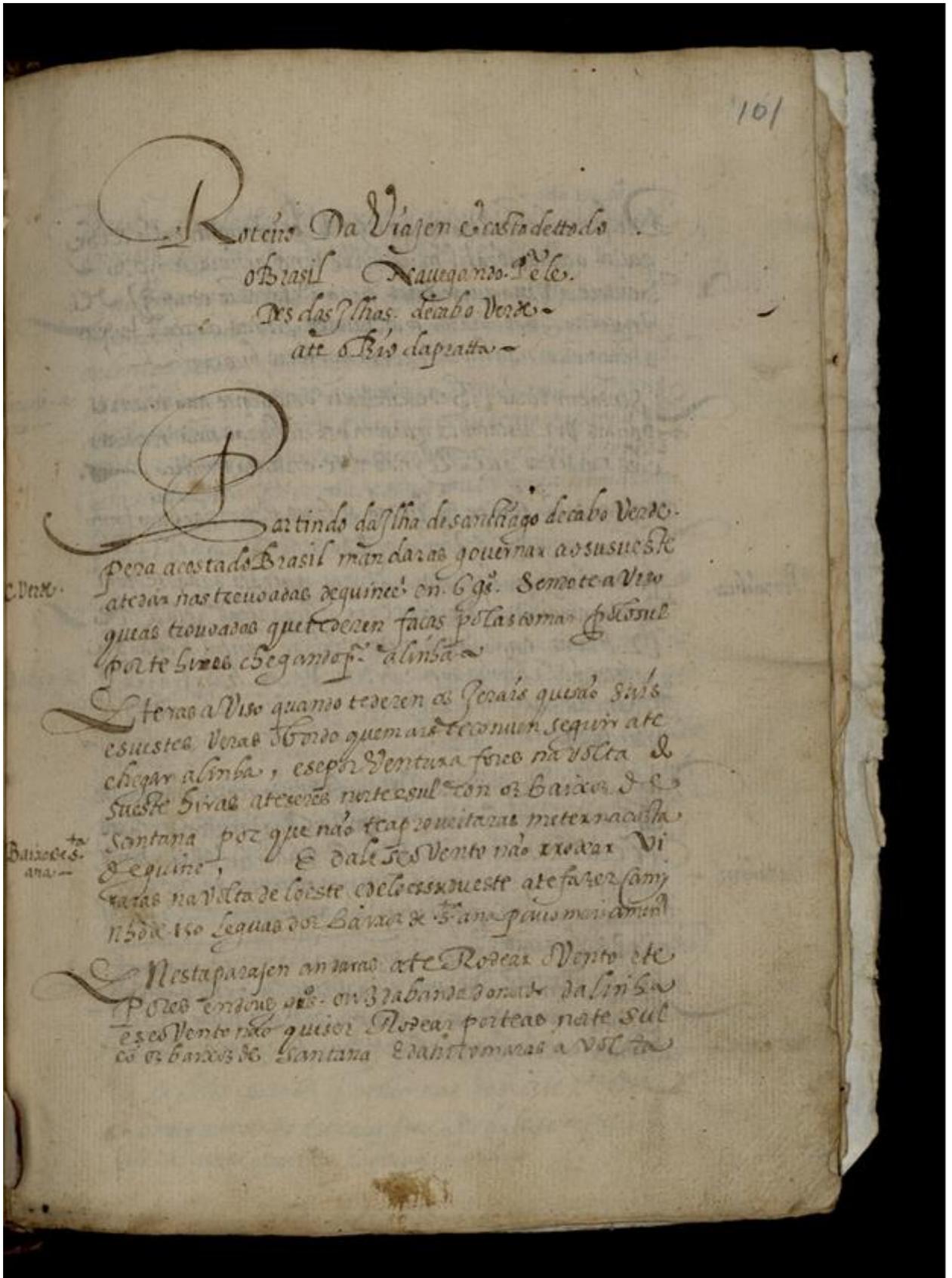
Y(tem) Passado o Rio de gongo. logo da **banda do sul** Comecaõ as **Barreiras Verme lhas** ate as settesettas —

20

Y(tem) Desdo **cabo** de lo pogo çalues. q(ue) está em .1. g(rao)s ½ ate angola quen for a longo da costa . naõ hade perder nunq(a) ofondo e sempre adetomarsonda e hira Vista de terra porẽ Doutraman(ei)ra garrara cõ as grandes corrêtes E tempo q(ue) Corre sempre da parte dosul —

4.2.2 O Roteiro do Rio da Prata

- Fólio 108r



Roteiro Da Viagem e casta delto do
o Brasil Nauegando Peles
das Ilhas de Cabo Verde
ate o Rio da Prata

Partindo da Ilha de Santiago de Cabo Verde
para acostado Brasil man daras gouernar aos susue
ate as nas treuadas de quinea em 6 de Setembro a Viso
guas trouadas que tederen facas polas tornas
parte de Sivas e Segamop. Alinha

Terão a Viso quando tederen as Jorais quão Sivas
esuestes Veras sendo quem as tecomun sequir ate
chegar a linha, e se por ventura forco na volta de
Sivas de Sivas aterens norte sul com os barcos de
Santana por que não se aprouentaram meter na costa
de quinea, e dali se vento não trouar Vi
guas na volta de oeste e de oeste ate fazer com
nho de Viso segua dos barcos e Sivas paus moramem

Nesta paragem an maro ate Rodar vento de
Poles e no dia de 3 de outubro de 1500 da linha
e se vento não quier Rodar portead norte sul
co os barcos de Santana e dahi tornaras a volta

**Roteiro que conta desde aylha
de santa caterina ate o Rio daprata**

- Abera Vosa merce q(ue) aIlha de santa caterina esta em Vimte Eoyto graos tem por conhesensa hũ Ilheo
- 5 Da bamda donorte. E hase de entrar entre aterra firme Eaylha. E ase tomar norte sul p(e)la outra bamda dosul tem apeguado hũa baixa. E a se deguardar dela Desde aylha desanta caterina aoporto de
- Lançado à margem direita: 6
- dom Rodriguo aVera [↑ 6 leguas] /. Desde oporto dedom R(odrig)o
- 10 ate alagoa. ha treze legoas tem por conhesensa hũa
- Lançado à margem direita: 13
- Ilheta. legoa Emea ao mar q(ue) se chama aylha do Repairo tem maa entrada ha mister esperar preá mar desde este p(or)to ate o Rio de martin afonso a Vera Vimte Eduas legoas Este Rio tem muytas
- Lançado à margem direita: 22
- 15 baixas na boca. he mister esperar <a>/e\ somdar demtro tem muyto fumdo Desde este Rio ate as ylhas dos castilhos ha sesenta legoas haquy nesteditoRjo
- Lançado à margem direita: 60
- seacaba agerasão dos caR< † >/yj\osE comesão outros gen{t}ios
- Soma lançada à margem direita: 101
- {E} he tudo terra muy baixa. as Ilhas dos castilhos são
- 20 tres estaõbem hapegadas ha terra firme podesse surgir amtre ellas E ha terra. tem por conhesensa. ymdo demar emfora. duas orelhas Como orelhas de coelho. desde estas ylhas ate a boqua DoRjo

+

121
12 Dapriata ha doze Legoas / No cabo de santa maria
tem ha banda do mar hua Ilha hua legoa ao mar
o Rio se ha de tomar Este e oeste e ha de hir sempre
apeguados a terra firme ate chegar as Ilhas de sao
grauel / Desde o cabo de santa maria ate
20
133
30 sao grauel a Vera vinte Legoas as Ilhas sai
singo e tem por sinal hua cruz na terra firme
ha de surgir Junto honde esta a cruz desde sao
3 grauel ate o Rio de sao Joao ha tres Legoas
ha de hir por a banda de fora de las singo e Ilhas
ate as pasar e depois se ha de chegar na terra firme
e logo o Rio tem boa conhedensa porq he hua barra
allta como mo Rio mas ha de agouardar amare q
tem grandes Baixos desde sao Joao ate a Ilha
3 de martin garcia ha tres Legoas ha de hir sempre
ao longo da terra firme e tem esta Ilha Boa
surgidoiro da banda de Oeste / Desde martin g
cia a san salvador q he aonde se ha de fazer ha
pauoasão a Vera sete Legoas e ha de hir sempre
7 ao longo da terra firme porq por fora ha muito
13 Baixos e a honde al har hua enseada grande
ha de surgir e co ha barques ha de hir Buscar
ha Boca do Rio q corre noroeste sueste e ha de
hir muy com bom tento porq a lugares não ha
hua brasa d'agua saluo senão for Pica ma

- Daprata ha doze legoãs /. ho cabo desanta maria
 tem ha bamda domar hũa Ilheta. huã legoa ao mar
 o Rio se ha detomar leste. Eoeste E hamde hir sempre
 apeguados aterra firme ate chegar as Ilhas desãõ
 5 grauiel ./ . Desdeeste cabo desamta maria ate
 sãõ grauiel a Vera . Vimte legoas. as Ilhas sãõ
 simqo Etem por sinal huã cruz naterra firme
- hasede surgir Junto honde. Esta acruz desde sãõ
 grauiel ate oRio desãõ Joha(õ) ha tres legoas –
- 10 ha se dehir por abamda defora destas simqo ylhas
 a te as pasar E depois seha de chegar haterrafirm{e}
 E logo o Rio tem boa conhesensa por(que) he hua barr{a}
 allta como moRo mas hamde agoardar a mare p(or)q(ue)
 tem grandes baixos / desde sãõ yohaõ ate ayl{ha}
- 15 demartim Garcia haa tres legoas hasedehir sempr{e}
 ao lomgo daterra firme. E tem esta ylha. Bo{m}
 surgidoiro Dabamda deloeste/ Desde martim g{ar}
 Cia. a san saluador q(ue)he aomde seha de fazer ha
 pauoasaõ aVera setelegoas E ha se de hir semp{re}
- 20 ao lomgo da terra firme porq(ue) porfora ha muyto
 Baixos E ahomde. achar huã enseada gramde
- ha de surgir E co ha barqua. ha de hir Buscar
 ha Boca do Rio q(ue) corre noroeste sueste E hade
 hir muy com bom tento porq(ue) a lugares naõ ha
 25 huã brasa dagoa saluo senao por Prea mar

Lançado à margem
 esquerda: 12

Lançado à margem
 esquerda: 20
 Soma lançada à
 margem esquerda:
 133

Lançado à margem
 esquerda: 3

Lançado à margem
 esquerda: 3

Lançado à margem
 esquerda: 7

Soma lançada à
 margem esquerda:
 13

†

109

E seguiu por entrar pelo Rio das Palmas desde Martin
 Garcia ha de governar ao sudeste. E ha de chegar
 Bem a terra firme da Banda do sul. E depois disto
 ha de governar ao noroeste. E ha de chegar a Bom
 tempo por q ha muytos Barcos. E a Boca quanto
 mais se chega a terra q parece de fronte. Logo
 aparece a Boca deste dito Rio com este Rio
 ate a saida do outro Rio grande de S. Paulo. ¹⁶
 e ha de omittir o Rio de todas as guatias do ca
 neste Rio tem desde a saida deste Rio ate
 santo espirito ha simcoenta Legoa. E desta o
 simcoenta Legoa se ha de a Parar sem pre
 a terra firme por q ha muytas yllhas e muytos
 Baixos. E acham se muito gentio com que contratar
 mas ha de se de guardar Deles por que são grandes
 traidores, e de santo espirito se muy signatado quato
 mais os proprios Indios lhes diram. Como ha de ser
 desde santo espirito ate a omittir agora ficou a pauca são
 ha de trinta Legoa. E todo este Rio seco Be nocte
 e jul. E no deste, e sudeste. E algumas voltas a me
 partida, mas tem muytas yllhas e Baixos q parecem
 aquem as Ve. a terra firme. Mas q ha couza de fe
 cultora, mas não ha nada ha de levar Bem o

109

109r E sequiZer entrar pelo Rio das Palmas desde martim
garcia hadegouernar ao sudueste E hasedecheugar
Bem aterra firme daBamda dosul Edespois disto
ha degouernar ao nornoroeste E ha dehir ao Bom

5 tempo porq(ue) hay muytos Baixos. E a Boca quãto
mais se chegaõ ha terra q(ue) Paresse defromte Logo /

Lançado à margem
direita:13

aparese a Boca deste dito Rio tem este Ryo
a te asaida dooutro Rio grandes dezaseis le

Lançado à margem
direita:16

10 goas he omilhor Ryo de todas as quatro bocas
q(ue) este Rio tem desde a saida. Deste Ryo ate
santo esprito ha simcoenta legoas. Edestas

simcoenta le
sublinhado. Lançado
à margem direita:50

simcoenta legoas seham de aRimar sempre
ha terrafirme porq(ue) hay muytas Ylhas Emuytos
Baixos, E acharaõ farto gentio comquẽ contratar

15 mas ham se degoardar Deles porque saõ grandes
traydores, sanctesprito he muy signalado quãto
mais osproprios Imdios lhes diram como ham de hir ∞

Preenhe a linha com
o sinal ∞

Desde sancteesp(iri)to ate aomde agora ficou apauoasaõ

hay trinta legoas Etodo esteRio seco Re norte

trinta le sublinhado.
Escreve Re por he

20 Esur Enordeste Esudueste Ealgũas boltas amea
partida mas tem muytas Ylhas E baixos q(ue) paresem
aquem as Ve aprimeira Vez q(ue) he couza esfer

[deverbal de *felga*,
via *esfelgar*
(*Figueiredo* s.v.
esfelgar)]

caltoza, mas não he nada ham de leuar Remos

Lançado à margem
inferior, a direita a
soma:109

4.
109 Quem os Remes e Boas Armas e isto he Verdade e
de se rota para a saõ a te outra geraõ de gentio
28 q se chamaõ os mequaretas ay vinte e cinco legoas
ha se de hir sempre e chegados a terra firme da banda
da de leste. e a terra no oeste e suueste e de se
võtes mequaretas a te outra geraõ q se chamaõ
30 os mepenes hay outras vinte legoas e são outras
vinte legoas todas de a lagadisõ e ha muyto
gentio e logo ao cabo destas vinte legoas com esta
logo outra vez a terra firme q vai a te
a boca do paraguay e ha se sempre de se guir
a terra firme da banda de leste e de se rote e
32 mepenes a te ha boca do paraguay hay vinte
legoas he com rio e quando cheguar junta o
ha boca tem da banda de leste a baixo da boca
34 huã terra muyto alta das uocedo e mepenes
e he cousa muyto signalada. aque e ha mamos as
de te correntes e estas se hão de passar a si que
passadas das rotas huã ilha e de se de se
o braso da banda de leste e a an de costear e ha
Banda de leste e da ponta de sta. ilha da
Banda deriba. Logo apparece a boca do para
guay q esta da banda de leste e entãraõ por

109v

E quem os Reme E Boas Armas Eysto he Verdade
desde esta pauoasaõ ate outra geração de gemtis
q(ue)se chamaõ os mequaretas ay Vimte Ecimqo legoa { s }

5 ha se dehir sempre chegados aterra firme dabã
da deleste, E coResse nordeste Esudueste / desde
estes mequaretas ateoutra geração q(ue) sechamaõ
os mepenes hay outras trinta legoas E saõ estas

10 trimta legoas todas dealagadisos E ha muyto
Gemtio Elogo ao caboDestas trinta legoas Comesa
logo outraVez aterra firme q(ue) Vay a te
a boca doperaguay E ha se sempre dese guir
atterra firme Dabamda Deleste Edesdeestes
mepenes ate haboca Doperaguay hay trinta

15 legoas he bom Rio / Equamdo chegar Jumto
haboca tem dabamdaDeleste abaixo da boca
huã terra muyto Alta Daruoredos E depenedos
q(eu)he cousa muyto signalada aque chamamos as
sete corremtes E estas se haõ depasar asir guo

20 pasadas elas esta huã ylha , Eamde deixar
obraso dabamda deleste E aan[↑de] costearp(er)la
bamda Deloeste. E daponta {des}taYjlha Da
Bamda DeRiba loguo apare{se} a boca doparra
guay q(ue) esta Dabamda De l{oes}te. E entraraõ por

Grafo lançado à margem superior, ao centro: +

Lançado à margem esquerda:
109 (transposição da soma)

Vimte Ecimqo legoas
sublinhado.

Lançado à margem esquerda:
25

trinta legoas sublinhado.

Lançado à margem esquerda:
30

a boca doperaguay sublinhado

hay trinta sublinhado.

Lançado à margem esquerda:
25

Lançado à margem esquerda:

194 (soma das léguas)

as / sete corremtes sublinhado

a boca doparra / guay
sublinhado

110.

elle. Porq̃ na boca não tem n̄hu Baixo. E desde
 esta boca ate a sumão haç sinçenta legoas este
 he o melhor Rio Emilha de nauegar. De todos os
 Rios porq̃ entodo ele ha muytos Pemansos
 E pescarias E se allqum dia forem La. Logo os aborão
 E virão ao sea caminho. E folgaraõ muyto a des.
 E Azaraõ muytas vezes E muytas coussas -



x dis. E ateboca do Rio	103
x ate sangrauel	020
x ate fontes pu	050
x ate pouca ad	030
x ate a 2 ^a pousa do	025
x as m ^{as} m ^{as} m ^{as}	030
x as m ^{as} m ^{as} m ^{as}	030
x ate a junção	050
	348

- 110v** Elle . Porq(ue) na boca não tem n(en)hũ Baixo E desde
Estaboca . ate a sumão haj sinCoenta legoas este
he o melhor Rio Emilhor denauegar Detodolos
Rios porq(ue) entodo ele ha muytos Remamos
- 5 Epescarias E seallgum dia forem la logo osaberaõ
EViraõ ao seu Caminho E folgaraõ muyto cõeles
E traraõ muytas pesas E muytas coussas

5 O VOCABULÁRIO DA MARINHARIA E DOS DESCOBRIMENTOS ATRAVÉS DOS ROTEIROS DE ANGOLA E DO RIO DA PRATA

5.1 LÉXICO: COGNIÇÃO, REALIDADE E HISTÓRIA

Quando lemos Biderman (1998, p. 11), observamos o que ela afirma: “[...] ao nomear, o indivíduo se apropria do real [...] A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (BIDERMAN, 1998, p. 11).

Nessa perspectiva, compreende-se que o ser humano, no seu percurso, diante da realidade desconhecida e esmagadora, fez uso da palavra não só para conhecer o mundo à sua volta, mas também para se apropriar dele, subjugando-o em sua psique e com o seu corpo. Através, então, de experiências sensoriais, ele pode classificar os entes do seu meio e estabelecer que tipo de relação, com os tais, seria necessária para sua sobrevivência.

Esse processo gera o nome, as categorias e as redes de significações. E esse sistema de significação torna-se cada vez mais complexo, especializado e eficiente, como em um movimento espiral, que conserva o conhecimento anterior e acrescenta novos saberes, não apenas agregando mas fundindo, combinando e gerando muitas formas de nominar, categorizar, individualizar, registrar, identificar e, enfim, compreender a realidade.

A cognição da realidade e suas implicações têm sido como um siamês da trajetória espaço-temporal dos povos. É esse percurso humano na história que tem gerado todo o movimento espiralado narrado acima, qual seja: a habilidade para nominar e categorizar; e o léxico das línguas naturais. Nessa direção, Biderman (1998) declara:

Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais (BIDERMAN, 1998, p. 11).

Na edição e estudo dos roteiros de Angola e do Rio da Prata, podemos identificar alguns desses processos na experiência registrada pelos descobridores e pilotos quinhentistas portugueses. Assim, destacamos, sobre o processo de nomeação e categorização, os exemplos a seguir:

No Roteiro de Angola:

- Passaras as duas moitas piquenas Vaõ mais de .6. leguas de **terra Rassa de Remanso** (80v, L. 18).
- ate dar enoutra **terramais grossa** destamanejra (81r, L. 1)
- Eno Rematte deste palmarq(ue) he tudo **terra rrassa cõ agua** [...] (81r, L. 12).

No *Roteiro do Rio da Prata*:

- “[...] E hase de entrar entre **aterra firme** (fl. 108r, l. 5, l. 20)”
- “[...] E ase tomar norte sul p(e)la outra bamda dosul tem apeguado **hũa baixa** (fl. 108r, l. 6-7)”
- “[...] tem por conhesensa hũa **Ilheta**. legoa Emea ao mar q(ue) se chama aylha do Repairo tem **maa entrada** [...] (fl. 108r, l. 10-12)”
- “[...] Este Rio tem muytas **baixas na boca**. (fl. 108r, l. 14-15)”
- “[...] haqy nestedito Rjo seacaba agerasão dos caR†yjos E comesão outros **gen{t}ios** {E} he tudo **terra muj baxa**. (fl. 108r, l. 17-19)”
- “as Ilhas dos Castilhos são Tres [...] tem por conhesensa. ymdo demar emfora. **duas orelhas Como orelhas de coelho**. (fl. 108r, l. 19-23)

Essa ótica de análise – cognição da realidade através da nomeação dos seus entes – nos permite perceber que a pormenorizada descrição das costas que estavam sendo pouco a pouco descobertas com perplexidade e temor diante do desconhecido, revela esse processo de cognição da realidade através da engenhosa estratégia da nomenclatura (BIDERMAM, 1998, p. 11-13). A escritura, portanto de um roteiro, permitia aos descobridores, nominar os fenômenos geográficos característicos tanto do litoral, como do oceano, selecionando as lexias capazes de identificar as novas localidades e suas peculiaridades; e gerando um conjunto léxico-semântico específico da marinharia portuguesa do século XVI.

Dessa forma, estudar o léxico utilizado nos roteiros de Angola e do Rio da Prata, especificamente, as lexias do contexto da navegação quinhentista, contribui com o propósito de conhecer esse conjunto lexical que registrou as técnicas, instrumentos e fatos experimentados pelo povo português na sua deliberação de desbravar novos mares e novas terras.

O presente estudo é a sistematização de fatos linguísticos do nível léxico-semântico que cataloga formas e significados da cultura e da história lusitanas do século XVI, dentro do contexto acima referido. Por estarmos atrelados à História dos descobrimentos e, sobretudo, a um recorte espaço-tempo com cinco séculos de distanciamento, o levantamento lexical realizado orienta-se, também, pela perspectiva apresentada por Krieger (2010), quando fala sobre o estudo diacrônico do léxico através de dicionários:

Todo estudo diacrônico de lexicologia e de lexicografia representa importante fonte de conhecimentos sobre a constituição dos idiomas. As pesquisas lexicológicas, entendidas no seu mais amplo sentido, costumam tomar como fonte de consulta documentos históricos, textos literários e relatos em linguagens coloquiais [...]

A missão dicionarística autoriza a compreensão de que se trata de um documento da memória social de todo idioma, permitindo que as sociedades reconheçam-se a si mesmas pelo seu dizer e pelos valores e ideologia que o léxico circunscreve e determina [...]

[...] É, pois, enquanto referência social do dizer que se compreende que a história da lexicografia de um país é também a história da construção de sua identidade linguística [...] (KRIEGER, 2010, p. 135-137).

Tomamos, pois, a proposição de que a história da lexicografia é a história da nossa forma de dizer – as demandas, as contingências, o trabalho, a técnica, a arte etc. tecida na nossa trajetória no tempo – e estendemos aos outros estudos lexicais; que acompanhando também a história da Filologia, da Linguística, da Literatura e da Crítica Textual, construíram, conforme o entendimento e o fazer de cada Era, o seu estudo sobre a palavra e as coisas. Conforme nos apresenta Krieger (2006):

Em razão de sua antiguidade, a lexicografia é o domínio de maior tradição dentre as ciências do léxico. Tal tradição está diretamente relacionada à sua vertente aplicada, viés que justifica sua clássica concepção de ser arte, tomada no sentido grego, de técnica de fazer dicionários. Essa prática de ordenar alfabeticamente o conjunto dos itens lexicais de um idioma e agregar informações sobre seu conteúdo e uso, compondo obras de referência linguística, é uma atividade que vem de muitos séculos. Já existia nas culturas mais antigas do oriente, embora as primeiras obras tivessem particularidades organizacionais distintas dos dicionários atuais.

A diferença explica-se porque, em sua feição primeira, a lexicografia se materializou sob a forma de léxicos e glossários, elaborados com funções bem específicas. Assim surgem os glossários na Grécia Antiga, com a finalidade de definir o significado de palavras e expressões que tornavam difícil a leitura dos textos homéricos. Origina-se daí a tradição de glossário como parte integrante da obra (KRIEGER, 2006, p. 164).

A partir da compreensão desse papel lexicográfico de fixar a palavra, seus significados e usos atrelados às vivências sociais e fatos culturais de cada período desde a Antiguidade, entendemos que a presente análise do vocabulário da marinharia e dos descobrimentos, através dos dois roteiros de viagem quinhentistas que editamos, deixa um registro dessa forma social do dizer dos marinheiros portugueses do século XVI. Esse

registro, apesar de ser mais diagnóstico do que uma pesquisa sobre os usos prescritos na época, poderá ser retomado e confrontado com dados de outros períodos; favorecendo a constituição de um estudo da história léxico-semântica; e fomentando a construção da identidade linguística dos falantes de Língua Portuguesa, pelo menos, no que diz respeito à sua variante europeia.

5.2 ALGUNS PRESSUPOSTOS E O ESTUDO LEXICAL DOS ROTEIROS

5.2.1 Dicionário ou vocabulário

Com vistas a proporcionar um claro entendimento sobre como as técnicas de descrições, definições e formas, prescritas pela ciência da Lexicografia para se tecer um texto dicionarístico, são aplicadas neste estudo lexical, é importante que identifiquemos que tipo de obra lexicográfica se pretende construir. Dessa maneira, compreendemos estamos apresentando um vocabulário de um contexto especializado, qual seja: vocábulos pertinentes à prática da marinharia portuguesa, no contexto dos descobrimentos, ocorridos no séc. XVI.

Ora, as descrições lexicográficas trabalham com a **palavra** – unidades lexicais que se constituem em instrumentos linguísticos comuns aos usos da vida cotidiana dos falantes de uma forma geral. Com objetivo distinto, os lexicógrafos que trabalham com a norma de um grupo diferenciado dentro do conjunto de falantes de uma Língua – como por exemplo: os pescadores de Itapoã, a Irmandade da Boa Morte em Cachoeira-BA – definem o **vocábulo**, como unidade de estudo dessa língua de contexto específico. Nesse sentido, verifique-se :

dicionário de língua – como está mais ligado ao sistema lingüístico, procura registrar o universo dos lexemas e para cada um deles apresenta ‘os vocábulos que representam suas diferentes acepções’; a ele são pertinentes as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas.

vocabulários técnico-científicos e especializados – como parecem estar mais no nível de uma *norma lingüística e sociocultural*, possuem como unidade-padrão o *vocábulo* (Muller, *apud* Barbosa, *idem*), não lhes cabendo as variações diatópicas e diastráticas – exceto os fenômenos de socioterminologia [...]; e como representam um universo de discurso, possuem uma perspectiva sinfásica (MENDES; LEAL, 2006, p. 188-189).

5.2.2 O lema

O *lema* é o signo linguístico selecionado, a partir de um corpus, para ser a palavra-entrada de um verbete em dicionário, glossário ou vocabulário. De uma maneira geral, a forma do *lema* apresenta-se através do “infinitivo dos verbos, o singular masculino dos

substantivos e dos adjetivos (WELKER, 2004)”. Seguimos esta forma de apresentação que é considerada o modelo básico ou canônico de um lexema.

5.2.3 Critério qualitativo

O vocabulário da marinharia portuguesa quinhentista, apresentado neste trabalho não advém de grandes *corpora*, nem mesmo de um grande *corpus*. Isso ocorre pelas escolhas relacionadas a presente pesquisa: em primeiro lugar, não se pretendeu, pois, investir na quantidade, nem em comprovações estatísticas, por não se querer construir “um glossário geral da marinharia portuguesa”, pois apesar de sabermos que o léxico é um sistema aberto e que nenhuma obra, por mais totalizante que almeje ser, pode apreendê-lo nem descrevê-lo em sua totalidade (BIDERMAN, 2001, p. 97), ainda há entre os pesquisadores uma grande preocupação com o tamanho do *corpus*; em segundo lugar, a nossa motivação foi o aspecto qualitativo desse tipo de pesquisa, então nos propusemos a nos aprofundarmos no sentido dos textos editados, pesquisando sistematicamente e minuciosamente as lexias selecionadas, para, a partir dessa pequena amostra, traçarmos um quadro que represente os sentidos praticados pela marinharia portuguesa no séc. XVI e, assim, entendermos as técnicas, instrumentos e conhecimentos que os portugueses dispunham para navegar. Enfim, criamos o vocabulário, para, de forma autorizada, explicarmos os roteiros editados, gerando também um conjunto de dados bem trabalhados para disponibilizar mais essa parcela do conhecimento sobre essa norma linguística e sobre fatos técnicos, históricos, geográficos, dentre outros.

5. 2. 4 Método de investigação dos sentidos

Por termos partido da ideia de que o léxico de um povo é impregnado de motivações das situações em que se desenvolve o contexto comunicativo, a análise do momento histórico nos ajudou a entender os possíveis sentidos das lexias registradas. Adicionamos, ao estudo da história da expansão portuguesa, uma pesquisa sobre as definições atribuídas a essas lexias em dicionários de períodos aproximados ao século XVI – Bluteau (1712-1728), Moraes e Silva (1789-1813) e Vieira (1871-1874). Essas fontes nos ajudaram a entender as referências históricas e sociais, de que nos falou Krieger (2010, p. 135-137); e sobre as quais discorre Abbade (2006):

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. Apesar de pouco estudado até então, o estudo lexical das línguas é deveras importante e

necessário para desvendar os inúmeros segredos da nossa história social e linguística, segredos estes que podem ser desvendados pelo estudo e análise do léxico existente nessas línguas em momentos específicos da história de cada povo (ABBADÉ, 2006, p. 213).

Dessa maneira, traçamos esta interseção, entre os pressupostos da Filologia, associada aos critérios cuidadosos da lição conservadora; a análise das circunstâncias históricas; e a uma análise do léxico de marinharia no que diz respeito aos sentidos, em suas motivações e aplicações situadas no tempo e na técnica de navegação quinhentista e protagonizadas pelos pilotos e mareantes portugueses. Essa conjunção de análises é, assim, realizada com vistas a compreender com maior propriedade, e, com melhor precisão, poder editar e comentar os roteiros de navegação estudados.

5. 2. 5 Critério de seleção das lexias

No estudo do léxico dos roteiros da *Carreira do Rio da Prata* e da *Carreira de Angola*, uma das características mais marcantes são as orientações de como fazer uma navegação estratégica, com vistas a que o piloto pudesse conduzir bem a embarcação durante todo o caminho, evitando encalhamentos e naufrágios. Por isso, são muito frequentes as lexias que denotam os fenômenos geográficos, os perigos do local, e a forma de contorná-los para se chegar com êxito ao seu destino.

As informações contidas nessas lexias representavam uma sirene vermelha ligada – um alerta essencial. A consciência desses obstáculos e da melhor maneira como ultrapassá-los significavam, assim, a sobrevivência dos pilotos e da tripulação e, como consequência, o bom êxito da armada. Além disso, da sobrevivência dos marinheiros, sobretudo, dependia o sucesso das operações deliberadas pela Coroa Portuguesa em seus propósitos imperialistas.

Portanto, pela relevância com a qual essas informações se destacam das demais, selecionamos, dos roteiros estudados, as unidades léxicas que representam – **as orientações de como realizar uma navegação estratégica** – as tais se concretizam basicamente em quatro tipo de informações:

- a. os fenômenos geográficos;
- b. as *conhecenças* e os sinais;
- c. os perigos – riscos de naufrágios, encalhamentos, choques, desaparecimentos etc.;
- d. as atitudes e os instrumentos recomendados para uma navegação exitosa.

5. 2. 6 A estrutura do verbete

A lematização do vocabulário está orientada pelas proposições de Gows (2003, p. 34-43), contextualizadas a partir das especificidades lexicais do texto, bem como do seu período e da sua forma de produção. Dessa forma, a entrada lexical foi apresentada pela seguinte estrutura:

ENTRADA – apresentada através da forma original encontrada no texto quinhentista em caixa alta; a forma modernizada em caracteres minúsculos; classe; variantes quando houver; ‘sentido’; “abonações” identificadas.

Nessa direção, a entrada foi constituída por algumas concepções específicas. Em caso de várias formas quinhentistas em concorrência no texto, foi selecionada aquela que mais se assemelha a forma modernizada. Nas ocorrências de substantivos de dois gêneros, apresentou-se como entrada, a forma do masculino singular. Quanto aos adjetivos, prevalece a mesma orientação; acrescenta-se, no entanto, que nas construções em que, nos dois textos editados, só ocorreram os adjetivos na forma feminina, a forma masculina constituiu a entrada, sendo apresentada entre colchetes. E, finalmente, quanto aos verbos, a entrada foi constituída pela sua forma no infinitivo. Quando a forma do infinitivo não foi encontrada nos textos editados, ela é apresentada entre colchetes. Sobre, ainda, o uso da forma quinhentista, quando esta apareceu no texto em concorrência com a forma que usamos hoje, privilegiamos a forma arcaizante, em respeito ao período do texto e em consideração aos estudos diacrônicos da língua.

As variantes de forma, apresentadas após a classe da lexia, considerou não só a grafia da forma; mas levou em conta também: as variações de gênero e de número, as conjugações verbais e a opção feita pelo *scriptor* de grafemas maiúsculos no início ou meio das palavras, ou, ainda, no meio das expressões. Esses grafemas maiúsculos foram salientados em negrito.

O desenvolvimento do conteúdo dos *sentidos*, atribuídos às *entradas*, foi construído em função da lexia no contexto dos roteiros; em função da pesquisa que realizamos em dicionários de épocas bem próximas ao período dos roteiros (pesquisa que pode ser verificada no “Apêndice A” deste trabalho); ou, ainda, em função de contextos possíveis da prática da marinharia e da vivência dos descobrimentos.

5.3 OS VERBETES

[**ACABAR**], V. t. d. acaba. Quando alguma coisa ou algum lugar terminam; colocar um fim em um determinado espaço, em uma região da costa; fixar marcas características que finalizam lugares da costa demarcados por quem os está conhecendo e os descrevendo. [...] *haquy nesteditoRjo / seacaba agerasão dos caR< † >/ yj\osE comesão outros gen{t}ios* (RRP, 108r, L. 17-18).

ACHAR, V. t. d. acharaõ. Encontrar regiões da costa; ou algo que se procura nas regiões costeiras, como um rio, uma povoação, uma riqueza natural, materiais comercializáveis etc. [...] *E ahomde. achar huã enseada grande / ha de surgir* [...] (RRP, 108v, L. 21-22). [...] *E acharaõ farto gentio comquẽ contratar* (RRP, 109r, L. 14).

AGOARDAR, aguardar, V. t. d. Esperar, observando cuidadosamente, o desenrolar de algum fato que possibilita o sucesso de algo a se realizar. [...] *hamde agoardar a mare p(or)q(ue) / tem grandes baixos* [...] (RRP, 108v, L. 13-14).

ALAGADISO, alagadiço, s. m. alagadisos. Região da praia ou de rio que possui características pantanosas e uma vegetação rasteira. [...] *desde / estes mequaretas ateoutra gerasaõ q(ue) sechamaõ / os mepenes hay outras trimta legoas E saõ estas / trimta legoas todas dealagadisos* [...] (RRP, 109v, L. 5-8).

[**ALTO**], adj. alta, allta, Alta. Algo que se eleva em direção ao céu, cuja medida vertical é maior em relação a outros referenciais tomados, ou em relação a um dado plano. *Loguo . passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta* (RA, 80v, L. 14). *E logo o Rio tem boa conhesensa por(que) he hua barr{a} / allta* [...] (RRP, 108v, L. 12-13). [...] *Equamdo chegar Jumto / haboca tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta* [...] (RRP, 109v, L. 14-16).

ALTURA, s. f. Posição registrada em graus de um dado lugar em relação à linha do Equador; a latitude. [...] *Enaltura de 4 g(rao)s da Banda dosul dalinha hindo / Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass / serras E moitas .* [...] (RA, 80v, L. 5-7).

APEGUADO, apegado, [Part. de apegar] Adj. hapegadas, apeguados. Particípio passado de apegar. Algo que está próximo ou contíguo a alguma coisa; ter algo como referencial e avizinhar-se a ele, acompanhando-o de perto. [...] *as Ilhas dos castilhos são / tres estaõbem hapegadas ha terra firme* [...] (RRP, 108r, L. 19-20). [...] *E hamde hir sempre / apeguados aterra firme ate chegar as Ilhas desaõ / grauiel* [...] (RRP, 108v, L. 3-5).

ARMA, s. f. Armas. Instrumento ofensivo utilizado em situações de lutas, guerras, extermínio ou domínio; usado para ferir ou matar tanto em circunstâncias de ataque como em circunstâncias de defesa. [...] *ham de leuar Remos / E quem os Reme E Boas Armas Eysto he Verdade* (RRP, 109r, L. 23 – 109v, L. 1).

ARUOREDO, arvoredado, s. m. Lugar onde há uma concentração de árvores, distribuídas de tal forma a gerar um bosque: ambiente natural amigável em oposição à mata ou à floresta em que a distribuição se dá de forma mais densa e desordenada. [...] *Equamdo chegar Jumto / haboca tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta Daruoredado E depenedos* (RRP, 109v, L. 14-16).

BAIXO, s. m. baixa, baixas, **Baixo**, **Baixos**, baixos. Região do mar ou de rio em que há bancos de areia ou formações rochosas submersos na água. [...] *Este Rio tem muytas / baixas na boca.* [...] (RRP, 108r, L. 14-15). [...] *seham de aRimar sempre / ha terrafirme porq(ue) hay muytas Ylhas Emuytos / Baixos* [...] (RRP, 109r, L. 12-14).

[**BAXO**], baixo, adj. baxa. Um plano que está abaixo do nível do mar e se alaga com facilidade; também se diz da terra banhada pelo mar que não tem profundidade. [...] *Este Rio tem muytas / baixas na boca. he mister esperar <a>/e\ somdar demtro / tem muyto fumdo Desde este Rio ate as ylhas / dos castilhos ha sesenta legoas [...] / {E} he tudo terra muy **baxa**.* [...] (RRP, 108r, L.14-17; L. 19).

BANDA, s. f. **Banda**, banda, bamda, bã da. Parte, região, lugar ou lado, considerados sempre em relação a um todo que foi repartido, essas partes costumam ser classificadas conforme a posição que ocupam nesse todo, tais como: banda de cima, banda de baixo, banda do oriente etc. [...] *tem por conhesensa hũ Ilheo / Da **bamda** donorte.* [...] (RRP, 108r, L. 4-5). [...] *p(e)la outra **bamda** / dosul tem apeguado hũa baixa.* [...] (RRP, 108r, L. 6-7). *Passado este Rio estalogodaoutra **Banda** dosul. na entrada / daboca o ylhedoscaualloss — dentro doRio —* (RA, 81r, L. 16-17).

BAMDA DE FORA, banda de fora, s. f. A parte da região situada ou voltada para fora de um dado referencial. *ha se dehir por **abamda defora** destas simqo ylhas / a te as pasar E despois seha de chegar haterrafirm{e}* (RRP, 108v, L. 10-11).

BÃDA DE LESTE, banda de leste, s. f. A parte da região situada ou voltada para o leste. *ha se dehir sempre chegados aterra firme **dabã / da deleste*** [...] (RRP, 109v, L. 4-5).

BAMDA DE LOESTE, banda de oeste, s. f. bamda **Deloeste**. A parte da região situada ou voltada para o oeste. [...] *Eamde deixar / obraso dabamda deleste E aan[↑de] costearp(er)la / **bamda Deloeste**.* [...] (RRP, 109v, L. 19-21).

BAMDA DE RIBA, banda de riba, s. f. **Bamda DeRiba**. Lado ou parte que está situada acima de algum ponto tomado como referencial. Segundo Vieira (1871-1874), s. v. “[...] collina, ou terra elevada que está eminente [...] a um rio, caminho, povoação, etc.” (v. 1, p. 294, col. c). [...] *E daponta {des}taYjlha Da / **Bamda DeRiba** loguo apare{se} a boca doparra / guay* [...] (RRP, 109v, L. 21-23).

BAMDA DO MAR, banda do mar, s. f. A parte da terra que aponta para o mar. [...] *ho cabo desanta maria / tem ha **bamda domar** hũa Ilheta* [...] (RRP, 108v, L. 1-2).

BANDA DO NORTE, banda do norte, s. f. A parte da região situada ou voltada para o norte. [...] *esta estaponta / Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o **dabandadonorte**.* [...] (RA, 81r, L. 13-14).

[**BANDA DO SUL**], s. f. **Banda dosul**, bandadosul, bamda dosul. A parte da região situada ou voltada para o sul. [...] *Enaltura de 4 g(rao)s da **Banda dosul** dalinha hindo / Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass / serras E moitas .* [...] (RA, 80v, L. 5-7). *Passado oRio decongo. loguod**abandadosul** Comecaõ / as BarreirasVerme lhas atees settesettas —* (RA, 81r, L. 18-19).

BARQUA, barca, s. f. Transporte marítimo maior que o barco e menor que os navios e caravelas, que são embarcações de grande porte. As barcas, por serem menores, eram trazidas pelas caravelas, para serem usadas em regiões de baixos. [...] *E ahomde. achar huã enseada gramde / ha de surgir E co ha barqua. ha de hir Buscar / ha Boca do Rio* [...] (RRP, 108v, L. 21-23).

BARR, barra, s. f. barr{a}. É uma entrada de porto, geralmente, situada entre dois lados de terra. *E logo o Rio tem boa conhesensa por(que) he hua barr{a} / allta como moRo* [...] (RRP, 108v, L. 12-13).

BARREIRA, s. f. Barreiras, Bareiras. Uma formação geralmente composta de terra ou rochas ou corais (podendo ter formação mista), que acaba por ser uma separação entre águas próximas a uma costa marítima; ou, ainda, um limite entre porções de terra. *Passado oRio deongo. loguodabandadosul Comecaõ / as BarreirasVerme lhas ateas settesettas* — (RA, 81r, L. 18-19).



Bareiras vermelhas

(RA, 80v, L. 13; recorte da fig. 3)

BEM, adv. Bem. Enquanto advérbio, expressa intensidade, em que se equivale a muito; ou pode, também, expressar modo, indicando o nível de perfeição com que alguma coisa foi feita, como por exemplo: dançou bem; ou, ainda, o nível de precisão: acertou bem no alvo. [...] *E hasedechegar / Bem aterra firme daBanda dosul* [...] (RRP, 109r, L. 2-3).

[**BEM HAPEGADO**], bem apegado, exp. bem hapegadas. Estar muito próximo ou avizinjado a alguma coisa. [...] *as Ilhas dos castilhos são / tres estaõbem hapegadas ha terra firme* [...] (RRP, 108r, L. 19-20).

BOCA, s. f. Boca, bocas, boqua. A abertura que as correntezas dos rios fazem por entre as terras costeiras para desembocar no mar; a foz do rio. *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrassa cõ agua. Vay / Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto. esta estaponta / Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o dabandadonorte. e tende boca casy / 5 leguas* — (RA, 81r, L. 12-15). *Passado este Rio estalogodaoutra Banda dosul. na entrada / daboca o ylheodoscaualloss* — dentro doRio — (RA, 81r, L. 16-17). [...] *he omilhor Ryo de todas as quatro bocas* (RRP, 109r, L. 9). [...] *Edesdeestes / mepenes ate haboca Doperaguay hay trinta / legoas* [...] (RRP, 109v, L. 12-14). [...] *desde estas ylhas ate a boqua DoRjo / Daprata ha doze legoãs* [...] (RRP, 108r, L. 23 – 108v, L. 1). [...] *E ahomde. achar huã enseada gramde / ha de surgir E co ha barqua. ha de hir Buscar / ha Boca do Rio q(ue) corre noroeste sueste* (RRP, 108v, L. 21-23).

BOM, adj. Bo{m}, bom. Característica daquilo que é útil e favorável às funções a que se destina. [...] *E tem esta ylha. Bo{m} / surgidoiro* [...] (RRP, 108v, L. 16-17). [...] *Edesdeestes / mepenes ate haboca Doperaguay hay trinta / legoas he bom Rio* [...] (RRP, 109v, L. 12-14).

BRASA, braça, s. f. Medida de comprimento que equivale a 2m² ou a 120 polegadas. [...] *a lugares não há / huã brasa dagoa saluo senao por Prea mar* (RRP, 108v, L. 24-25).

BRASO, braço, s. m. Quando o movimento do fluxo e refluxo do mar, aproveitando alguma abertura da costa, entra para o interior do continente, formando um grande canal, como se fosse um rio; chama-se a isso braço de mar. Igualmente, grandes rios costumam abrir braços ao longo do seu leito. [...] *Eamde deixar / obraso dabamda deleste E aan[↑de] costearp(er)la / bamda Deloeste.* [...] (RRP, 109v, L. 19-21).

BUSCAR, V. t. d. **Buscar**. Procurar, com atenção e determinação, por algo que se tem por objetivo encontrar; ou ir ter com alguma coisa. [...] *E ahomde. achar huã enseada gramde / ha de surgir E co ha barqua. ha de hir **Buscar** / ha Boca do Rio* [...] (RRP, 108v, L. 21-23).

CABO, s. m. Projeção da terra elevada em direção ao mar, formando um braço de terra dentro do mar. Pode, também, significar o fim, o término de algum lugar e expressar a delimitação entre regiões costeiras por meio de características dessas regiões. *Desdo cabo de lopogonçalues. q(ue) está em .I. g(rao)s^{1/2} ateangola / quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo* (RA, 81r, L. 20-21). [...] *ho **cabo** desanta maria / tem ha bamda domar hũa Ilheta.* [...] (RRP, 108v, L. 1-2). *Docabodestaterragrossa poucoadiante / começa logo aenseadado angos* [...] (RA, 81r, L. 6-7, lado direito). [...] *Elogo ao **cabo**Destas trinta legoas Comesa / logo outraVez aterra firme* [...] (RRP, 109v, L. 9-10).

CAMINHO, s. m. Caminho de ang(o)la, [...] seu Caminho. Uma dada trajetória que se percorre indo de uma região a outra. Um percurso que se descreve em roteiros, mapas etc. com vistas a fazer conhecidas as suas características e a melhor forma de percorrê-lo. *Demostração Das tterras . / Do loanguo. **Caminho** de ang(o)la .* (RA, 80v, L. 1-2). [...] *E seallgum dia forem la logo osaberaõ / EViraõ ao seu **Caminho** E folgaraõ muyto cõeles* (RRP, 110v, L. 5-6).

[**CHAMAR-SE**], V. Transobj. sechamaõ, aque chamamos. Ser chamado por um nome. [...] *desde / estes mequaretas ateoutra gerasaõ q(ue) se**chamaõ** / os mepenes hay outras trimta legoas* [...] (RRP, 109v, L. 5-7). [...] *terra muyto Alta Daruoredõ E depenedos / q(eu)he cousa muyto signalada aque **chamamos** as / sete corremtes* [...] (RRP, 109v, L. 16-18).

CHEGADO, [Part. de chegar] Adj. chegados. Aproximado, bem próximo, bem perto. *ha se dehir sempre **chegados** aterra firme* [...] (RRP, 109v, L. 4).

CHEGAR, V. t. c. Mover-se, a pé, ou por meio de algum transporte e ir estar no lugar em que se queria. Aproximar-se de algum lugar. [...] *E hamde hir sempre / apeguados aterra firme ate **chegar** as Ilhas desaõ / grauiel* [...] (RRP, 108v, L. 3-5).

CHEGAR-SE A, V. t. d. e i. seguido da prep. a. sechegar Bem a, se chegaõ ha. Aproximar-se de algum lugar. *E sequiZer entrar pelo Rio das Palmas desde martim / garcia hadegouernar ao sudueste E hasede**chegar** / Bem aterra firme daBamda dosul* [...] (RRP, 109r, L. 1-3). [...] *E a Boca quãto / mais se **chegaõ** ha terra q(ue) Paresse defromte Logo / aparese a Boca deste dito Rio* [...] (RRP, 109r, L. 5-7).

[**COMEÇAR**], V. t. d. começa, Começaõ, comesão, Comesa. Ter início; um lugar que se inicia; uma região costeira que tem o seu inicio destacado por uma característica peculiar daquela área, tais como: o tipo de terra, o tipo de vegetação etc.

Docabodestaterragrossa poucoadiante / começa logo aenseadado angos (RA, 81r, L. 6-7, abaixo da fig. 6, lado direito). [...] *Passado oRio decongo. loguodabandadosul Comecaõ / as BarreirasVerme lhas ateas settesettas* — (RA, 81r, L. 18-19). [...] *haquy nesteditoRjo / seacaba ageração dos caR< † >/yj\osE comesão outros gen{t}ios* (RRP, 108r, L. 17-18). [...] *ao caboDestas trinta legoas Comesa / logo outraVez aterra firme q(ue) Vay a te / a boca doperaguay* [...] (RRP, 109v, L. 9-11).

[...] aqui **começa**
omangal .—



(RA, 80v, L. 16-17; recorte da fig. 4)

CONHESENSA, *conhecença*, s. f. Fenômenos geográficos naturais ou construções resultantes da ação humana que caracterizam a costa de tal maneira, que se tornam fundamentais no reconhecimento das áreas a serem navegadas e na demarcação de um ponto a outro das regiões costeiras; ou, ainda, “pontos notáveis da terra, por meio dos quais se poderá reconhecer uma região da costa” (TELLES, 1988, p. 122, a partir da definição de Humberto Leitão). *Abera Vosa merce q(ue) allha de santa caterina esta / em Vimte Eoyto graos tem por conhesensa hũ Ilheo / Da bamda donorte*. [...] (RRP, 108r, L. 3-5). [...] *as Ilhas dos castilhos são / tres [...] / [...] tem por conhesensa. / ymdo demar emfora. duas orelhas Como orelhas de / coelho*. [...] (RRP, 108r, L. 19-23).

CONTRATAR, V. t. d. e i. Estabelecer acordo de trocas comerciais. [...] *E acharaõ farto gemtio comquẽ contratar* (RRP, 109r, L. 14).

CORREMTE, *corrente*, s. f. *corrête*, *corrêtes*, *corremtes*. Um volume a parte de água dentro do oceano que possui força suficiente para se movimentar de forma independente, correndo para um determinado ponto. A correnteza dos rios. *e sempreadetomarsonda e hira Vistadetteria porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes* [...] (RA, 81r, L. 22-23). [...] *he cousa muyto signalada aque chamamos as / sete corremtes E estas se haõ depasar asir guo* (RRP, 109v, L. 17-18).

[**CORRER**], V. int. **Corre**, *corre*, **coResse**. *Movimentar-se com rapidez em direção a um determinado lugar; o mover das águas dos rios, córregos, correntes marítimas, expandindo-se em uma determinada direção para uma outra região; percorrer regiões por mar, de costa a costa; navegar. e sempreadetomarsonda e hira Vistadetteria porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes E tempo [...] / q(ue) Corre sempre daparte dosul* — (RA, 81r, L. 22-23). [...] *E co ha barqua. ha de hir Buscar / ha Boca do Rio q(ue) corre noroeste sueste* (RRP, 108v, L. 22-23). *ha se dehir sempre chegados aterra firme dabã / da delestei, E coResse nordeste Esudueste* [...] (RRP, 109v, L. 4-5).

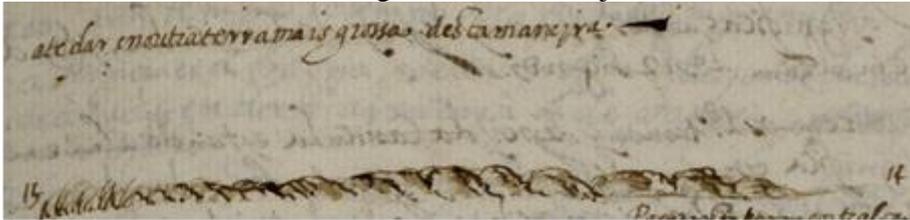
COSTA, s. f. O contorno de um continente, que é voltado para o oceano e banhado por ele; a região onde se formam as praias, os portos, os cabos etc. *quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo* (RA, 81r, L. 21).

COSTEAR, V. t. d. Navegar próximo à costa; correr o navio costa a costa, ou seja, toda a costa de uma região. [...] *Eamde deixar / obraso dabamda deleste E aan[↑de] costearp(er)la / bamda Deloeste.* [...] (RRP, 109v, L. 19-21).

CRUZ, s. f. Um símbolo de grande significado para as nações ocidentais, por representar o principal fundamento da religião cristã – a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Por tudo isso era um sinal de posse muito usado pelas nações colonizadoras. Acabava, assim, por servir de uma importante marca de reconhecimento das regiões costeiras procuradas e um importante referencial para realização de alguns procedimentos náuticos, tais como, aportar, aproximar-se, tomar uma determinada direção etc. [...] *as Ilhas saõ / simço Etem por sinal huã cruz naterra firme* (RRP, 108v, L. 6-7). *hasede surgir Jumbo honde. Estaacruz* [...] (RRP, 108v, L. 8).

DAR, V. t. c. Dar com alguma coisa em algum lugar, através de algum tipo de locomoção ou movimento; alguma coisa que é contígua à outra; encontrar algum lugar, ir ter em algum lugar, buscando-o ou de forma acidental.

Passaras as duas moitas [†]ueras Vaõ mais de .6. leguas deterraRassa deRemanso
ate **dar** enoutraterramais grossa destamanejra —



(RA, 80v, L. 18 – 81r, L. 1; fig. 5)

DEMOSTRAÇÃO, demonstração, s. f. Demonstração. Descrição de fatos e elementos, exposição de imagens e características que atestam a existência e o conhecimento de um determinado lugar, de um determinado percurso, através de roteiros, mapas, cartas náuticas e afins. *Demonstração Das terras . / Do loanguo. Caminho de ang(o)la . / poronde eu pasej. de12: ate .15.dejan(ei)r(o) de 1591.* ——— (RA, 80v, L. 1-3).

ENSEADA, s. f. Em oposição ao fenômeno da formação que gera o cabo; a enseada é uma projeção do mar para dentro do continente, geralmente, formando uma meia lua e perdendo força de movimentação de ondas, ganhando, assim, aparência de lagoa. *Docabodestaterragrossa poucoadiante / começa logo aenseadado angos* [...] (RA, 81r, L. 6-7, abaixo da fig. 6, lado direito). *E ahomde. achar huã enseada gramde / ha de surgir* [...] (RRP, 108v, L. 21-22).



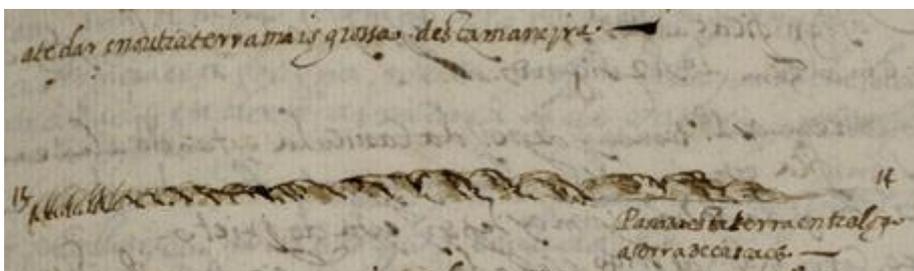
enseada

do angos

(RA, 81r, L. 11; fig. 7)

ENTRADA, s. f. O lugar, o caminho por onde se acessa uma região da costa, tais como a boca do rio, a barra, a passagem entre uma ilha e um continente etc. *Passado este Rio estalogodaoutra Banda dosul. na entrada / daboca o ylheodoscaualloss — dentro doRio —* (RA, 81r, L. 16-17). [...] *aylha do / Repairo tem maa entrada ha mister esperar prea / mar [...]* (RRP, 108r, L. 11-13).

ENTRAR, V. int. emtra, entra, entraraõ. Acessar o interior de algum lugar em paz ou em guerra; invadir, dominar e tomar o lugar para si; uma região que se segue à outra; quando um fenômeno da geografia costeira penetra o outro, tais como, o cabo, a enseada, a foz de um rio etc. *Loguo . passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta* (RA, 80v, L. 14). [...] *E hase de entrar entre aterra firme / Eaylha. [...]* (RRP, 108r, L. 5-6). *E sequiZer entrar pelo Rio das Palmas desde martim / garcia hadegouernar ao sudueste [...]* (RRP, 109r, L. 1-2). [...] *apare{se} a boca doparra / guay q(ue) esta Dabamda De l{oes}te. E entraraõ por / Elle . Porq(ue) na boca não tem n(en)hũ Baixo [...]* (RRP, 109v, L. 22 – 110v, L. 1).



Pasadaestatterraentralogo
aserradecascaes —
(RA, 81r, L. 3-4; fig. 5)

[ESFERCALTOZO], adj. esfer caltoza, Um emaranhado, como um manguezal. Lugar de difícil passagem, ou por causa da pouca profundidade, ou da vegetação (FIGUEIREDO, 1949), ou da lama que constitui o leito. [...] *mas tem muytas Ylhas E baixos q(ue) paresem / aquem as Ve aprimeira Vez q(ue) he couza esfer / caltoza, mas não he nada [...]* (RRP, 109r, L. 21-23).

ESPERAR, V. t. d. Aguardar por algum acontecimento que se tem como certo e do qual depende o êxito de uma ação futura. [...] *aylha do / Repairo tem maa entrada ha mister esperar prea / mar [...]* (RRP, 108r, L. 11-13). [...] *Este Rio tem muytas / baixas na boca. he mister esperar <a>/e\ somdar [...]* (RRP, 108r, L. 14-15).

FARTO, pron. Equivale ao pronome indefinido muito. Algo abundante, que há em grande quantidade. [...] *E acharaõ farto gentio comquẽ contratar* (RRP, 109r, L. 14).

[FOLGAR], V. int. folgaraõ. Divertir-se. [...] *E seallgum dia forem la logo osaberaõ / EViraõ ao seu Caminho E folgaraõ muyto cõeles* (RRP, 110v, L. 5-6).

FUMDO, fundo, s. m. fondo. Região em que a água do mar apresenta uma altura, em relação ao leito, favorável para a navegação costeira e para a ancoragem. *quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo* (RA, 81r, L. 21). [...] *he mister esperar <a>/e\ somdar demtro / tem muyto fumdo [...]* (RRP, 108r, L. 15-16).

[**GARRAR**], V. Int. garrara. Arrebatara algo com força transportando-o ou arremessando-o para outro lugar, por estar, esse algo, sem ter em que segurar-se ou sustentar-se. Expressões náuticas: garrar a ancora – a ancora não se fixa no fundo, ou por não alcançá-lo, “ou por não haver boa ancoragem” (BLUTEAU, 1712-1827); garrar a amarra – quando um vento impetuoso ou uma tempestade etc. arrancam a amarra do fundo. *quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo / e sempreadetomarsonda e hira Vistadetteria porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes E tempo / q(ue) Corresempre daparte dosul* ————— (RA, 81r, L. 21-24).

GEMTIO, gentio, s. m. Gemtio, gen{t}ios. Povo que não segue nem conhece o Cristianismo e pratica ritos de adoração a outros deuses. Conforme Bluteau (1712-1827), s. v. “[...] Gente baixa, popular” (v. 4, p. 57, col. b). [...] *haquy nesteditoRjo / seacaba agerasão dos caR< † >/yj\osE comesão outros gen{t}ios* (RRP, 108r, L. 17-18). [...] *E saõ estas / trimta legoas todas dealagadisos E ha muyto / Gemtio* [...] (RRP, 109v, L. 7-9).

GERASÃO, geração, s. f. gerasão. Um grupo humano da mesma linhagem, um povo, uma raça. [...] *haquy nesteditoRjo / seacaba agerasão dos caR< † >/yj\os* [...] (RRP, 108r, L. 17-18). *desde esta pauoasaõ ate outra gerasão de gentis / q(ue) se chamaõ os mequaretas ayVimte Ecimqo legoa{s}* (RRP, 109v, L. 2-3). [...] *desde / estes mequaretas ateoutra gerasão q(ue) sechamaõ / os mepenes hay outras trimta legoas* [...] (RRP, 109v, L. 5-7).

GOVERNAR, governar, V. t. c. Dirigir o navio, operando o leme. *E sequiZer entrar pelo Rio das Palmas desde martim / garcia hadegouernar ao sudueste* [...] (RRP, 109r, L. 1-2). [...] *Edespois disto / ha degouernar ao nornoroeste* [...] (RRP, 109r, L. 3-4).

GRAMDE, grande, adj. Algo que tem, pelo menos, uma das suas dimensões em tamanho maior que o usual, ou maior em relação a um outro referencial. *Loguo . passa{d}o aterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta / eygual maisduasL(e)g(uas)ten mais de .5 leguasdeterra •nestaestapalmela grande* (RA, 80v, L. 14-15). [...] *Vay / Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto*. [...] (RA, 81r, L. 12-13). *e sempreadetomarsonda e hira Vistadetteria porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes* [...] (RA, 81r, L. 22-23). [...] *E ahomde. achar huã enseada grande / ha de surgir* [...] (RRP, 108v, L. 21-22).

Palmela **grande**

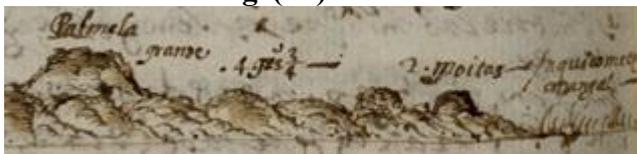


(RA, 80v, L. 16; recorte da fig. 4)

GRAO, grau, s. m. *g(rao)s*, grãos, gr(au)š. Segundo Vieira (1871-1874), s. v. “[...] A 360ª parte, ou uma das 360 partes da circunferencia de um circulo, segundo a divisão sexagesimal [...] Em Astronomia e em Geographia, dividem-se igualmente os circulos da esphera em 360 grãos; distinguem-se elles em grãos de latitude, os que são paralelos ao equador; e em grãos de longitude, os paralelos ao meridiano” (v. 3, p. 911, col. a – 912, col. b). [...] *esta estaponta / Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o dabandadonorte*. (RA, 81r,

L. 13-14). *Abera Vosa merce q(ue) allha de santa caterina esta / em Vimte Eoyto graos* [...] (RRP, 108r, L. 3-4).

• 4 gr(au)š $\frac{3}{4}$ —•



(RA, 80v, L. 16; recorte da fig. 4)

— 5g(rao)s $\frac{1}{4}$



(RA, 81r, L. 5; fig. 6)

[**GROSSO**], adj. grossa. Característica daquilo que é volumoso, corpulento, espesso, grande. *Passaras as duas moitas piquenas Vaõ mais de .6. leguas deterraRassa deRemanso / ate dar enoutraterramais grossa* [...] (RA, 80v, L. 18 – 81r, L. 1). *Docabodestaterragrossa poucoadiante / começa logo aenseadado angos* (RA, 81r, L. 6-7, abaixo da fig. 6, lado direito).

GOARDAR, guardar, V. transobj. Tomar cuidado, agir com cautela para se preservar, ou para preservar a alguém, ou a alguma coisa. [...] *p(e)la outra bamda / dosul tem apeguado hũa baixa. E a se deguardar / dela* [...] (RRP, 108r, L. 6-8). [...] *E acharaõ farto gentio comquẽ contratar / mas ham se degoardar Deles porque saõ grandes / traydores* [...] (RRP, 109r, L. 14-16).

ILHA, s. f. Ilha, Ilhas, Ylha, Ylhas, ylha, ylhas, yl{ha}, jlhas. Segundo Bluteau (1712-1827) “ILHA. Terra, toda rodeada de agoa, no meyo de hum rio, ou do mar. [...] da divisão, que os Geographos fizeraõ do globo da terra [...] por Ilha entendem huma pequena porçaõ de terra, muyto inferior á grandeza de hum Continente” (v. 4, p. 48, col. a-b). [...] *as Ilhas dos castilhos saõ / tres estaõbem hapegadas ha terra firme* [...] (RRP, 108r, L. 19-20). [...] *seham de aRimar sempre / ha terrafirme porq(ue) hay muytas Ylhas Emuytos / Baixos* [...]” (RRP, 109r, L. 12-14).

ILHEO, ilhéu, s. m. Ilheo, ylheo. Conforme Bluteau (1712-1827), s. v. “ILHEO. Ilhéu. Ilheta, ou Ilhota. Ilha pequena. [...]” (v. 4, p. 49, col. a). [...] *estalogodaoutra Banda dosul. na entrada / daboca o ylheodoscaualloss — dentro doRio —* (RA, 81r, L. 16-17). *Abera Vosa merce q(ue) allha de santa caterina esta / em Vimte Eoyto graos tem por conhesensa hũa Ilheo / Da bamda donorte.* [...] (RRP, 108r, L. 3-5).

ILHETA, s. f. Ilheta. Uma ilha pequena (MORAES SILVA, 1789-1813, p. 129). [...] *ho cabo desanta maria / tem ha bamda domar hũa Ilheta.* [...] (RRP, 108v, L. 1-2). [...] *tem por conhesensa hũa / Ilheta. legoa Emea ao mar q(ue) se chama aylha do / Repairo* [...] (RRP, 108r, L. 10-12).

YMPETTO, ímpeto, s. m. movimento forte e violento que exerce a sua energia, mobilizando algum objeto. [...] *Vay / Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto.* (RA, 81r, L. 12-13).

INDIOS, índio, s. m. **Indios**. Os povos nativos da América. Conforme Bluteau (1712-1827), “[...] No Brasil dividem os Portuguezes aos Barbaros, que vivem no Sertão em Indios mansos, e bravos. Indios mansos chamaõ aos que com algum modo de Republica [...] são mais trataveis, e capazes de instrução. Pello contrario chamaõ Indios bravos aos que pella sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admittem outras leys, que as que lhes dicta a sua fera natureza” (v. 4, p. 110, col. a-b). [...] *sanctesprito he muy signalado quãto / mais osproprios **Indios** lhes diram como ham de hir* ∞ (RRP, 109r, L. 16-17).

HIR, ir, V. int. hindo, **Vay**. Passar de uma lugar para outro. [...] *hindo / Do cabo delopo gonçaluez Para angola . [...] (RA, 80v, L. 5). ha se dehir por abamda defora destas simqo ylhas / a te as pasar [...] (RRP, 108v, L. 10-11). [...] ao caboDestas trinta legoas Comesa / logo outraVez aterra firme q(ue) **Vay** a te / a boca doperaguay [...] (RRP, 109v, L. 9-11).*

HIR AO LOMGO, ir ao longo, exp. for aolongo. Segundo Vieira (1871-1874), s. v. “[...] Ao longo do mar, da costa; acompanhando a extensão do mar, da costa. De longo a longo; em toda a extensão” (p. 1338, col. c – 1339, col. b). [...] *Desdo cabo de lopogonçalues. q(ue) está em .I. g(rao)s½ ateangola / quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo (RA, 81r, L. 20-21). [...] desde são yohaõ ate ayl{ha} / demartim Garcia haa tres legoas hasedehir semp{re} / ao lomgo daterra firme. [...] (RRP, 108v, L. 14-16). [...] E ha se de **hir** semp{re} / ao lomgo da terra firme porq(ue) porfora ha muyto / Baixos [...] (RRP, 108v, L. 19-21).*

JUMTO, junto, adv. **Jumto**. Próximo, muito perto de algum lugar ou alguma coisa, chegado a alguma coisa. *hasede surgir **Jumto** honde. Esta acruz [...] (RRP, 108v, L. 8). [...] Equamdo chegar **Jumto** / haboca tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta [...] (RRP, 109v, L. 14-16).*

LAGOA, s. f. Um volume considerável de água que preenchem uma concavidade e que é cercada de terra por todos os lados. [...] *Desde oporto dedom R(odrig)o / ate **alagoa**. ha_treze_legoas [...] (RRP, 108r, L. 9-10).*

LEGOA, légua, s. f. leguas, legoas, legoa. Uma medida intineraria, tal como o quilômetro atual (VIEIRA, 1871-1874, v. 3, p. 1279, col. a-b). [...] *Desde aylha desanta caterina aoporto de / dom Rodriguo aVera [↑ **6 leguas**] /. [...] (RRP, 108r, L. 8-9). [...] E desde / Estaboca . ate asumsão haj sinCoenta **legoas** [...] (RRP, 110v, L. 1-2). [...] Vaõ mais de .6. **leguas deterra**Rassa deRemanso (RA, 80v, L. 18). [...] tem por conhesensa hũa / Ilheta. **legoa Emea ao mar** q(ue) se chama aylha do / Repairo [...] (RRP, 108r, L. 10-12).*

tem mais de 4 **leguas**deterra



(RA, 81r, L. 5; fig. 6)

LESTE, leste, s. m. Um dos quatro pontos cardiais, situado onde o sol nasce; a direção que se deve tomar; o lugar onde uma região está situada. *o Rio se ha detomar **leste**. Eoeste E hamde hir sempre / apeguados aterra firme [...] (RRP, 108v, L. 3-4). ha se dehir sempre*

chegados a terra firme dabã / da deleste [...] (RRP, 109v, L. 4-5). [...] E ha se sempre dese guir / a terra firme Dabamda Deleste [...] (RRP, 109v, L. 11-12).

LEUAR, levar, V. t. d. Conduzir ou carregar alguma coisa para algum lugar; carregar consigo instrumentos necessários ou úteis para tarefas, lazer, cuidados etc. [...] *mas tem muytas Ylhas E baixos q(ue) paresem / quem as Ve aprimeira Vez q(ue) he couza esfer / caltoza, mas não he nada ham de leuar Remos (RRP, 109r, L. 21-23).*

LINHA, s. f. A linha do Equador, que divide horizontalmente a Terra ao meio, gerando os hemisférios – Norte e Sul. [...] *Enaltura de 4 g(rao)s da Banda dosul dalinha hindo / Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass / serras E moitas . E sinais seguintes [...] (RA, 80v, L. 5-7).*

LOMBADA, s. f. Uma parte da terra que se eleva em relação à sua parte plana, assemelha-se a um planalto. [...] *passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta (RA, 80v, L. 14).*

LOANGUO, longo, adj. Lugar muito extenso, ou de distância muito extensa, em que é necessário muito tempo para se percorrer; se for substantivado, indicará o processo de se atravessar toda a extensão de um lugar. *Demonstração Das tterras . / Do loanguo. Caminho de ang(o)la . / poronde eu pasej. de12: ate .15.dejan(ei)r(o) de 1591. — (RA, 80v, L. 1-3).*

[**MAL**] adj. maa. Característica daquilo que é prejudicial, perigoso e destrutivo. Vieira (1871-1874) traz, também, o adjetivo enquanto “Termo de Marinha. Mar máo; agitado, embravecido. Máo tempo; diz-se para indicar que o vento reinante é contrario. (p. 113, col. a – 117, col. a). [...] *tem por conhesensa hũa / Ilheta. legoa Emea ao mar q(ue) se chama aylha do / Repairo tem maa entrada ha mister esperar prea / mar [...] (RRP, 108r, L.10-13).*

MANGAL, manguezal, s. m. Mangue; uma vegetação pequena e de folhas emparelhadas, típica de água salgada ou salobra, costuma nascer em praias, vasas, beiras de rio e lodaçais. (BLUTEAU, 1712-1827); (SILVA, 1789-1813).

*aqui começa
omangal.—*



(RA, 80v, L. 16-17; recorte da fig. 4)

MAR, s. m. O oceano, a porção mais extensa, profunda e volumosa de água salgada do planeta, que banha, cerca e integra todos os continentes. [...] *tem por conhesensa hũa / Ilheta. legoa Emea ao mar [...] (RRP, 108r, L. 10-11). [...] ho cabo desanta maria / tem ha bamda domar hũa Ilheta. huã legoa ao mar / o Rio se ha detomar leste. Eoeste [...] (RRP, 108v, L. 1-3).*

MAR EM FORA, mar a fora, exp. Quando a embarcação já se encontra fora dos limites da barra; quando já se encontra em alto mar. [...] *tem por conhesensa. / ymdo demar emfora. duas orelhas Como orelhas de / coelho. [...] (RRP, 108r, L. 21-23).*

MARE, maré, s. f. O movimento das águas do mar que, no espaço de 24 horas, enchem duas vezes, durante aproximadamente 6 horas e 12 minutos, e esvaziam-se duas vezes, durante igual período. [...] *mas hamde agoardar a mare p(or)q(ue) / tem grandes baixos* [...] (RRP, 108v, L. 13-14).

MOITA, s. f. moitas. Pequenos arbustos. Plantas de altura pouco elevada, tendem a ter aspecto denso. *daquipordíantevayseguýdo terrarrasa. Ate / asduas moitas* — (RA, 80v, L. 10, ao lado da fig. 2).

as. 2. moitas — •



(RA, 80v, L. 16; fig. 3)

MORO, morro, s. m. moRo. Uma grande elevação de terra; porém menor que o planalto e que a montanha. Segundo Vieira (1871-1874), s. v. “[...] Termo de nautica. Monte alto, escarpado, isolado e redondo, que serve de marca aos navegantes na costa [...]” (v. 4, p. 321, col. b). *E logo o Rio tem boa conhesensa por(que) he hua barr{a} / allta como moRo* [...] (RRP, 108v, L. 12-13).

MUYTO, muito, pron. muytos, muytas. Aquilo que há em grande número ou quantidade. [...] *Edestas / simcoenta legoas seham de aRimar sempre / ha terrafirme porq(ue) hay muytas Ylhas Emuytos / Baixos* [...] (RRP, 109r, L. 11-14).

MUY, muito, adv. Modificador de adjetivos, advérbios e verbos, agregando a esses termos a ideia da grande intensidade de alguma característica, estado, circunstância ou ação. [...] *sanctesprito he muy signalado* [...] (RRP, 109r, L. 16).

NAUEGAR, navegar, V. int. Transportar por mar, rio ou lago, guiando ou dirigindo a embarcação ao lugar de destino. [...] *he o melhor Rio Emilhor denauegar Detodolos / Rios* [...] (RRP, 110v, L. 3-4).

NORTE, s. m. Um dos quatro pontos cardiais, situado à direita do nascimento do sol; o Polo Ártico; o sentido que a agulha da bússula busca e para o qual aponta regularmente; um lugar localizado ao norte ou voltado para o norte. [...] *E ase tomar norte sul* [...] (RRP, 108r, L. 6). [...] *Etodo esteRio seco Re norte / Esur* [...] (RRP, 109r, L. 19-20). *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrassa cõ agua. Vay / Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto. esta estaponta / Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o dabandadonorte.* (RA, 81r, L. 14).

NORDESTE, s. m. Região do planeta situada entre o Norte e o Leste; uma quarta de vento que sopra entre o norte e o Leste, sobre o qual Silva (1789-1813) informa: “no Oceano se chama Galerno: há Nordeste quarta de Norte, e quarta de Este” (v. 2, p. 347, col. a). [...] *Etodo esteRio seco Re norte / Esur Enordeste Esudueste Ealgũas boltas amea / partida* [...] (RRP, 109r, L. 19-21). *ha se dehir sempre chegados aterra firme dabã / da delestei, E coResse nordeste Esudueste* [...] (RRP, 109v, L. 4-5).

NORNOROESTE, s. m. Lugar do planeta situado entre o Norte e o Noroeste; também, vento que vem dessa direção. [...] *Edespois disto / ha degouernar ao nornoroeste* [...] (RRP, 109r, L. 3-4).

OESTE, s. m. Lugar do planeta que corresponde a direção aonde o sol se põe; um dos quatro pontos cardiais; região situada ou voltada para o Oeste; o sentido que se a de tomar em um dado percurso. *o Rio se ha detomar leste. Eoeste* (RRP, 108v, L. 3). [...] *E tem esta ylha. Bo{m} / surgidoiro Dabamda deloeste/* [...] (RRP, 108v, L. 16-17).

PALMA, s. f. Conforme Bluteau (1712-1827), s. v. “PALMA, ou Palmeyra. Arvore commua no Egypto, e em todas as regiões calidas, e secas. Sobe muyto, e não ramifica senão na parte superior do tronco [...] Tem folhas dobradas, compridas, e agudas da feyção de hũa folha de espada [...]” (v. 6, p. 206, col. a).

PALMAR, s. m. palmar, **Palmar**. Porção de terra onde há uma grande concentração de palmeiras, também chamadas de palmas (vide PALMA). [...] *aenseadado angos [f] q(ue) Vay / pelaterraadentro grande eaponta / Vaj topar . nospalmar.* — (RA, 81r, L. 7-9, lado direito).

NaPontadestePalmarVay estaterrapelaterrade ao{R(io)}Congo —



(RA, 81r, L. 10; fig. 7)

PALMELA, s. f. Um monte.

Palmela piquena



(RA, 80v, L. 10; fig. 2)

Palmela grande



(RA, 80v, L. 16; fig. 4)

PARTE, s. f. Área, lado, banda, que compõe um todo dividido, em que cada banda é identificada conforme posição ou característica. [...] *sempreadetomarsonda e hira Vistadetterra porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrẽtes E tempo / q(ue) Corre sempre daparte dosul* ————— (RA, 81r, L. 24).

PARTIDA, s. f. Segundo Vieira (1871-1874), s.v. “[...] Termo de Nautica. Meia partida; vento intermedio, e meio entre os dous rumos [...]” (v. 4, p. 679, col. b). [...] *Etodo esteRio seco Re norte / Esur Enordeste Esudueste Ealgũas boltas amea / partida* [...] (RRP, 109r, L. 19-21).

PASAR, passar, V. t. d. passa{d}o, **Passaras**. Atravessar de uma parte a outra parte; passar por algum lugar, ir além desse lugar; terminar de percorrer uma determinada área. *Loguo . passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta* (RA, 80v, L. 14). *Passaras as duas moitas pequenas* [...] (RA, 80v, L. 18). *ha se dehir por abamda defora destas simqo ylhas / a te as pasar E despois seha de chegar haterrafirm{e}* (RRP, 108v, L. 10-11).

PASAR A SIRGUO, passar a sirgo, exp. Fazer andar uma embarcação, em locais de difícil navegação, com o uso da sirga (Vide sirga). [...] *tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta Daruoredos E depenedos / q(eu)he cousa muyto sinalada aque chamamos as / sete corremtes E estas se haõ depasar asir guo* (RRP, 109v, L. 15-18).

PENEDO, s. m. penedos. Porção de terra na qual predomina formações rochosas, com pedras grossas e muito duras; penhasco. [...] *Equamdo chegar Jumto / haboca tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta Daruoredos E depenedos* (RRP, 109v, L. 14-16).

[PEQUENO], adj. piquena, piquenas. Algo ou alguém com pouca altura, largura ou comprimento em relação a um referencial dado. *Passaras as duas moitas piquenas Vaõ mais de .6. leguas deterraRassa deRemanso* (RA, 80v, L. 18).

Palmela piquena



(RA, 80v, L. 10; fig. 2)

PERDER, V. t. d. Não conseguir manter o rumo advertido; deixar de ter o controle sobre a embarcação; deixar escapar a oportunidade de êxito, de sobrevivência etc. *quenfor aolongo dacosta . naõhade perder nunq(a) ofondo* (RA, 81r, L. 21).

PESCARIA, s. f. pescarias. Região de rio ou mar onde há grande concentração de peixes, sendo, portanto, um lugar ideal para desenvolver a atividade pesqueira. *he o melhor Rio*

Emilhor denauegar Detodolos / Rios porq(ue) entodo ele ha muytos Remamsos / Epescarias E seallgum dia forem la logo osaberaõ (RRP, 110v, L. 3-5)

[**PODER**], V. t. d. *podesse*. Ser possível; ser permitido; estar autorizado; ter o direito, a faculdade. [...] *as Ilhas dos castilhos são / tres estaõbem hapegadas ha terra firme podesse / surgir amtre ellas E ha terra*. [...] (RRP, 108r, L. 19-21).

PONTA, s. f. *ponta*, **Ponta**. Uma parte extrema de um braço de terra plana que entra pelo mar; o fim, a extremidade aguda de alguma coisa ou de algum lugar. [...] *Vay / pelaterraadentro grande eaponta / Vaj topar . nospalmar*. — (RA, 81r, L. 7-9). *NaPontadestePalmar Vay estaterrapelaterrade ao{R(io)}Congo* — (RA, 81r, L. 10, acima da fig. 7). [...] *E daponta {des}taYjlha Da / Bamda DeRiba loguo apare{se} a boca doparra / guay q(ue) esta Dabamda De l{oes}te. E entraraõ por* [...] (RRP, 109v, L. 21-23).

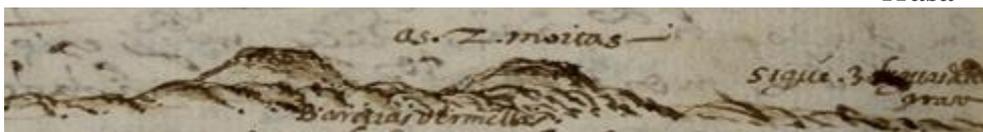
PORTO, s. m. *p(or)to*. Lugar onde as embarcações podem ancorar com segurança. [...] *Desde aylha desanta caterina aoporto de / dom Rodriguo aVera [↑ 6 leguas] / Desde oporto dedom R(odrig)o / ate alagoa. ha _treze_ legoas* [...] (RRP, 108r, L. 8-10). [...] *desde este p(or)to ate o Rio de martin afonso / a Vera Vimte Eduas legoas* [...] (RRP, 108r, L. 13-14).

PAUOASAÕ, povoação, s. f. Um agrupamento humano que fixou moradia na mesma região, formando uma sociedade em que as pessoas se integram em suas necessidades e serviços. [...] *Desde martim g{ar} / Cia. a san saluador q(ue)he aomde seha de fazer ha / pauoasaõ aVera setelegoas* [...] (RRP, 108v, L. 17-19). *Desde sancteesp(iri)to ate aomde agora ficou apauoasaõ / hay trinta legoas* [...] (RRP, 109r, L. 18-19). *desde esta pauoasaõ ate outra gerasão de gentis / q(ue) se chamaõ os mequaretas ayVimte Ecimqo legoa{s}* (RRP, 109v, L. 2-3).

PREA MAR, preamar, s. m. *prea mar*, **Prea mar**. Segundo Vieira (1871-1874), s. v. “[...] O auge da maré cheia, ou o intervallo entre o auge da enchente e o principio da vasante” (v. 4, p. 891, col. a-b). [...] *ha mister esperar prea / mar* [...] (RRP, 108r, L. 12-13). [...] *a lugares naõ ha / huã brasa dagoa saluo senao por Prea mar* (RRP, 108v, L. 24-25).

[**RASO**], adj. **Rassa**, *rrassa*, *rrasa*. Parte da região costeira banhada pelo mar, onde a altura da água é mínima ou pequena. *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrasa cõ agua* [...] (RA, 81r, L. 12). [...] *Vaõ mais de .6. leguas deterraRassa deRemanso* (RA, 80v, L. 18).

sigué . 3. {Le}guasde{terra}
rrasa



(RA, 80v, L. 11-12; recorte da fig. 3)

REMANSO, s. m. **Remanso**, **Remamsos**. Regiões dos mares ou dos rios em que a água é calma, desprovida de fatores propulsores de movimento. [...] *Vaõ mais de .6. leguas deterraRassa deRemanso* (RA, 80v, L. 18). [...] *este / he o melhor Rio Emilhor denauegar Detodolos / Rios porq(ue) entodo ele ha muytos Remamsos* (RRP, 110v, L. 2-4).

RIMAR, remar, V. int. **Rimar**, **Reme**. Puxar a água com os remos para fazer andar a embarcação. [...] *seham de aRimar sempre / ha terra firme porq(ue) hay muytas Ylhas Emuytos / Baixos [...]* (RRP, 109r, L. 12-14). [...] *ham de leuar Remos / E quem os Reme E Boas Armas Eysto he Verdade* (RRP, 109r, L. 23 – 109v, L. 1).

REMATTE, remate, s. m. **Rematte**. O fim, o término de alguma coisa, de algum lugar. *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrassa cõ agua*. [...] (RA, 81r, L. 12).

REMO, s. m. **Remos**. Instrumento de marinharia, feito de madeira, composto de uma haste presa a uma pá em um dos seus extremos e usado para remar. [...] *ham de leuar Remos* (RRP, 109r, L. 23).

ROTEIRO, s. m. Escrito da área náutica, muito utilizado na Era dos descobrimentos e colonizações, para descrever as costas marítimas, com vistas a notificar os pilotos sobre o percurso e suas características. *Roteiro que conta desde aylha / de santa caterina ate o Rio daprata* (RRP, 108r, L. 1-2).

RIO, s. m. Corrente volumosa de água que se desloca por entre margens indo desembocar em outro rio ou no mar. [...] *E sinais seguintes de4g(rao)s àte oRio / De congo queestá. em .6. g(rao)s escassoss en. 5³/₄ ——— (RA, 80v, L. 7-8). [...] estalogodaoutra Banda dosul. na entrada / daboca o ylheodoscaualloss — dentro doRio — (RA, 81r, L. 16-17). [...] Estaacruz desde saõ / grauiel ate oRio desãõ Joha(õ) ha tres legoas – [...] (RRP, 108v, L. 8-9). [...] Edesdeestes / mepenes ate haboca Doperaguay hay trinta / legoas he bom **Rio** [...] (RRP, 109v, L. 12-14).*

SAIDA, saída, s. f. A abertura ou o espaço que permite a alguém ou alguma coisa passar de dentro para fora de algum lugar. *aparese a Boca deste dito Rio tem este Ryo / a te asaida dooutro Rio gramdes dezaseis le / goas [...]* (RRP, 109r, L. 7-9). [...] *he omilhor Ryo de todas as quatro bocas / q(ue) este Rio tem desde a saida*. [...] (RRP, 109r, L. 9-10).

[**SAIR**], V. int. **Sayndo**. Ir para fora de algum lugar, afastar-se. *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrassa cõ agua. Vay / Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto*. [...] (RA, 81r, L. 12-13).

SEGUIR, V. int. se guir, seguÿdo, sigué. Continuar; caminhar atentando para um caminho recomendado; expressa um limite do agora para o que se segue, caracterizando algum lugar ou definindo alguma situação que terão início. *daquipordiantevayseguÿdo terrarrasa. Ate / asduas moitas — (RA, 80v, L. 10, ao lado da fig. 2). sigué . 3.{Le}guasde{terra} / rrasa (RA, 80v, L. 11-12, acima da fig. 3). V. t. d. [...] E ha se sempre dese **guir** / aterra firme Dabamda Deleste [...]* (RRP, 109v, L. 11-12).

[**SEPARAR**], V. t. d. e i. separa. Ser um obstáculo que aparta; ou interpor um obstáculo para manter distante uma coisa da outra. *aqui esta hua Barreira quasepara /*. (RA, 81r, L. 6, abaixo da fig. 6).

SERRA, s. f. serras. Região constituída por montes rochosos, enfileirados e com muitos picos. [...] *hindo / Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass / serras E moitas .*

E sinais seguintes [...] (RA, 80v, L. 5-7). Pasadaestaterraentralogo / aserradecascaes — (RA, 81r, L. 4, abaixo da fig. 5).

SIGNALADO, sinalado, [Part. de sinalar] Adj. sinalada. Lugar marcado com sinais que possibilitam o seu reconhecimento por parte de quem o procura; lugar possível de identificar através de seus sinais. [...] *sanctesprito he muy **signalado** quãto / mais osproprios Imdios lhes diram como ham de hir ∞ (RRP, 109r, L. 16-17). [...] tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta Daruoredos E depenedos / q(eu)he cousa muyto **signalada** [...] (RRP, 109v, L. 15-17).*

SINAL, s. m. sinais. Uma marca natural ou feita por intervenção humana que serve para identificar algum lugar; uma coisa que representa outra; indício, vestígio ou prognóstico, tais como os sinais que indicam para os marinheiros a proximidade da terra. [...] *as Ilhas são / simço Etem por **sinal** huã cruz naterra firme (RRP, 108v, L. 6-7). [...] Enaltura de 4 g(rao)s da Banda dosul dalinha hindo / Do cabo delopo gonçalvez Para angola . estão ass / serras E moitas . E **sinais** seguintes [...] (RA, 80v, L. 5-7).*

SIRGA, s. f. Corda que serve para puxar a embarcação em situações contrárias: quando a embarcação está à toa; ou quando o remo ou a vela não vencem a corrente; ou quando o barco é puxado rio acima. [...] *tem dabamdaDeleste abaixo da boca / huã terra muyto Alta Daruoredos E depenedos / q(eu)he cousa muyto signalada aque chamamos as / sete corremtes E estas se haõ depasar **asir guo** (RRP, 109v, L. 15-18).*

SONDA, s. f. Instrumento utilizado pelos marinheiros para medir a altura da água, com o fim de saber se a rota é possível para a navegação ou se o ponto permite a ancoragem. *e sempreadetomarsonda e hira Vistadetteria porẽ / Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes [...] (RA, 81r, L. 22-23).*

SOMDAR, sondar, V. t. d. Avaliar se há fundo; verificar a altura do mar ou do rio por meio da sonda. [...] *he mister esperar <a>/e\ **somdar** demtro / tem muyto fumdo [...] (RRP, 108r, L. 15-16).*

SUL, s. m. Um dos quatro pontos cardiais; região do planeta oposta ao Norte; o Polo Antártico; lugar situado ou voltado para o Sul; sentido que se a de tomar em um dado percurso. [...] *Passado oRio decongo. loguodabandadosul Comecaõ / as BarreirasVerme lhas [...] (RA, 81r, L. 18-19). Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes E tempo / q(ue) Corre sempre daparte dosul ————— (RA, 81r, L. 23-24). [...] E ase tomar norte **sul** [...] (RRP, 108r, L. 6). [...] E hasedecheguar / Bem aterra firme daBamda dosul [...] (RRP, 109r, L. 2-3).*

SUDUESTE, sudeste, s. m. sueste. Região do planeta situada entre o Sul e o Leste; vento que corre entre o Sul e o Leste; sentido que se deve tomar ao fazer determinado percurso. [...] *ha de hir Buscar / ha Boca do Rio q(ue) corre noroeste **sueste** [...] (RRP, 108v, L. 22-23). E sequiZer entrar pelo Rio das Palmas desde martim / garcia hadegouernar ao **sudueste** [...] (RRP, 109r, L. 1-2).*

SURGIDOIRO, surgidouro, s. m. Ancoradouro, porto. [...] *desde são yohaõ ate ayl{ha} / demartim Garcia haa tres legoas hasedehir sempr{e} / ao lomgo daterra firme. E tem esta ylha. Bo{m} / **surgidoiro** Dabamda deloeste [...] (RRP, 108v, L. 14-17).*

SURGIR, V. int. Lançar âncora em um porto, aportar; dar fundo com a âncora. [...] *as Ilhas dos castilhos são / tres estaõbem hapegadas ha terra firme podesse / surgir amtre ellas E ha terra.* [...] (RRP, 108r, L. 19-21). [...] *as Ilhas saõ / simço Etem por sinal huã cruz naterra firme / hasede surgir Junto honde. Esta acruz* [...] (RRP, 108v, L. 6-8). [...] *E ahomde. achar huã enseada gramde / ha de surgir* [...] (RRP, 108v, L. 21-22).

TEMPO, s. m. Tempo metereológico. E em termo figurado, é usado em lugar de vento, isto é, em lugar de se dizer “tempo em que corre o vento Norte”, se diz “tempo que corre do Norte”; como os autores a seguir registraram. Conforme Bluteau (1712-1827), s. v. “[...] Tempo proprio, tempo bom para algũa cousa. [...] Bom tempo [...] Tempo mau, roim [...] Tempo contrario [...] Tempo favoravel [...] Tempo, em que reyna o vento Sul [...] Tẽpo de ventos Nortes [...]” (v. 8, p. 85, col. b, p. 87, col. a – b). De acordo com Moraes Silva (1789-1813), s. v. “[...] O estado da atmosfera; e fig. o temporal, tormenta, “quando fez tempo;” i. é, bom vento para navegar. [...]” (v. 2, p. 763, col. a). *Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrêtes E tempo / q(ue) Corre sempre daparte dosul* ——— (RA, 81r, L. 23-24). *ha degouernar ao nornoroeste E ha dehir ao Bom / tempo porq(ue) hay muytos Baixos.* [...] (RRP, 109r, L. 4-5).

TENTO, s. m. Muita atenção e cálculo na realização de uma tarefa, com vistas a evitar erros, danos a vida, prejuízos etc.; cautela, cuidado. [...] *E hade / hir muy com bom tento porq(ue) a lugares naõ há / huã brasa dagoa saluo senao por Prea mar* (RRP, 108v, L. 23-25).

TERRA, s. f. terra. O continente, a ilha; fala-se das regiões costeiras em oposição ao mar. *começa logo aenseadado angos [†] q(ue) Vay / pelaterraadentro grande eaponta / Vaj topar . nospalmar.* — (RA, 81r, L. 7-9, lado direito). *e sempreadetomarsonda e hira Vistadetterra* [...] (RA, 81r, L. 22).

TERRA ALTA, s. f. Terra elevada em relação ao nível do mar ou em relação a um referencial dado; um monte. [...] *Loguo . passa{d}o atterrarrassa emtrahuã grande lombada deterra alta* (RA, 80v, L. 14).

TERRA FIRME, s. f. Conforme Bluteau (1712-1827), Espaço de terra sem mar [...] Continente [...] (v. 8, p. 121, col. a). [...] *E hamde hir sempre / apeguados aterra firme ate chegar as Ilhas desaõ / grauiel ./.* [...] (RRP, 108v, L. 3-5).

TERRA GROSSA, terra grossa, s. f. De acordo com Moraes Silva (1789-1813), s. v. “[...] Terra grossa; fertil. [...]” (v. 2, p. 102, col. b – 103, col. a). *Docabodestaterragrossa poucoadiante / começa logo aenseadado angos* [...] (RA, 81r, L. 6-7, lado direito). **Terra mais Grossa**, *ate dar enoutraterramais grossa* [...] (RA, 81r, L. 1).

TERRA MUÝ BAXA, terra muito baixa, s. f. Terra que está ao nível do mar ou muito próxima a esse nível. [...] *haquy nesteditoRjo / seacaba ageração dos caR< † >/yj\osE comesão outros gen{t}ios / {E} he tudo terra muy baxa.* [...] (RRP, 108r, L. 17-19).

TERRA RRASSA CÕ AGUA, terra rasa com água, s. f. Uma terra plana, sem vegetação, situada à beira do mar e abaixo do nível do mar; e, por tudo isso, coberta de água. *EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrassa cõ agua. Vay / Sayndo oRio degongo*

cõ grandeympetto. esta estaponta / Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o dabandadonorte. e tende boca casy / 5 leguas — (RA, 81r, L. 12-15).

TERRA RASSA DE REMANSO, terra rasa de remanso, s. f. terra **R**assa de **R**emanso. Uma terra plana, sem vegetação, abaixo do nível do mar; coberta de água, cuja altura, pequena e rente ao leito, se mantém com uma certa constância. Não possui causas propulsoras de movimento. Desse modo, essa lexia complexa denota uma praia calma, semelhante a um lago. *Passaras as duas moitas piquenas Vaõ mais de .6. leguas deterra **R**assa de **R**emanso (RA, 80v, L. 18).*

TOMAR, V. t. d. Tomar um caminho, uma direção. [...] *E hase de entrar entre a terra firme / Eaylha. E ase **t**omar norte sul [...] (RRP, 108r, L. 5-6). [...] ho cabo desanta maria / tem ha bamda domar hũa Ilheta. huã legoa ao mar / o Rio se ha **de**tomar leste. Eoeste [...] (RRP, 108v, L. 1-3).*

TOMAR SONDA, exp. Sondar. Vid. Sondar. *e sempre adetomarsonda [...] (RA, 81r, L. 22).*

TOPAR, V. t. i. Encontrar algum lugar ou alguém, por acaso ou de forma intencional; quando um lugar vai dar em outro. [...] *aenseadado angos [†] q(ue) Vay / pelaterra adentro grande eaponta / Vaj **t**opar . nospalmar. — (RA, 81r, L. 7-9).*

TRAYDOR, traidor, adj. traydores. Pessoa de caráter vil, deformada por vícios, de natureza presa à danação. Conforme Bluteau (1712-1827), s. v. “Aquelle que obra contra a fidelidade que deve [...] O traidor, ainda que se emende, he sempre reputado por mau. O homem ocioso poderà ser trabalhador; o fallador se farà taciturno, o goloso abstinente, e o luxurioso continente; poderà o furioso dissimular, o ambicioso moderarse, e santificarse o impio; mas quem hũa vez se sujou com labeo de traição, toda a agoa do mar o não póde lavar. [...] *E acharaõ farto gemtio comquẽ contratar / mas ham se degoardar Deles porque saõ grandes / **t**raydores [...] (RRP, 109r, L. 14-16).*

VERDADE, s. f. Eysto he Verdade. Alguma coisa que é verdadeira; algo que tem o atributo de ser, verdadeiramente, tal qual se mostra, tal qual se vê ou tal qual se descreve. [...] *mas tem muytas Ylhas E baixos q(ue) paresem / aquem as Ve aprimeira Vez q(ue) he couza esfer / caltoza, mas não he nada ham de leuar Remos / E quem os Reme E Boas Armas Eysto he **V**erdade (RRP, 109r, L. 21 – 109v, L. 1).*

VISTA DE T Terra, vista de terra, s. f. **V**istadeterra. A distância a que é necessária o navio chegar para se obter a vista de terra. Em uma abonação de Vieira (1871-1874) tem-se: “[...] Passar uma nau á vista da terra; passar proximo da terra, avistando-a [...]” (v. 5, p. 969, col. c – 972, col. c). *e sempre adetomarsonda e hira **V**istadeterra [...] (RA, 81r, L. 22).*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a edição do *Roteiro de Angola* e do *Roteiro do Rio da Prata* – dois textos manuscritos que fazem parte de um testemunho único, o Códice 1507 da BNL – cumprimos, mais uma vez, o papel da Filologia de facultar, sobretudo, à comunidade científica e, também, ao público não especializado, dois textos escritos há quase 500 anos atrás. Por meio da leitura e da análise desses roteiros, pudemos atestar a importância documental destes, não só para a Língua Portuguesa, mas também para os fenômenos da Geografia Física e para a recuperação de dados sobre: a História, grupos humanos, técnicas de marinharia, dentre outros.

Encontramos, durante a leitura e a edição dos roteiros, o referido problema da dificuldade de compreensão de textos manuscritos pertencentes a épocas remotas, o qual se dá devido a vários fatores: a grande diferença entre o tempo de produção do texto e o tempo em que a leitura, em busca das informações contidas nele, se dá; o tipo de letra utilizado há cinco séculos atrás; a antiguidade e o desuso de alguns vocábulos ou de suas acepções, tais como, “surgir”, “esfercaltoza”, “conhecença”, “palmela” “mangal”; a forma de grafar as palavras, exemplos: “rrassa”, “simqo”, “bã da”, “darvoredos”, “depenedo”; a sintaxe: “Vaypelaterraadentro grande eaponta” (RA, 81r, L. 7-8); dentre outros fatores. Procuramos, então, através do trabalho filológico, a solução para recuperar e possibilitar a leitura e a compreensão do *Roteiro de Angola* e do *Roteiro do Rio da Prata*. Mantivemos a lição original, mas atualizando o tipo de letra. Para compreendermos de forma precisa as acepções desconhecidas e os usos no contexto da marinharia do século XVI, pesquisamos a história em que o texto foi produzido; e estudamos as lexias em dicionaristas do século XVIII e do século XIX.

Constatamos que, apesar de os roteiros de Angola e do Rio da Prata serem textos não-literários, a interpretação dos mesmos não dispensou o trabalho de busca na História para adquirir um entendimento mais preciso sobre o contexto em que foram produzidos. Foi necessária, assim: a investigação das razões históricas da sua existência; a pesquisa das acepções de suas lexias que estão atreladas ao momento histórico de seu uso; e, finalmente, foi fundamental a pesquisa de fatos e dados históricos, bem como a comprovação destes, através de comentário e situações expressas, exemplificadas por: “[...] E acharão farto gemtio comquẽ contratar / mas ham se degoardar Deles porque são grandes / traydores [...]” (RRP, 109r, L. 14-16). Em consequência dessas investigações, pudemos aqui expor uma pequena amostra que conduz à constatação das intenções e usos

dos roteiros na História da Expansão Marítima Portuguesa. A necessidade dessas pesquisas demonstrou, também, que, sendo literário ou não-literário, o trabalho filológico sobre um texto será feito em simbiose com a investigação histórica.

Comprovamos as razões da perplexidade do homem quinhentista, que se vê fora da estabilidade do feudo medievo, e, ao mesmo tempo, solto no não-lugar do oceano, nas ondas do ir e vir do mundo moderno que se iniciava. Isso se verifica em toda a tensão e cautela que impregnam as linhas dos roteiros, dentre as quais destacamos:

e sempre adotarsonda e hira Vistadetterra porẽ
Doutraman(ei)ra garrara cõ asgrandescorrẽtes E tempo
q(ue) Corresempre daparte dosul ————— (RA, 81r, L. 22-24)

Dignas de nota são as marcas específicas da Literatura de viagens encontradas nos roteiros:

1. A marca da experiência individual:

[...] tem muytas Ylhas E baixos q(ue) paresem
aquem as Ve aprimeira Vez q(ue) he couza esfer
caltoza, mas não he nada ham de leuar Remos (RRP, 109r, L. 21-23)

2. A marca do saber técnico:

[...] Este Rio tem muytas
baixas na boca. he mister esperar <a>/e\ somdar demtro
tem muyto fumdo [...] (RRP, 108r, L. 14-16)

3. A marca das inter-relações com o sócio-econômico:

[...] E seallgum dia forem la logo osaberaõ
EViraõ ao seu Caminho E folgaraõ muyto cõeles
E traraõ muytas pesas E muytas coussas (RRP, 110v, L. 5-7)

Foi notória, também, a simbiose entre a oralidade e a escritura de que fala Telles (2008, p. 29, col. b), quando apresenta a análise que discute a semelhança entre a oralidade e a desordem do rascunho:

EnoRematte deste palmarq(ue) he tudo terra rrasa cõ agua. Vay
Sayndo oRio degongo cõ grandeympetto. esta estaponta
Dopalmar. em. 5 g(rao)s em(ei)o dabandadonorte. e tende boca casy
5 leguas — (RA, 81r, L. 12-15)

Ao realizarmos as considerações sobre alguns dos pressupostos que pudemos constatar na prática e na análise da edição e do vocabulário da marinharia e dos descobrimentos que propusemos, pudemos demonstrar que todo esse processo de labor filológico e pesquisa lexicográfica contribuem para os estudos linguísticos na medida em

que: fixa dois textos de reconhecido valor histórico; faculta aos especialistas dois Roteiros de viagens que vem a significar uma memória material de fatos linguísticos dos pilotos e mareantes, que expressam uma variante constituída por um conhecimento restrito do uso da língua escrita, extremamente condicionada pela oralidade e portadora de dados linguísticos de todos os níveis constitutivos da língua dessa variante do século XVI; organiza e disponibiliza um conjunto de dados léxico-semânticos que poderão favorecer estudos linguísticos sincrônicos e diacrônicos.

Nesse sentido, demonstramos como o texto é repositório da história, da técnica, da cultura, das variantes linguísticas no decorrer dos tempos. Além disso, sistematizamos dados e pressupostos teóricos que fomentam a perspectiva de que o texto, ao mesmo tempo em que guarda, em contrapartida expõe os dilemas, os medos, os projetos, o bem e o mal, o ser, o fazer e o pensar do homem e da sua sociedade na trajetória das civilizações pelas Eras até aqui vivenciadas. Todas essas informações armazenadas são impressas nos suportes e nas mentes através do léxico. Por isso pesquisar, sistematizar, registrar e acompanhar as expressões léxico-semânticas no percurso histórico da língua é conservar a identidade das formas de pensar, agir e fomentar o fazer histórico-cultural de uma civilização.

Essas conclusões se fortalecem e se enriquecem por terem sido cultivadas e colhidas em um terreno fértil que uniu a Filologia no tratamento e restituição do texto; melhor compreendido a partir da pesquisa do seu entorno e de seus dados históricos; em uma História remexida também a partir das unidades léxicas que nominavam os entes da realidade vivenciada pelos marinheiros quinhentistas portugueses.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. 2006. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis, QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de, SANTOS, Rosa Borges dos. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, p. 213-225.

ALBUQUERQUE, Luís de. 1994. África. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 28-30.

ALBUQUERQUE, Luís de. 1994. Roteiro. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 949-950.

ALBUQUERQUE, Luís de. 1983. *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*. 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

AUERBACH, Erich. 1972. *Introdução aos estudos literários*. Trad. José Paulo Paes: 2 ed. São Paulo: Cultrix.

BIDERMAM, Maria Tereza Camargo. 1998. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 11-20.

BLUTEAU, Raphael. 1712-1721. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, v. 1-4, 1712-1713; Lisboa: Pascoal da Sylva, v. 5-8, 1716-1721. Consulta realizada através da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso: 22 mar. 2015.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento. 2012. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, cap. 1, p. 15-59.

CAMBRAIA, César Nardelli. 2005. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

CANO AGUILAR, Rafael. 2000. *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Castalia.

COSTA, Fontoura da. 1960. *A marinharia dos descobrimentos*. Agência geral do ultramar. 3 ed. Lisboa.

COSTA, João Paulo. 1994. D. Henrique. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 485-490.

DEMOSTRAÇÃO DAS TTERRAS DO LOANGUO CAMINHO DE ANGOLA POR ONDE EU PASEY DE. 12. ATE .15. DE JAN(EI)RO DE 1591. In: GASPAR, Manuel

(comp.). *Libro Universal de derrotas, alturas, longetudes e conhecenças...* Manuscrito 1507 da BNL. Lisboa, 1594, f. 80v-81r.

DUARTE, Luiz Fagundes. 2012. Entre Penelope e Euriclea. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. p. 53-67.

FIGUEIREDO, Cândido de. 1949. *Dicionário da Língua portuguesa de Cândido de Figueiredo*. 14 ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson.

GOUWS, Rufus. 2003. Types of articles, their structure and different types of lemmata. In: STERKENBURG, Piet van (edit.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, p. 34-43.

HIGOUNET, Charles. 2003. A escrita, expressão gráfica da linguagem. In: _____. *História concisa da escrita*. Tradução de Marcos Marcionilo. 10. ed. cor. São Paulo: Parábola Editorial, cap. 1, p. 9-28. (Na ponta da língua, 5).

KRIEGER, Maria da Graça. 2006. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG, p. 157-171.

KRIEGER, Maria da Graça. 2010. Lexicologia e lexicografia diacrônicas: qual o papel desse tipo de pesquisa. In: ISQUERDO, Aparecida Negri, BARROS, Lídia Almeida (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: UFMS, v. 5, p. 135-152.

LE GOFF, Jacques. 2012. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 6 ed. Campinas: UNICAMP.

MORAES e SILVA, Antonio de. 1813. *Diccionario da língua portugueza* recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta edição novamente emendado e muito acrescentado. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2. Consulta realizada através da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso: 22 mar. 2015.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado; LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca. 2006. Análise parcial da microestrutura dos verbetes no “Novo Dicionário da Língua Brasileira”, de Manuel Viotti. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG, p. 185-200.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. 2001. *Dicionário das descobertas*. Lisboa: Pergaminho.

PINTO, João Rocha. 1994. Literatura de Viagens. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contento (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 606-613.

QUEIROZ, Rita C. R.. 2008. Da necessidade de edições críticas de autores baianos. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 35, p. 83-95.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. 2006. Para que editar? A Filologia a serviço da preservação da história baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis, QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de, SANTOS, Rosa Borges dos. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, 141-157.

RADULET, Carmen. 1994. Pêro Lopes de Sousa. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 1005.

RICOEUR, Paul. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas: UNICAMP.

ROTEIRO QUE CONTA DESDE A YLHA DE SANTA CATERINA ATE O RIO DA PRATTA. In: GASPARD, Manuel (comp.). *Libro Universal de derrotas, alturas, longetudes e conhecenças...* Manuscrito 1507 da BNL. Lisboa, 1594, f. 109r-110v.

SANTOS, Maria Emília Madeira. 1994. Angola. In: ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, v. 2, p. 68-73.

SANTOS, Rosa Borges dos. 2012. Filologia e literatura: lugares afins para estudo do texto teatral censurado. In: _____. (Org.). *Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a filologia em diálogo com a literatura, história e o teatro*. Salvador: EDUFBA, p. 19-65.

SOUZA, Genésio S. 1999. *Um roteiro quinhentista da "Carreira do Brasil": o décimo segundo roteiro do ms. 1507 da BNL*. Dissertação de mestrado, orientada pela Prof^a. Dr^a. Célia Marques Telles, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

SPINA, Segismundo. 1994. *Introdução à edótica: Crítica Textual*. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; EDUSP.

STERKENBURG, Piet van. 2003. Foundations. In: _____. (edit.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins. p. 3-69.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). 2006. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto.

TELLES, Célia Marques. 2012. *Léxico e edição semidiplomática*. In: SELLA, Aparecida Feola (org.). *Pesquisas sobre léxicos: reflexões teóricas e aplicações*. São Paulo: Pontes.

TELLES, Célia Marques, LOSE, Alícia Duhá. 2010. Escrita e fala: o que ensinam os textos não literários. *Línguas e Letras*. n. 20, v. 2, p. 107-132.

TELLES, Célia Marques. 2009. *A chamada lição conservadora na edição de textos*. Scripta Philologica, III - História da Cultura Escrita no Brasil. Feira de Santana (BA), n. 5, p. 253-266.

TELLES, Célia Marques. 2008. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. *Calidoscópico*. Vale do Rio dos Sinos, v. 6, n. 1, p. 28-36.

TELLES, Célia Marques. 2004. Três fatos discursivos em textos da literatura de viagens. In: CAMBRAIA, César Nardelli; MIRANDA, José Américo. (Org.). *Crítica textual: reflexões e práticas*. Belo Horizonte: NECT/FLUFMG, v. 1, p. 73-106.

TELLES, Célia Marques. 2003. *Grafia e fonética em textos românicos quinhentistas*. Congresso Internacional de Lingüística y Filología Románica. Salamanca, v. 4, p. 253-264.

TELLES, Célia Marques. 2000. Os textos em língua espanhola do ms. 1507 da BNL: sua realidade grafemática. In: ALVES, Ívia Iracema Duarte; GAMA, Albertina Ribeiro da; TELLES, Célia Marques (org.). *Memória cultural e edições*. Salvador: UFBA, p. 279-287.

TELLES, Célia Marques. 1996. A Evolução da estrutura do discurso dos roteiros de navegação. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis*, Olomouc (Rep. Tcheca), v. 69, n.6, p. 49-56.

TELLES, Célia Marques. 1995. A Edição de um manuscrito bilíngüe espanhol/português. *IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e Edições: Gênese e Memória*. São Paulo, v. 1. p. 261-269.

TELLES, Célia Marques. 1993. Critérios para uma edição de textos quinhentistas não literários. *III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética*. João Pessoa, v. 1. p. 105-111.

TELLES, Célia Marques. 1992. Um roteiro da carreira das Índias de Castela: proposta de edição crítica. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, p. 13-24.

TELLES, Célia Marques. 1988. *Coleção de roteiros portugueses da "Carreira da Índia" no século XVI*. Edição do manuscrito FP56 da BNP. Tese de doutoramento em Letras, orientada por Edith Pimentel Pinto, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 2, f. 122.

VIEIRA, Domingos. *Grande dicionário portuguez ou Thesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874. 5 v.

WELKER, Herbert Andreas. 2004. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, p. 91-186.